

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO
NA IMPRENSA E NO JORNAL ESCOLAR**

CRISTINA MÁRCIA MAIA DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA ELIAS SOARES

Fortaleza - CE
2004

Cristina Márcia Maia de Oliveira

**A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO
NA IMPRENSA E NO JORNAL ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elias Soares

**Fortaleza - CE
2004**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito parcial necessário à obtenção do grau de mestre, outorgado, pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida instituição.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja de acordo com as normas científicas.

Cristina Márcia Maia de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Elias Soares – Orientadora
Universidade Federal do Ceará – UFC/CE

Profª. Dra. Ingedore G. Villaça Koch – 1ª Examinadora
Universidade de Campinas – UNICAMP/SP

Profª. Dra. Rosimeire Selma Monteiro – 2ª Examinadora
Universidade Federal do Ceará – UFC/CE

Dissertação aprovada em / / 2004.

As ciências humanas não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, referem-se ao homem em sua especificidade. O homem tem a especificidade de expressar-se sempre (falar), ou seja, de criar um texto (ainda que potencial). Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humana etc.).

(Bakhtin, 1992: 334).

AGRADECIMENTOS

A Ele toda honra e glória.

À minha família, o meu afeto pelo incentivo e apoio em todas as etapas de minha vida.

À Professora Dra. Maria Elias Soares, que, pacientemente, em atitude de escuta, fez-se depositária das minhas ansiedades e questionamentos, orientando-me com plena competência e compreensão.

À Professora Dra. Bernardete Biasi Rodrigues, pelas palavras de incentivo e apoio que me ajudaram a discernir os rumos desta pesquisa.

Às Professoras Dra. Mônica Magalhães e Dra. Rosemeire Selma Monteiro, pela competência e forma positiva com que apresentaram as sugestões no exame de qualificação desta dissertação.

À Professora Mestra Maria Ednilza Oliveira Moreira, pelas palavras de incentivo e mãos acolhedoras durante a realização desta dissertação.

Aos colegas de Mestrado, especialmente a Francisca, Valdelice, Tatiana e Antídio, pelo companheirismo e amizade inesquecíveis.

À amiga Abigail (SEDUC) e aos amigos professores Paulo Roberto Martins de Oliveira (IMPARH) e Maria Goretti Almeida Soares (CEJA), pela solidariedade constante.

À ONG do grupo de Comunicação e Cultura nas pessoas de Elisângela Albuquerque (coordenadora do Projeto Clube do Jornal) e Leandro Ferreira (bolsista), por viabilizar parte dos dados do *corpus* desta pesquisa.

À Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, pelo apoio à realização desta pesquisa.

À Coordenação do Núcleo de Ensino Médio da Secretaria da Educação Básica do Ceará, em especial às amigas professoras Socorro Leal, Solange Mesquita, Lucidalva Barcelar e Darcy Menezes.

RESUMO

Nesta pesquisa, examinamos a organização retórica do gênero artigo de opinião do jornal escolar de alunos, contrapondo-o ao artigo de opinião da imprensa, bem como o processo argumentativo constitutivo desse gênero como fator de influência na distribuição de suas unidades retóricas. Para o exame da organização retórica das informações em artigos de opinião, utilizamos como parâmetro o modelo desenvolvido por Swales (1990) para a análise de introduções de artigos de pesquisa, já para o exame do processo argumentativo nesse gênero, tomamos como base a proposta de Boissinot (1992), direcionada para o exame do texto argumentativo. Analisamos um *corpus* constituído de quarenta exemplares de artigos de opinião, divididos em dois grupos: vinte artigos de opinião produzidos pela imprensa e vinte artigos de opinião produzidos por alunos do Ensino Médio. Nas análises procedidas, ambos os grupos de artigos de opinião foram submetidos a exercícios de segmentação para descrição de sua organização retórica. Os resultados evidenciaram que, apesar de os artigos apresentarem um padrão de organização retórica típico para distribuição das informações nesse gênero, apresentam certa similaridade, no que tange a sua composição em quatro unidades retóricas. Quanto ao processo argumentativo constitutivo desse gênero, a análise dos dados revelou que, em ambos os grupos de artigos de opinião, esse processo influencia funcionalmente na distribuição daquelas unidades, subunidades retóricas consideradas mais recorrentes nesse gênero. Comparativamente, os resultados apontam que a estrutura argumentativa do texto de tendência expositiva (TAE) é a que prevalece em artigos de opinião de alunos. Quanto aos artigos de opinião da imprensa, esses resultados revelam a presença de um esquema argumentativo mais complexo, já que nestes prevalece a estrutura argumentativa atribuída ao texto de tendência dialógica (TAD).

Palavras-chave: gênero textual, organização retórica, processo argumentativo.

ABSTRACT

In this research, we examine the rhetorical organization of the genre article of opinion from students' school newspaper, opposing it to the article of opinion of the press, as well as the contained argumentative process in this genre as factor of influence in the distribution of its rhetorical units. For the examination of the rhetorical organization of the information in opinion articles, we use as parameter the model developed by Swales (1990) for the analysis of research article introductions, but for the examination of the argumentative process in this genre, we take as base the proposal of Boissinot (1992), directed to the examination of the argumentative text. We analyse a consisting *corpus* of forty units of divided articles of opinion in two groups: twenty articles of opinion produced by the press and twenty articles of opinion produced by students from high school. In the proceeded analysis, both of the groups of opinion articles had been submitted the exercises of segmentation for description of its rhetorical organization. The results had evidenced that, although the articles present a typical standard of rhetorical organization for distribution of the information in this genre, they present a certain similarity, in reference to its composition in four rhetorical units. As for the contained argumentative process in this genre, the analysis of the data disclosed that, in both of the groups of opinion articles, this process influences functionally in the distribution of those units, more recurrent considered rhetorical subunits in this genre. Comparatively, the results point that the argumentative structure of the expositive trend text (TAE) is the one that more prevails in articles of opinion of students. As for the articles of opinion of the press, these results disclose the presence of a more complex argumentative project, since in these the argumentative structure attributed prevails to the dialogical trend text (TAD).

Key words: textual genre, rhetorical organization, argumentative process.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualizando o tema	1
1.2 Apresentando questões pertinentes com seus respectivos objetivos	3
1.3 A opção pelo artigo de opinião para estudo	4
1.4 Identificando aspectos relevantes da pesquisa	6
1.5 Descrevendo a estrutura retórica do texto da dissertação	7
CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DE GÊNERO E DO PROCESSO DA ARGUMENTAÇÃO	10
2.1 Concepções de gênero	10
2.1.1 O conceito de gênero na visão aristotélica	11
2.1.2 A abordagem bakhtiniana de gênero	14
2.1.3 As contribuições das tendências contemporâneas à análise de gênero	16
2.2 A concepção de gênero em Swales	21
2.2.1 A noção de comunidade discursiva	23
2.2.2 O modelo de análise (<i>CARS</i>)	26
2.3 Os gêneros na concepção de Bhatia	28
2.4 O modelo argumentativo no estudo de Boissinot	31
2.4.1 O desenrolar e desenvolvimento do texto argumentativo	33
2.4.2 A estrutura do texto argumentativo	35
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNEROS JORNALÍSTICOS	40
3.1 O artigo de opinião e suas peculiaridades	44
3.2 Características lingüísticas do artigo de opinião	47
3.3 Contextualizando o jornal escolar	51
3.3.1 O contexto histórico	52
3.3.2 A comunidade discursiva integrante do jornal escolar	54
3.3.3 Os objetivos e propósitos da comunidade discursiva dos alunos	55
3.3.4 Os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade discursiva dos alunos	57
3.3.5 Os gêneros compartilhados pela comunidade discursiva dos alunos	58
3.3.6 O léxico específico da comunidade discursiva dos alunos	60
3.3.7 A relação entre membros experientes e membros iniciantes da comunidade discursiva dos alunos	62

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA PESQUISA	65
4.1 O cenário da pesquisa	65
4.2 O tratamento dos dados	66
4.3 O <i>corpus</i> da pesquisa	67
4.4 Os procedimentos	69
CAPÍTULO 5 – A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO	72
5.1 Adaptação do modelo <i>CARS</i> para o gênero artigo de opinião	72
5.2 Descrição da organização retórica de artigos de opinião na imprensa	76
5.3 Descrição da organização retórica de artigos de opinião de alunos	90
5.3.1 O padrão de organização retórica de artigos de opinião de alunos	104
5.4 Reflexões sobre o processo da argumentação como fator de influência na distribuição das <i>unidades e subunidades retóricas</i>	108
5.4.1 Argumentativo de tendência dialógica	111
5.4.2 Argumentativo de tendência expositiva	118
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO	129
6.1 Percurso da pesquisa	129
6.2 Aspectos de distinção	130
6.3 Contribuições para futuras pesquisas	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS	144
Anexo A – Unidades retóricas do artigo de opinião da imprensa	145
Anexo B – Unidades retóricas do artigo de opinião do jornal escolar	149
Anexo C – Questionários aplicados à coordenação da ONG do grupo de comunicação e cultura (Projeto Clube do Jornal)	152

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURA 1	Gêneros do discurso de acordo com cada uma de suas atribuições correspondentes	12
FIGURA 2	Campo próprio da argumentação (Boissinot, <i>op cit.</i> , p. 8)	32
FIGURA 3	Esquema do desenrolar do texto argumentativo	34
FIGURA 4	Textos argumentativos (Boissinot, <i>op cit.</i> , p. 51)	37
QUADRO 1	Esquema da organização retórica do gênero artigo de opinião	73
QUADRO 2	Frequência das unidades retóricas de informação em artigos de opinião da imprensa	76
QUADRO 3	Distribuição das unidades retóricas na posição de ocorrência	79
QUADRO 4	Frequência das subunidades retóricas em artigos de opinião	82
QUADRO 5	Frequência das unidades retóricas de informação em artigos de opinião de alunos	91
QUADRO 6	Distribuição das unidades retóricas na posição de ocorrências	94
TABELA 1	Frequência das subunidades retóricas em artigos de opinião	98
QUADRO 7	Modelos argumentativos mais construídos	109
TABELA 2	Artigos de opinião AOI / AOA com textos TAD.....	113
TABELA 3	Artigos de opinião AOI / AOA com textos TAE	119

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizando o tema

Atualmente, a discussão acerca dos gêneros textuais ou discursivos está intrinsecamente associada à noção de linguagem como um fenômeno social, histórico e ideológico, em que um enunciado é definido como uma verdadeira unidade de comunicação e as condições específicas de cada campo da comunicação verbal geram um dado gênero (Bakhtin, 1992).

Trata-se de uma visão de como um processo de interação verbal se realiza por meio de enunciados considerados relativamente estáveis, denominados de gêneros. Na visão bakhtiniana, os gêneros estão em constante transformação, por se adaptarem às mais variadas situações de uso da língua, quer orais, quer escritas. Em razão disso, os gêneros não podem ser considerados como formas estruturais estáticas, já que estes operam em certos contextos ou em situações sociais particulares como formas de legitimação discursiva que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual (Marcuschi, 2002).

Assim, os gêneros têm sido o centro de atenção de muitos pesquisadores que se voltam, por sua vez, para uma abordagem dos aspectos sócio-comunicativos da linguagem.

Ao trabalharem com a noção de gênero, sob essa perspectiva de linguagem como forma de interação, não resta dúvida de que tais estudos tentam assim ultrapassar uma abordagem puramente formalista dos gêneros, a exemplo de como estes são tratados sob a égide dos estudos literários e da retórica tradicional.

Nesse sentido, tem-se destacado a linha teórica Análise de Gêneros, por representar uma abordagem voltada para a investigação dos gêneros textuais produzidos nos múltiplos contextos sociais. Tem sido por meio desta linha teórica, situada mais especificamente no campo da Lingüística de Texto, que muitos pesquisadores têm estudado a descrição dos gêneros, levando em conta os mais variados contextos em que estes são praticados.

É, pois, dentro desse quadro teórico que situamos o nosso trabalho, por ter como objeto de estudo a descrição da organização retórica das informações no gênero artigo de opinião produzido tanto pela imprensa como por alunos em contextos escolares (cf. Swales, 1990).

Articulada com o propósito de descrever as estratégias adotadas pelas comunidades discursivas de jornalistas e de alunos, na organização das informações desse gênero, tivemos também a preocupação de verificar em que medida o processo argumentativo influencia a distribuição das unidades e subunidades retóricas de que se constitui o gênero em questão (cf. Boissinot, 1992).

Assim sendo, consideramos que a nossa pesquisa, nos aspectos acima citados, poderá ser representativa para as comunidades discursivas aqui consideradas que produzem esse gênero jornalístico. E mais representativo ainda este nosso estudo poderá ser para a comunidade discursiva dos alunos com que trabalhamos, visto ser o gênero jornalístico que ora analisamos bastante solicitado no contexto escolar com a finalidade de compor os periódicos do Projeto Clube do Jornal.

Por fim, acreditamos que estudos como o nosso poderão ser úteis para o ensino dos gêneros, uma vez que os atuais PCNs¹ enfatizam a visão da linguagem na sua dimensão social, contemplando, assim, a diversidade dos gêneros como forma de evitar o tratamento descontextualizado do ensino da língua.

¹ Os PCNs de Linguagem e Códigos para Ensino Médio, editados desde outubro de 1999, pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC, orientam a reformulação curricular desse nível de ensino.

1.2 Apresentando questões pertinentes com seus respectivos objetivos

Com este trabalho, propomo-nos a descrever o gênero artigo de opinião em duas modalidades, examinadas numa perspectiva comparativa, quais sejam: a) como gênero textual produzido por alunos no contexto escolar, resultante da prática de produzir textos para compor o jornal da escola, denominado também nesta pesquisa artigo de opinião em situação escolar; e b) como gênero textual, produzido pela imprensa, também considerado nesta pesquisa como artigo de opinião especializado.

A nossa investigação abrangeu também o processo argumentativo contido nas duas modalidades de artigos de opinião como fator de influência na distribuição das unidades e subunidades retóricas de informações. Para tanto, propomo-nos a investigar o processo argumentativo com diferentes formas de organização interna, à maneira das diferentes formas de organização do texto de tendência expositiva e do texto de tendência dialógica.

Elencamos aqui as quatro principais indagações que nortearam a realização da nossa pesquisa:

- 1 - Como ocorre a distribuição das informações nas duas modalidades de artigos de opinião (artigos de opinião de alunos e artigos de opinião da imprensa)?
- 2 - De que modo as diferenças e similaridades são determinadas entre as duas modalidades de artigos de opinião em função dos seus propósitos comunicativos específicos?
- 3 - Os artigos de opinião de alunos, em contraposição a artigos de opinião da imprensa, apresentam uma menor incidência de textos argumentativos dialógicos do que de textos expositivos?
- 4 - De que modo o processo argumentativo (de tendência dialógica e de tendência expositiva) influencia as duas modalidades de artigos de opinião quanto à distribuição de suas unidades e subunidades retóricas?

A partir desses questionamentos que nortearam a nossa pesquisa teórica e metodologicamente, traçamos os seguintes objetivos:

- 1 - Investigar a distribuição das informações em artigos de opinião produzidos por alunos e em artigos de opinião produzidos pela imprensa;
- 2 - Apresentar a relação das diferenças e similaridades entre as duas modalidades de artigos de opinião com seus respectivos propósitos comunicativos;
- 3 - Verificar a incidência do processo argumentativo com diferentes formas de organização interna (de tendência dialógica e de tendência expositiva) nos artigos de opinião de alunos em relação aos artigos de opinião da imprensa;
- 4 - Verificar o papel do processo argumentativo (de tendência dialógica e de tendência expositiva) como fator de influência na distribuição das unidades e subunidades retóricas contidas nas duas modalidades de artigos de opinião.

1.3 A opção pelo artigo de opinião para estudo

A escolha do artigo de opinião como objeto de estudo da nossa pesquisa justifica-se por se tratar de um dos gêneros textuais jornalísticos mais praticados pela comunidade discursiva dos jornalistas. Tal gênero é considerado, na visão de Beltrão (1980), um meio natural de o jornalista expressar a sua opinião na imprensa opinativa². Cabe ao articulista³, segundo esse autor, o papel de manifestar a sua opinião sobre os problemas em foco, analisando-os e comentando-os simultaneamente, em sessões ao seu encargo e em matérias por ele firmadas.

A exemplo de outros gêneros jornalísticos, como o editorial, a reportagem e a notícia, o artigo de opinião é também de natureza informativa, tendo em vista que a informação é a primeira das funções sociais desempenhadas pelo jornalismo moderno,

² Fazemos referência, no caso, ao conjunto de meios de divulgação impressos (jornais, revistas) que visam à publicidade periódica de notícias e opiniões.

ou seja, o relato do que ocorre de significativo em todos os domínios do pensamento e da atividade humana. A informação, no sentido lato, tem a função de levar um fato ao conhecimento de outrem. Função esta comum a todos os seres racionais, não se limitando apenas à transmissão daquilo que é percebido diretamente pelo indivíduo, mas também considerando reflexões e situações que lhe ocorrem relacionadas com o imponderável, o imaterial.

Nessa perspectiva, podemos identificar alguns traços característicos dos artigos de opinião como um dos gêneros jornalísticos, conforme bem colocam Kaufman e Rodriguez (1995), texto de trama argumentativa, cuja função predominante é a informativa. Para as autoras, esse texto, por seguir uma linha argumentativa, geralmente começa pela identificação do tema, seguida por uma tomada de posição que se apóia em diferentes argumentos que culminam com a reafirmação da posição adotada inicialmente pelo seu autor.

Além disso, uma outra razão que determinou a escolha do nosso objeto de estudo foi o fato de se tratar também de um gênero bastante produzido pela comunidade discursiva dos alunos. Essa realidade se aplica aos textos produzidos no âmbito escolar, por alunos, uma vez que são bastante difundidos no jornal escolar, como meio não só de estes desenvolverem a habilidade de escrita, mas também de exercitar a sua cidadania.

Assim, podemos observar que a nossa pesquisa está voltada para a investigação de um gênero jornalístico que se apresenta neste trabalho como um gênero socialmente representativo, por estar cada vez mais presente tanto na mídia impressa como nos ambientes escolares.

Entendendo, dessa maneira, ser o artigo de opinião um gênero que merece destaque como objeto de investigação científica em estudos sobre a organização discursiva das estruturas dos diversos gêneros textuais, propomo-nos, nesta pesquisa, a

³ Denominação dada àquele que atua no jornalismo opinativo (cf. Beltrão, 1980).

analisá-lo à luz da teoria proposta por Swales (1990). A opção por essa proposta prende-se ao fato de acreditarmos ser esta a que proporciona subsídios teóricos a uma análise deste gênero textual.

1.4 Identificando aspectos relevantes da pesquisa

Procuramos aqui nomear alguns aspectos que contribuem para a relevância desta pesquisa no que diz respeito à exploração do nosso objeto de investigação.

Inicialmente, acreditamos que um dos aspectos relevantes do nosso estudo refere-se à descrição de um gênero textual que ainda não foi analisado dentro da perspectiva de uma abordagem recente como a da Análise de Gêneros. Apesar de reconhecermos o crescente interesse de muitos pesquisadores pelos estudos sobre os gêneros, na área da Lingüística, não se tem informações de que tais estudos tenham contemplado o artigo de opinião no seu aspecto descritivo.

Outro importante aspecto deste estudo expressa-se no processo argumentativo (de tendência dialógica e de tendência expositiva), contido no gênero textual aqui investigado, como fator de influência na distribuição de suas unidades retóricas.

Nos aspectos acima apontados, o modelo *CARS – Create a Research Space* – e o modelo do processo da argumentação, propostos respectivamente por Swales (1990) e por Boissinot (1992), contribuíram sobremaneira para a análise do gênero em suas duas modalidades aqui representadas: como o gênero textual produzido por alunos e como gênero textual produzido pela imprensa.

Outros dois aspectos que consideramos relevantes no estudo que realizamos consistem, primeiro, no reconhecimento de que os resultados apresentados são de grande utilidade para as comunidades que os produzem, no que se refere à compreensão da estrutura retórica desse gênero específico e dos propósitos

comunicativos com que o produzem. Segundo, no reconhecimento também de que esses resultados podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos gêneros, uma vez utilizados por professores como instrumento de orientação para a produção desse gênero específico em situação escolar.

Na realidade, tais resultados podem receber uma maior atenção por parte dos professores que atuam nos níveis de Ensino Fundamental e Médio, já que, de modo geral, os gêneros textuais e sua inserção na escola estão cada vez mais presentes na orientação das novas propostas curriculares voltadas para o ensino da linguagem.

Feitas essas considerações, acreditamos na relevância de nosso trabalho, pelas contribuições que trará à pesquisa e ao ensino, por estar ancorada na questão dos gêneros textuais, foco de atenção de estudiosos da linguagem, que têm considerado cada vez mais relevante explorar a descrição e a compreensão de gêneros específicos em contextos particulares do ponto de vista da apreensão dos aspectos sócio-comunicativos da linguagem.

1.5 Descrevendo a estrutura retórica do texto da dissertação

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. No Capítulo 1, apresentamos esta Introdução, que abrange cinco subunidades: 1.1 Contextualizando o tema, 1.2 Apresentando questões pertinentes com seus respectivos objetivos, 1.3 A opção do nosso estudo pelo artigo de opinião, 1.4 Identificando os aspectos relevantes da pesquisa, e, por último, a subunidade 1.5 Descrevendo a estrutura retórica do texto da dissertação.

No Capítulo 2, delineamos o referencial teórico do nosso estudo, em que são abordadas teoricamente as noções de gêneros textuais na visão de diferentes autores, culminando com uma abordagem técnica sobre o processo de argumentação, desenvolvido por Boissinot (1992). Este capítulo está constituído de quatro

subunidades: 2.1 Concepções de gênero, 2.2 A concepção de gênero em Swales, 2.3 Os gêneros na concepção de Bhatia, e 2.4 O modelo argumentativo no estudo de Boissinot. A primeira subunidade está dividida em três partes: 2.1.1 O conceito de gênero na visão aristotélica, 2.1.2 A abordagem bakhtiniana de gênero, e 2.1.3 As contribuições das tendências contemporâneas à análise de gênero. Por sua vez, a segunda subunidade está dividida em duas partes: 2.2.1 A noção de comunidade discursiva, e 2.2.2 O modelo de análise (*CARS*). A quarta subunidade está dividida em duas partes: 2.4.1 O desenrolar e desenvolvimento do texto argumentativo e 2.4.2 A estrutura do texto argumentativo.

No Capítulo 3, apresentamos considerações sobre gêneros jornalísticos e uma explanação específica acerca do artigo de opinião. Nesse capítulo, também contextualizamos o jornal escolar, fazendo conexões com alguns critérios estabelecidos por Swales (1990). São apresentadas três subunidades: 3.1 O artigo de opinião e suas peculiaridades, 3.2 Características lingüísticas do artigo de opinião, e 3.3 Contextualizando o jornal escolar, esta dividida em: 3.3.1 O contexto histórico, 3.3.2 A comunidade discursiva integrante do jornal escolar, 3.3.3 Os objetivos e propósitos da comunidade discursiva dos alunos, 3.3.4 Os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade discursiva dos alunos, 3.3.5 Os gêneros compartilhados pela comunidade discursiva dos alunos, 3.3.6 O léxico específico da comunidade discursiva dos alunos, e 3.3.7 A relação entre membros experientes e membros iniciantes da comunidade discursiva dos alunos.

No Capítulo 4, apresentamos a metodologia do nosso trabalho, constituída de quatro subunidades. São as seguintes: 4.1 O cenário da pesquisa, 4.2 O tratamento dos dados, 4.3 O *corpus* da pesquisa, e, por último, a subunidade 4.4 Os procedimentos.

No Capítulo 5, apresentamos a organização retórica do gênero em questão, evidenciando a organização das informações na modalidade especializada e em situação escolar. Nesse capítulo, incluímos a aplicação do modelo *CARS* em um estudo piloto sobre o gênero em questão, bem como um breve estudo sobre o processo

argumentativo como fator de influência na distribuição de suas unidades retóricas. O capítulo distribui-se em quatro subunidades: 5.1 Adaptação do modelo *CARS* para o gênero artigo de opinião, 5.2 Descrição da organização retórica de artigos de opinião na imprensa, 5.3 Descrição da organização retórica de artigos de opinião de alunos, que abrange o subitem 5.3.1 O padrão de organização retórica de artigos de opinião de alunos. A última subunidade, 5.4 Reflexões sobre o processo da argumentação como fator de influência na distribuição das “unidades retóricas”, por sua vez, abrange os subitens: 5.4.1 Argumentativo de tendência dialógica, e 5.4.2 Argumentativo de tendência expositiva.

Para finalizar, no Capítulo 6, apresentamos as conclusões desta pesquisa, detalhada através das seguintes subunidades: 6.1 Percurso da pesquisa, 6.2 Aspectos de distinção, e 6.3 Contribuições para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 2

ESTUDOS DE GÊNERO E DO PROCESSO DA ARGUMENTAÇÃO

1.6 Concepções de gênero

O propósito da pesquisa que ora se apresenta fundamenta-se em estudos que se ocupam em refletir sobre a importância dos gêneros textuais discursivos como fenômenos históricos, vistos aqui, conforme Marcuschi (2000), com alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas, uma vez que esses gêneros estão profundamente vinculados à vida social e cultural, embora tais estudos sobre gênero se apresentem com algumas variações teóricas em função de seus interesses e de seus objetos de estudo. Entre as versões mais elaboradas e difundidas estão as contribuições de Bakhtin (1992), de Swales (1990) e de Bhatia (1993).

O estudo de Bakhtin, responsável por instituir uma nova perspectiva para o reconhecimento dos gêneros na literatura contemporânea sobre o assunto, será tomado como parâmetro geral subjacente aos processos ligados à análise de gênero. Já os estudos de Swales e de Bhatia, mais restritos à análise de gêneros em contextos acadêmicos e profissionais, respectivamente, serão tomados, no âmbito desta pesquisa, como modelos subsidiários específicos de abordagem do conceito de gênero quanto à forma e ao conteúdo característicos de um texto, bem como quanto aos propósitos comunicativos que encerram dentro de uma dada comunidade discursiva.

Tendo em vista que esta pesquisa tem como propósito tratar da organização retórica de textos de opinião, produzidos em contextos escolares, em contraposição a artigos de opinião produzidos pela imprensa, não seria possível abordar este tema sem utilizar estudos que se detiveram na análise de gêneros. É nesse sentido que serão mencionados, a seguir, no corpo deste trabalho, os aportes teóricos dos autores anteriormente citados, além de outros, como os de Aristóteles (s.d.), de Bronckart (1999), de Schneuwly (1996) e de Miller (1994).

1.6.1 O conceito de gênero na visão aristotélica

Nos estudos da linguagem, a palavra gênero não é um termo novo. Essa denominação encontra-se em diferentes tradições teóricas. Tendo em vista isso, achamos necessário neste ponto de nossa pesquisa nos reportarmos à visão aristotélica desse termo, em virtude de essa abordagem teórica ter contribuído, tanto quanto aquela referente à retórica tradicional, para os estudos de gênero.

É comum, na história dos estudos da linguagem, situar-se a concepção mais antiga de gênero na Antigüidade Clássica, visto que o termo é comumente ligado aos estudos de Aristóteles sobre retórica. Aristóteles escreveu dois tratados acerca do discurso, o primeiro sobre a *techne rhetorike*, que trata da arte da comunicação cotidiana, ou seja, do discurso em público e o segundo sobre *techne poietike*, que, por sua vez, trata de uma arte de evocação imaginária. Ambas as *technai* são, para Aristóteles, autônomas, já que uma trata de regular a progressão do discurso de idéia em idéia e a outra trata da progressão da obra de imagem em imagem. É, portanto, a oposição desses dois sistemas, isto é, um retórico e outro poético, que, de fato, define a retórica aristotélica.

Aristóteles define a retórica como “a arte de extrair de todo sujeito o nível de persuasão que ele comporta” ou ainda “a faculdade de descobrir o que em cada caso é próprio para persuadir” (Cohen, 1975: 8). Assim, a arte retórica, concebida como a arte de persuadir, enfatiza a eloquência do orador com o objetivo de persuadir o ouvinte. Para Aristóteles, a retórica apresenta-se como uma *techne*, isto é, um meio especulativo de uma capacidade de produzir o que pode ser ou não ser, cuja origem está no agente criador e não no objeto criado.

É, pois, dentro dessa perspectiva que se tem a concepção dos argumentos, visto que eles dependem do orador e de sua adaptação ao público. A arte retórica da persuasão está, assim, intrinsecamente associada ao discurso oral (*oratio*). Aristóteles concebe o discurso como uma mensagem e submete-o a uma divisão de tipo

informativo, que se destacava de acordo com os três gêneros de discursos: quer seja o deliberativo, quer seja o judiciário ou o demonstrativo (o epidítico). Ilustramos abaixo os gêneros do discurso de acordo com cada uma de suas atribuições correspondentes, com base em Aristóteles, conforme Cohen (1975:18).

Figura 1 – Gêneros do discurso de acordo com cada uma de suas atribuições correspondentes

GÊNEROS	AUDITÓRIO	FINALIDADE	OBJETO
Deliberativo	Membros de uma assembléia	Aconselhar / desaconselhar	Útil
Judiciário	Juízes	Acusar / defender	Justo
Epidítico	Espectadores / público	Louvar / censurar	Belo

Assim, com base nos estudos de Aristóteles, temos três tipos de objetos, correspondendo cada um deles a um dos três gêneros do discurso. O deliberativo, pautado na idéia do útil, o judiciário, alicerçado na idéia do justo, e o demonstrativo (epidítico), por sua vez, na idéia do belo ou honorífico. Com base nesses três gêneros, o discurso era visto como a habilidade de persuadir, em diferentes dimensões, quais sejam: “a do orador, que precisa ganhar a confiança do ouvinte; a do ouvinte, pela manifestação de ter sido, ou não, persuadido; e a do próprio discurso pela verdade que tenta demonstrar” (Rodrigues, 1998: 9).

Torna-se visível, portanto, o interesse de Aristóteles pelo estudo dos processos persuasivos que possam existir em cada situação discursiva. Desse modo, esse filósofo demonstrou um interesse explícito com a forma do texto como algo que depende de uma dada situação e que, por essa razão, deveria ser planejado em função da argumentação. Desde a concepção aristotélica, conforme Perelman (1997), toda argumentação está pautada no que se denomina de *objeto de acordo*, fatos, verdades e valores, no sentido aristotélico do termo. É nesse sentido que os *objetos de acordo* se expressam por noções, constituindo-se, assim, em um dado que se deve utilizar da melhor forma possível para persuadir aqueles a quem é destinada a argumentação.

O enfoque proposto por Aristóteles, decorrente dos processos persuasivos contidos nas situações discursivas, representa uma forte reação contra a visão tradicional dos antigos retóricos, uma vez que estes concebiam a retórica simplesmente como técnica de persuasão. Um indicativo disso é a preocupação que esses antigos retóricos tinham em desenvolver uma descrição de partes convencionais do discurso (o exórdio, a narração, as provas, a peroração), atentando apenas para o seu funcionamento como um conjunto de regras rígidas voltado para a prática da eloquência.

Por outro lado, em decorrência dessa concentração exclusiva na descrição do discurso, podemos afirmar que tanto a visão tradicional dos retóricos antigos quanto a visão aristotélica eram intrinsecamente relacionadas ao discurso argumentativo, apesar de ambas se mostrarem distintas na forma de abordarem as situações discursivas (de regras, partes, gêneros e estilos).

Um outro traço marcante dessa abordagem no período clássico é a caracterização de um gênero tomada como uma forma de organização e desenvolvimento das idéias nos textos, isto não só referente a textos argumentativos, mas também a textos narrativos e descritivos.

Desse modo, a retórica clássica tem influenciado, até hoje, a descrição dos gêneros quanto às formas de organização e distribuição das idéias para sua análise. Apesar de se reconhecer a importância da retórica clássica, para os estudos de composição que devem estar circunscritos na concepção do gênero, é necessário destacar a sua limitação quanto à abordagem dos estudos de gênero, por desconsiderar elementos essenciais, como os aspectos sócio-comunicativos dos gêneros.

Assim, conforme afirmam Campbell e Jameson (1978), o estudo do gênero, tido como um estudo retórico do evento individual, isto é, como classes de textos, à maneira como se dava na retórica clássica, deve dar lugar ao estudo das ações recorrentes dentro do processo comunicativo social.

Essa é também a visão de Swales (1990), visto que compartilha com a idéia de os gêneros serem reconhecidos como eventos comunicativos característicos de uma dada comunidade discursiva. Visão esta também assumida por Miller (1994) para quem as regularidades circunscritas nos gêneros textuais são consideradas reflexos da escrita como processo social pautado em situações retóricas recorrentes.

Dessa forma, podemos perceber a existência de diferentes abordagens acerca dos estudos sobre gêneros textuais, o que significa dizer que, de uma forma ou de outra, todas essas abordagens, com as mais variadas concepções que envolvem o termo gênero, contribuíram para nortear a construção de uma nova retórica.

É, pois, dentro dessa diversidade que achamos pertinente ressaltar a abordagem teórica de Bakhtin (1992)⁴, no que se refere a sua forma de conceber a linguagem e a constituição dos gêneros do discurso a partir das esferas de uso da linguagem. No nosso entender, tal abordagem e as demais que foram selecionadas para compor o nosso estudo parecem-nos importantes por sinalizar na direção pretendida neste trabalho, ou seja, de favorecer a compreensão da análise do gênero artigo de opinião.

1.6.2 A abordagem bakhtiniana de gênero

Atualmente, coube à obra de Bakhtin (1992), o ponto de partida para toda reflexão acerca da reconceituação dos gêneros do discurso oral e escrito. A referência a sua obra é obrigatória, quando se trata da questão dos gêneros do discurso. O referido autor, em sua abordagem, amplia a noção aristotélica de gêneros ao destacar os gêneros discursivos em duas classes: primárias (simples) e secundárias (complexas).

⁴ Título da edição original: **O problema do gênero do discurso** (1953).

Os gêneros primários são aqueles que se constituem em “circunstâncias de comunicação verbal espontânea” (Bakhtin, 1992: 281), como a conversação oral cotidiana e carta pessoal. Já os gêneros secundários aludem a “circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa” (idem). São desenvolvidos, geralmente, a partir dos gêneros primários, compreendendo o teatro, o romance, o discurso ideológico e o discurso científico.

Como podemos perceber, os gêneros, para o autor, representam práticas discursivas reais e concretas. Assim, os gêneros, nessa concepção, são vistos como fenômenos contextualmente situados e construídos na interação comunicativa, sendo compreendidos a partir de sua natureza sócio-histórico-cultural. Isto significa afirmar que a escolha do gênero se dá em função da especificidade de uma determinada esfera da comunicação verbal, levando em conta também outros elementos indispensáveis para o estabelecimento da interação comunicativa, como a exploração de uma temática e o conjunto constituído pelos parceiros.

Em razão disso, é pertinente afirmar que provém dos estudos de Bakhtin a idéia da relação indissociável entre gênero do discurso e a esfera da atividade humana em que este é produzido, de modo que o estilo lingüístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana.

Bakhtin (1992: 280), ao tratar da relativa estabilidade dos gêneros, parte de uma visão que engloba três aspectos caracterizadores dos gêneros: a seleção de temas (conteúdo); a escolha dos recursos lingüísticos (estilo); e as formas de organização textual (construção composicional). Segundo o autor, há gêneros mais “padronizados e estereotipados” e gêneros “mais maleáveis, mais plásticos e criativos” (1992: 301). Fica claro assim que a reestruturação criativa faz parte da construção dos gêneros, principalmente, quando estes são utilizados criativamente por aqueles que, dada a familiaridade com as suas regras, os dominam bem.

A reflexão bakhtiniana é, portanto, considerada aquela responsável por uma das maiores contribuições no campo dos estudos lingüísticos contemporâneos, no que tange às suas percepções sobre gêneros discursivos, segundo as quais o gênero passa a ser abordado como um modo de organização do acontecimento enunciativo, conseqüentemente, materializado em “formas estáveis de enunciados”, necessárias ao estabelecimento da “interação verbal” (Bakhtin, 1992: 279).

Em suma, as considerações acerca da abordagem bakhtiniana dos gêneros são de fundamental importância para qualquer análise de gênero. Na realidade, a produção teórica de Bakhtin tem sido necessária para a retomada dos estudos sobre gênero pautada na compreensão da linguagem enquanto espaço de interação. A respeito disso, vale a pena citar as considerações do mesmo autor, ao afirmar que “uma concepção clara sobre a natureza dos gêneros é, pois, indispensável para qualquer estudo lingüístico. Ignorar os gêneros que marcam as variedades discursivas (...) é desvirtuar-se do histórico” (1992: 282).

1.6.3 As contribuições das tendências contemporâneas à análise de gênero

Do ponto de vista da pesquisa na área da Lingüística aplicada, atualmente, três tendências vêm se estabelecendo, na perspectiva de definir e classificar os gêneros textuais discursivos: a Escola de Genebra, a Escola de Sydney e a Escola norte-americana.

Na primeira tendência, integrantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, inspirados nos pressupostos teóricos de Bakhtin (1992) e de Vygotsky (1994), tentam uma experiência aplicada das teorias sobre gêneros na escola elementar. Tal tendência vem desenvolvendo uma linha específica de psicologia da linguagem denominada como interacionismo sócio-discursivo, tendo como fator determinante a inserção da criança no universo das instituições sociais através do uso dos diversos gêneros. Compartilham da teoria da

enunciação de Bakhtin, enfatizando o uso de gêneros primários como um meio de viabilizar à criança a construção dos gêneros secundários (Rojo, 1999). A Escola de Genebra tem como seus representantes os teóricos Bronckart, Schneuwly e Dolz.

Uma das grandes questões de interesse dessa tendência é promover uma integração entre os aspectos sociais e convencionais da linguagem, vista como prática social. Em vista disso, o objetivo da sua investigação é explicar a apropriação das práticas de linguagem em circulação no contexto social, por parte do indivíduo.

Na realidade, as noções de práticas da linguagem, de ação de linguagem e de gênero são fundamentais nessa abordagem. Segundo Bronckart (1999), a linguagem é concebida em dois níveis: macrosocial e micropsicológica. Neste último, a linguagem é vista como atividade que se realiza sob a forma de “ações da linguagem” dos indivíduos particulares, como produção, compreensão e interpretação. Já no primeiro nível, a linguagem é vista como uma prática referente às mediações comunicativas, cristalizada na forma de gêneros, acumulados pelos grupos sociais ao longo da história. Nesse processo, portanto, é fundamental o papel articulador do gênero entre as dimensões sociais e cognitivas da linguagem. De acordo com Schneuwly (1996), os gêneros são vistos como instrumentos semióticos complexos que fornecem suporte às ações de linguagem. Com esta definição, esse autor retoma a noção bakhtiniana de gênero e a noção semiótica de Vygotsky (1994).

Na visão de Schneuwly (1996), a situação comunicativa e gêneros são indissociavelmente ligados. Com base na visão bakhtiniana sobre gêneros de discurso, o autor considera a aquisição dos gêneros primários como um ato inconsciente e involuntário. Para ele, a aquisição de tais gêneros só pode ocorrer à medida que vivenciamos uma situação comunicativa imediata, uma vez que tais gêneros são compreendidos como aqueles considerados em situações de interação espontânea.

No que diz respeito à aquisição dos gêneros secundários, segundo o autor, ela não ocorre em situações organicamente ligadas ao gênero. Por outras palavras, isto

implica afirmar que os gêneros secundários, por surgirem em interações mais complexas e organizadas por meio da escrita, não mantêm uma relação direta com a situação comunicativa imediata. Ainda assim, é importante frisar que, conforme o autor, essa autonomia do gênero em relação à situação comunicativa imediata não pode implicar em uma descontextualização desse gênero, pois, independente de ser este primário ou secundário, o que importa é o fato de ambos apresentarem um caráter sócio-histórico.

É importante aqui salientar que os gêneros secundários assumem um caráter especial, visto que a sua construção é quase sempre uma construção complexa dos gêneros primários. Essa é a principal razão, como afirma Schneuwly (1996), que caracteriza a passagem de um gênero a outro, ocorrendo, assim, sob o ponto de vista bakhtiniano, a transformação dos gêneros. As transformações dos gêneros são caracterizadas pela capacidade que o ser humano tem de construir gêneros mais complexos a partir de outros mais simples.

Assim, a contribuição de Schneuwly, como um dos pesquisadores dos gêneros sob o enfoque da Escola de Genebra, consiste em apresentar a noção de uma relação dialética entre gênero e prática discursiva, uma vez que tal relação é marcada pelo fato de os gêneros se adequarem aos novos contextos sócio-históricos. É, portanto, em decorrência dessa relação que se dá uma imensa diversidade de gêneros nas mais variadas esferas das atividades humanas, o que justifica as formas de uso da linguagem serem tão variadas quanto estas.

Quanto à abordagem da segunda tendência, isto é, da Escola de Sydney, assim denominada devido a sua vinculação com o Departamento de Linguística da Universidade de Sidney, tem como base os princípios teóricos dos lingüistas funcionais-sistêmicos, como Halliday, Rothery e Kress. É voltada para uma aplicação pedagógica desses princípios e para os aspectos políticos e ideológicos que circundam os diferentes gêneros.

Nessa tendência, evidencia-se uma reflexão crítica acerca dos condicionamentos a que os diferentes gêneros são expostos. Nesse sentido, o grupo demonstra uma postura crítica quanto ao fato de os “diferentes gêneros incorporarem valores das classes dominantes” (Bezerra, 2001). Dessa forma, os pesquisadores desse grupo apontam para a necessidade de “dotar os estudantes menos favorecidos dos recursos necessários para que possam dominar os gêneros socialmente prestigiados” (idem).

Ao avaliar essas considerações, cabe ressaltar que o enfoque da Escola de Sydney, embora não sendo objeto de estudo desta pesquisa, subsidia a compreensão da importância do gênero no contexto escolar. Na realidade, o compromisso pedagógico, que se efetiva em parte no currículo escolar, precisa ter a sua atenção voltada para os gêneros existentes socialmente. Esta, portanto, seria uma forma de levar o aluno a dominar os gêneros socialmente prestigiados, isto é, tal como estes gêneros funcionam nas práticas de linguagem em cada contexto social. Contribuições neste sentido servem para ampliar o entendimento sobre os gêneros, especialmente o dos gêneros produzidos em situação escolar.

A terceira tendência, por fim, sob o rótulo de Escola norte-americana, baseia-se em Swales (1990), um estudo proeminente na área de ensino do Inglês para fins específicos. Tal abordagem defende o conceito dinâmico de gênero, explora a complexidade das relações entre texto e contexto. Embora se apóie no descritivismo por privilegiar aspectos da estrutura interna dos textos, não prioriza, no entanto, em suas análises, questões sócio-políticas. Seguem as orientações dessa tendência teóricos como Miller e Bhatia.

Nesse sentido, os aportes teóricos dessa tendência estão centrados no objetivo de descrever e compreender os gêneros específicos como ações sociais dentro de contextos particulares, isto é, sócio-históricos. Colocam em evidência uma perspectiva sócio-retórica e pragmática de estudo, com base no reconhecimento do papel do contexto na definição, compreensão e análise de gêneros. Tanto é que suas pesquisas

sobre redefinições do conceito de gênero são pautadas em estudos empíricos de escrita escolar e em locais de trabalho.

É importante ressaltar que, nessa abordagem, é notória a influência da nova retórica de Kenneth Burke e Lloyd Bitzer nos estudos da escola norte-americana, visto que os atos de fala, a linguagem e o discurso são concebidos como ações simbólicas em contextos situacionais específicos. Sendo assim, a escrita, em seus diversos gêneros, é incorporada nos discursos específicos, que, por sua vez, são socialmente situados, motivados e restritos. O gênero, portanto, deixa de ser concebido como uma mera forma social padrão e passa a ser visto como uma estratégia retórica socialmente padronizada, visto que as situações recorrentes requerem respostas ou formas recorrentes compatíveis com as situações de uso da linguagem.

Essa noção indissociável entre gêneros e esferas sociais de uso da língua encontra-se, de maneira bem evidente, ancorada nos aportes teóricos de Bakhtin (1992). É importante ressaltar que, além da abordagem bakhtiniana e da nova retórica, ocorre a influência de outras correntes teóricas sobre esses estudos, como a Filosofia Analítica de Oxford, desenvolvida por Austin (1962) e o construcionismo social (vertente de natureza filosófica ligada à linha de trabalho desenvolvida por Thomas Kuhn e Kenneth Burk).

Ainda na perspectiva de explicitar a noção de gênero, no interior da Escola norte-americana, sob a influência dessas diferentes correntes teóricas, merecem destaque as contribuições de Swales (1990); de Bhatia (1993) e de Miller (1994). Antes, é necessário esclarecer que as contribuições desses dois primeiros autores serão apresentadas nos itens 2.2 e 2.3, respectivamente, deste trabalho.

O enfoque central da tese de Miller (1994) consiste em discutir relações entre gênero e situação recorrente. Para a autora, o gênero pode representar uma ação retórica típica. As suas observações visam enfatizar as bases do gênero na ação social

praticada dentro de um contexto amplo em resposta às exigências de situações retóricas recorrentes.

Sendo assim, conforme Miller (1994), a concepção retórica de gênero deve contribuir para esclarecer a compreensão da prática retórica. Por outras palavras, a noção de gênero encarado como ação social deve contribuir para o entendimento das convenções do discurso que uma sociedade estabelece como meios de agir de uma comunidade retórica. Assim, para esta autora, entre os recursos que são utilizados por uma comunidade retórica, o gênero é o único que possui força como ação social. Tal como apresentada, a contribuição de Miller (1994) consiste em sugerir o reconhecimento da primazia social na compreensão dos gêneros e do papel do contexto nessa compreensão.

Por fim, convém destacar que essa é uma das tendências que fornecem subsídios teóricos para esta pesquisa, uma vez que seu conceito de gênero está intrinsecamente relacionado com o contexto das ações sociais de uma comunidade.

1.7 A concepção de gênero em Swales

Dos estudos mais recentes sobre gêneros, como os da corrente norte-americana, mencionada no item anterior, consideramos importante destacar as contribuições de John Swales (1990). Os estudos de gênero desse autor estão entre as principais fontes de referência quando se trata de pesquisas atuais sobre gêneros em contextos específicos, como os de grupos de profissionais e de grupos por área de interesse. Tais estudos têm sido abordados por um número significativo de produções, como dissertações, teses e artigos de pesquisa, com o interesse de repensar as concepções teórico-metodológicas desse autor acerca da análise de gêneros.

Nesse sentido, podem ser destacadas algumas produções, adotando a perspectiva da Linguística Aplicada, aos estudos de Swales (1990), tais como as

propostas de Santos (1995) e de Motta-Roth e Hendges (1996) em pesquisas com resumos de artigos acadêmicos, bem como as propostas de Rodrigues (1998) numa pesquisa com resumos de dissertações e a de Bezerra (2001) com resenhas acadêmicas. Nessa mesma linha de trabalho com gêneros, destacamos ainda as produções de Bernardino (2001), de Bonini (2002 [1999]), entre outros.

Consideramos importante salientar que Swales (1990), ao postular o gênero na sua dimensão social e pragmática, contempla critérios básicos “em função de como os gêneros estão relacionados aos seus usos e aos seus usuários” (Rodrigues, 1998: 12). Conforme o autor, o gênero constitui-se de uma classe de eventos comunicativos, cujo critério principal que o transforma em um tipo particular é a existência de propósitos comunicativos comuns e com características prototípicas; possui uma base estrutural ao estabelecer restrições em termos de conteúdo, posicionamento e forma; e dispõe de uma nomenclatura que é usada por uma comunidade discursiva como importante fonte de *insight*. Desse modo, Swales parte de uma concepção renovada de gênero, ao afirmar que

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva e dessa passam a constituir o fundamento do gênero. Esse fundamento modela a estrutura esquemática do discurso e influencia e limita a escolha de conteúdo e estilo. Se todas as expectativas referentes à caracterização de um gênero forem alcançadas, o exemplar será visto como protótipo para uma comunidade discursiva (Swales, 1990: 58).

É sob esse enfoque que Swales aponta os propósitos comunicativos como fator determinante no reconhecimento dos gêneros. Outro aspecto importante a ser ressaltado nas reflexões desse autor é que, além dessas características básicas, como os propósitos comunicativos, há outras necessárias para o reconhecimento dos gêneros, tais como a forma, o conteúdo e o estilo, considerados atributos característicos de um texto. Esses elementos, portanto, são considerados significativos e subsidiam o

reconhecimento de um gênero particular, embora alguns deles sejam considerados mais típicos ou representativos que outros. Isto implica afirmar que um gênero, por não se tratar de uma entidade formal, é sobretudo, uma entidade pragmática, ou seja, um agir contextualizado.

Além disso, observamos que, ao se referir à noção de gênero, esse autor propõe uma organização retórica de gênero pautada nos propósitos que regem a interação da comunidade discursiva. Assim, a descrição de gêneros não pode ser efetivada sem que se estabeleça, necessariamente, uma relação entre o gênero, a comunidade discursiva e os seus propósitos comunicativos.

Em suma, consideramos a concepção teórica em questão de fundamental importância para esta pesquisa, já que seu foco centra-se nas noções de gêneros e de comunidade discursiva definidas como estrutura sócio-retórica que, segundo Swales (1990), voltam-se para um conjunto de objetivos comuns. Essas reflexões acerca de gênero e de comunidades discursivas serviram de suporte para um estudo mais acurado sobre o nosso objeto de pesquisa.

1.7.1 A noção de comunidade discursiva

Ao estabelecer critérios para definir gênero, o que parece pertinente assinalar nas reflexões de Swales (1990) é o interesse em destacar o conceito de gênero no âmbito de um dado grupo de interação sob o rótulo de “comunidade discursiva”. Com isto, demonstra a intrínseca relação entre conceito de gênero e noção de comunidade discursiva.

Dessa forma, gênero e comunidade discursiva “são noções imbricadas de tal forma que é impossível entender um sem o outro” (Bezerra, 2001: 21). As noções de comunidade discursiva e gênero podem ser definidas na seguinte assertiva:

Comunidades discursivas são redes retóricas que se formam a fim de atuar em torno de um conjunto de objetivos comuns. Uma das características que os membros estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos (...) os gêneros são propriedades de comunidades discursivas, não a indivíduos, a outros tipos de grupos ou a vastas comunidades de fala (Swales, 1990: 9).

A abordagem de Swales (1990) sobre comunidade discursiva contempla seis características: a) a existência de objetivos comuns; b) mecanismos que permitem a intercomunicação entre seus meios; c) uso e posse de gêneros apropriados para dar encaminhamento a seus objetivos; d) léxico específico; e) um certo grau apropriado de conhecimento relevante e f) proficiência discursiva.

Por essas características de constituição de uma comunidade discursiva, podemos afirmar que seus membros integrantes devem dominar e utilizar convenções peculiares a um dado gênero, que são desconhecidas por parte daqueles que não integram tal comunidade.

Outro aspecto importante a ser destacado no estudo de Swales é que, ao determinar critérios bem delimitados sobre comunidades discursivas, ele vem sendo criticado, segundo Freedman e Medway (1994), por seu caráter eminentemente instrumental e consensual. A propósito disso, os dois últimos autores alertam para a necessidade de essa abordagem, além de analisar a descrição de gêneros em contextos específicos, assumir também uma análise de teor crítico às dimensões político-ideológicas dos gêneros.

Tal afirmação nos leva a registrar a ressalva feita por Miller (1994), que, ao se referir a essa questão, destaca a importância dos estudos sobre gêneros, não no que tange à possibilidade de estes criarem taxionomias, classificações formais, mas à possibilidade de apreenderem aspectos sócio-culturais subjacentes na organização retórica dos gêneros.

Por fim, é importante assinalar algumas considerações baseadas nas contribuições de Bonini (2002), que, em recentes investigações sobre gêneros textuais, pontuou questões relevantes referentes à comunidade discursiva de jornalistas à luz da proposta de Swales (1990), em virtude de o seu conceito de comunidade discursiva contribuir para a compreensão dos processos que norteiam o uso dos gêneros.

A pesquisa de Bonini (2002: 11) contesta, em parte, o conceito de comunidade discursiva na visão de Swales, por apresentar lacunas no tocante à compreensão dos gêneros de mídia aberta, uma vez que os critérios de “uniformidade temática” e de “dialogismo direto” cumprem um papel determinante para a compreensão de comunidade discursiva. Tais critérios não contemplam os gêneros literários, no caso, os estéticos nem tampouco os gêneros peculiares aos meios de comunicação de massa, a exemplo dos gêneros jornalísticos.

Segundo o autor, a compreensão de comunidades discursivas nessa perspectiva leva em conta apenas os mecanismos de intercomunicação, ou seja, de reversibilidade comunicativa. Por isso, o conceito de comunidade discursiva, com base na proposta de Swales (1990), não pode ser aplicado a comunidades discursivas como a dos jornalistas, visto que não podemos afirmar que esses mecanismos sejam exatamente de intercomunicação, mas, sim, de comunicação, já que estes não são participativos.

Essa análise sobre o conceito de comunidade discursiva leva o autor a concluir que agrupamentos de jornalistas podem ser denominados comunidades discursivas jornalísticas, mas no sentido de “comunidades discursivas complexas”. Em vista disso, considera a comunidade discursiva jornalística como um “núcleo de indivíduos” detentor de poderes sobre o manejo dos gêneros trabalhando em função de receptores que atuam de modo bastante indireto na condução dos atos discursivos (Bonini, 2002: 157).

Vimos, assim, que há uma divergência por parte desse autor no tocante aos princípios de Swales sobre comunidade discursiva e, via de consequência, em relação

à possível comunidade discursiva dos jornalistas, embora reconheça ser de grande utilidade a concepção de comunidade discursiva de Swales (1992) por proporcionar uma melhor compreensão dos processos que orientam o uso dos gêneros.

Em face disso, consideramos necessário dar particular atenção às considerações de Swales (1990), com vista a subsidiar nossa pesquisa. Dessa maneira, abordaremos no item subsequente o modelo *CARS* – *Create a Research Space* – com o fim de facilitar o entendimento de nossas considerações sobre a caracterização do artigo de opinião nas comunidades discursivas consideradas neste trabalho.

1.7.2 O modelo de análise (*CARS*)

Esta pesquisa toma como parâmetro o modelo de análise de gêneros, postulado por Swales (1990), que tem como objetivo revelar a organização retórica do gênero, considerando a distribuição das informações mais recorrentes. De modo geral, cabe ao jornalista a tarefa de perceber as convenções do gênero utilizadas pelas comunidades discursivas, devendo dar particular atenção à representação dessas convenções dos eventos comunicativos de forma a não estabelecer rótulos prescritos à análise do gênero.

Salientamos que, nesse modelo, denominado “modelo *CARS*” – *Create a Research Space* – Swales apresenta unidades temáticas obrigatórias e opcionais que aparecem na introdução de artigos de pesquisa. Esse modelo proposto por Swales (1990) para a análise de gêneros, posteriormente, foi aplicado na análise de outros gêneros, mais especificamente, de gêneros acadêmicos, a exemplo das produções científicas como as de Myers (1990) sobre a escrita de profissionais em Biologia e as de Huckin e Ackerman (1991), McCarthy (1978) e de Freedman (1990) sobre a escrita por disciplinas na universidade. Além dessas pesquisas, podemos mencionar outros trabalhos a que nos referimos anteriormente, no item 2.2.

Entretanto, não podemos deixar de ressaltar o modelo *CARS* como uma das referências do trabalho de Swales que vem sendo atualmente adaptado também à análise da organização retórica de gêneros relacionados a outras esferas sociais, com o objetivo de apresentar comportamentos típicos na descrição de gêneros. Podemos citar, por exemplo, as produções de Bonini (2002 [1999]) e de Silva (2002) sobre gêneros jornalísticos, bem como a produção de Bernardino (2001) sobre o gênero depoimentos de alcoólicos anônimos. Nesse sentido, propusemo-nos a utilizar o modelo de Swales (1990), em nossa pesquisa, a título de apreender uma organização retórica relativamente típica do gênero que estamos investigando no âmbito das comunidades discursivas, tanto a de jornalistas quanto a de alunos.

Convém ressaltar que o modelo *CARS* – *Create a Research Space* (1981), em sua primeira versão, é constituído com apenas quatro movimentos retóricos para evidenciar a estrutura das introduções de artigos de pesquisa (AP): *Movimento 1 – Estabelecendo o campo da pesquisa*; *Movimento 2 – Sumarizando pesquisas prévias*; *Movimento 3 – Preparando a presente pesquisa*; e *Movimento 4 – Introduzindo a presente pesquisa*.

Posteriormente, esse modelo foi ampliado por Swales, adquirindo uma segunda versão em 1990. O modelo *CARS* 1990 passou, então, a ser constituído de três movimentos retóricos (*moves*), distribuídos em onze submovimentos (*steps*): *Movimento 1 – Estabelecendo o território* – submovimento 1 – alegando centralidade – submovimento 2 – fazendo generalizações típicas – submovimento 3 – revisando itens de pesquisas prévias; *Movimento 2 – Estabelecendo um nicho* – submovimento 1A – contra-argumentando – submovimento 1B – indicando uma lacuna – submovimento 1C – levantando questões – submovimento 1D – continuando uma tradição; *Movimento 3 – Ocupando o nicho* – submovimento 1A – delineando os propósitos – submovimento 1B – anunciando a presente pesquisa – submovimento 2 – anunciando as descobertas principais – submovimento 3 – indicando a estrutura do artigo de pesquisa (AP).

Vale ressaltar que o termo *move*, utilizado no modelo de Swales, tem sido adotado com outras denominações por muitos pesquisadores, de acordo com os propósitos que regem as suas investigações, tais como os termos “movimento e submovimento”, utilizados por Santos (1995); “movimento e subfunção”, utilizados por Motta-Roth e Hendges (1996); e “unidade e subunidade retórica”, por Rodrigues (1998).

Cabe acrescentar que, nesta pesquisa, para verificar a distribuição das unidades de informação em artigos de opinião, adotamos a denominação “unidade” e “subunidade retórica”, a exemplo da produção de Rodrigues (1998), realizada com o gênero resumo acadêmico.

Finalizando este item, vejamos, na íntegra, a definição dada por Rodrigues (1998: 124) para a denominação dos termos “unidade” e “subunidade retórica”.

Uma unidade retórica é conhecida como uma unidade de conteúdo informacional dentro de uma estrutura hierárquica de distribuição das informações na arquitetura física do texto, com algumas formas opcionais de apresentação que podem ocorrer combinadas ou não, à escolha do autor. Essas escolhas ou mecanismos de condução das informações em cada unidade básica são denominadas por sua vez de subunidades retóricas.

1.8 Os gêneros na concepção de Bhatia

A abordagem de Bhatia (1993) tem a sua base nos estudos norte-americanos, acrescentando contribuições significativas ao trabalho de Swales. Esse teórico remete as suas contribuições à análise de gênero situada em contextos profissionais, sem, no entanto, deixar de priorizar, igualmente, os gêneros acadêmicos. Para o autor, os gêneros definem-se essencialmente em termos do “uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados” (Bhatia, 1997: 3).

Como bem coloca esse autor, os gêneros produzidos em contextos sociais devem adquirir relevância crucial, uma vez que devemos destacar a participação efetiva de membros da comunidade discursiva na legitimação dos gêneros regularmente produzidos no seu meio, através do reconhecimento de cada um desses gêneros e da identificação dos seus objetivos comuns.

É nessa perspectiva que esse autor discute a importância não apenas da recorrência de situações retóricas, mas também dos propósitos comunicativos compartilhados e das regularidades de organização estrutural. Tais aspectos convencionais, segundo o autor, estão inter-relacionados e, por isso, têm sido destacados na literatura sobre gêneros. O primeiro, por estar relacionado ao “contexto sócio-cultural e situado em culturas disciplinares específicas” (Bhatia, 1997: 4). Já o segundo, por levar a uma compreensão da situação retórica típica que, por sua vez, conduz à identificação dos “propósitos comunicativos mutuamente compartilhados por participantes associados a uma comunidade discursiva em particular” (1997: 4). O terceiro e último aspecto tem a sua relevância, segundo o autor, por propiciar a identificação de formas organizacionais que freqüentemente delineiam um constructo teórico dos gêneros.

Cabe, segundo o autor, assinalar a importância dessas orientações na perspectiva de que cada um desses aspectos convencionais contribua na construção e interpretação de gêneros. Sendo assim, o ponto comum nas discussões das diferentes abordagens sobre gêneros tem sido sempre os aspectos convencionalizados e institucionalizados da construção dos gêneros. Em vista disso, os gêneros são desenvolvidos por certo período e não reconhecidos até que se tornem bastante padronizados. Essa, portanto, seria uma das razões de a teoria dos gêneros dar forte ênfase aos aspectos institucionalizados, quando se trata da “construção e da interpretação dos gêneros” (Bhatia, 1997: 2).

Seguindo essa linha de pensamento, para Bhatia, a exploração dos gêneros requer uma grande familiaridade não só com o seu propósito comunicativo e modo de

construção, mas também com o uso de suas convenções, cabendo a “escritores especialistas” o papel de lidar com os gêneros de forma criativa. A provável deformação do gênero, segundo o autor, pode acontecer em função de um dado gênero ser explorado por aqueles não-especialistas, que não sabem lidar estrategicamente com as restrições convencionais criativamente.

Além disso, o autor reconhece que a estabilidade do gênero dentro da comunidade de especialistas depende da experiência daqueles que a integram no que tange ao tratamento de suas regras convencionais. Destaca, ainda, as relações de poder entre membros especializados e membros iniciantes de uma dada comunidade discursiva, visto serem estas refletidas no trato das convenções dos gêneros utilizados por comunidades disciplinares específicas. Assim, como afirma o autor, “somente os membros da comunidade especializada, que adquirem o direito de se apropriar das formas, têm o poder tanto de construir, de interpretar e usar gêneros e também controlar as respostas dos de fora” (Bhatia, 1993: 13).

Convém acrescentarmos ainda que, segundo Bhatia (1997), há uma distinção entre gêneros e subgêneros. Partindo dessa perspectiva, é possível demarcar a fronteira entre gêneros diferentes a partir de uma mudança radical nos propósitos comunicativos, enquanto as modificações menores permitem identificar os subgêneros. Por outras palavras, os gêneros, sendo identificados em função dos propósitos comunicativos que incorporam, tornam-se subgêneros quando há pequenas modificações nesses propósitos. Portanto, é necessário dar particular atenção às variações produzidas dentro da organização do gênero, visto que estas variações são consideradas como critério decisivo para indicar uma diferença substancial nos propósitos comunicativos, que, por sua vez, vão possibilitar identificá-las como gêneros ou subgêneros.

Assim, como esta pesquisa se deteve na análise de artigos de opinião produzidos por alunos, em situação escolar, contrapondo-os a artigos de opinião produzidos pela imprensa, por certo, as considerações de Bhatia (1993, 1997)

contribuíram para uma análise sólida dos comportamentos retóricos delineados na estrutura composicional dos artigos de opinião de ambos os grupos. Dessa forma, os aportes desse autor serviram de subsídios a esta pesquisa no sentido de examinar até que ponto as alterações praticadas nos propósitos comunicativos dos artigos de opinião de alunos indicam serem estes um gênero ou uma variação da estrutura prototípica do gênero em questão, o artigo de opinião da imprensa, com base em Swales (1990).

Feitas essas considerações a respeito do gênero, faremos, no subitem que se segue, uma exposição dos meios utilizados por Boissinot para definir o campo da argumentação.

1.9 O modelo argumentativo no estudo de Boissinot

Alain Boissinot publicou em 1992 um trabalho intitulado *Les textes argumentatifs*, em que apresenta de forma precisa um quadro teórico no qual se refere a uma reflexão didática sobre textos argumentativos.

A partir de pesquisas que norteiam uma reflexão filosófica, como os trabalhos de Perelman (1970), esse autor trata da questão da definição de tipos de textos argumentativos, procurando assim definir o campo e os meios da argumentação.

Segundo Boissinot (1992), no campo da argumentação, com base na distinção kantiana entre o persuadir e o convencer, temos, de um lado, a arte de demonstrar, cujo modelo é o da geometria e ressalta os procedimentos lógicos, de outro lado, uma arte de levar a concordar, totalmente depreciada porque não é racional.

Apoiado na teoria de Perelman (1970), Boissinot parte da concepção de que a argumentação não pode ser conduzida pelo andamento científico, em virtude de esta não poder se reduzir a procedimentos lógicos, já que a argumentação é o lugar do desacordo entre pontos de vistas distintos. Assim, todo esforço da teoria perelmaniana,

como afirma Boissinot, consiste em retomar a tradição aristotélica, repensando uma nova retórica que não seja restrita nem à arte de demonstrar nem a uma simples arte de levar a concordar.

Essa é a principal razão de uma ciência racional não poder se contentar com opiniões mais ou menos semelhantes, o que impõe, portanto, uma substituição destes termos, isto é, o de *demonstrar* e o de *concordar* por um sistema mais complexo: o de demonstrar, o de argumentar e o de persuadir.

Nessa perspectiva, a substituição de um sistema dualista do tipo pascaliano (convencer/concordar) por um sistema de três termos (demonstrar/argumentar/persuadir) permite lidar com um campo próprio da argumentação. Conforme o autor, vejamos abaixo, os elementos constituintes de cada um destes termos que integram o campo próprio da argumentação.

Figura 2 – Campo próprio da argumentação (Boissinot, 1992, p. 8)

DEMONSTRAR	ARGUMENTAR	PERSUADIR
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Lógica formal, que exclui as ambigüidades (raciocínios analíticos) ◆ Procedimentos racionais que se encaminham ao entendimento ◆ Raciocínio impessoal e artificial ◆ Domínio da verdade (<i>aletheia</i>) ◆ Uma única prova ◆ Audiência universal 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Procedimento dialógico que opera julgamentos de valores (raciocínios dialéticos) ◆ Visa à convicção racional fazendo apelo ao entendimento ◆ Raciocínios não-impessoais e não-artificiais ◆ Domínio da opinião, do verossímil (<i>doxa</i>) ◆ Provas mais ou menos abundantes ◆ Audiências particulares, visando uma audiência universal ◆ Audiência implicada na busca do preferível 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ A arte da sugestão ou da manipulação ◆ Usa a persuasão por todos os meios ◆ Papel essencial da imagem do que procura persuadir ◆ Audiências particulares (alvos) ◆ Audiência passiva

Observamos que os meios utilizados para definir o campo da argumentação esboçado por Boissinot (1992) dão conta dos diversos processos e estratégias envolvidos na construção de uma nova retórica, ampliando, assim, o campo do debate, isto é, o da argumentação.

Além disso, observamos que, na visão desse autor, a argumentação ocupa uma posição intermediária, visto que a personalidade do argumentador desempenha aí um papel incontestável. Vista assim, a argumentação sugere um raciocínio dialético e não um raciocínio analítico. Por isso, para Boissinot, argumentar não consiste em obter uma persuasão irracional que joga com a vontade, mas sim em obter uma convicção racional, apelando dessa forma para o entendimento.

Vale ressaltar, por último, a importância do emissor e da audiência, nas considerações de Boissinot, sobre os meios utilizados para definir o campo da argumentação, já que da demonstração à persuasão o papel da personalidade do emissor é cruzada, pois, segundo esse autor, indiferente à validade de uma demonstração, a imagem do emissor e a representação da audiência são essenciais nas técnicas de persuasão.

Dessa forma, Boissinot (1992: 10) define o texto argumentativo como sendo “o lugar de um diálogo com audiência no centro do diálogo argumentativo. Essa relação pode assumir formas diversas, de acordo com a condição de que a argumentação vise uma audiência universal ou se aproxima das técnicas de persuasão”.

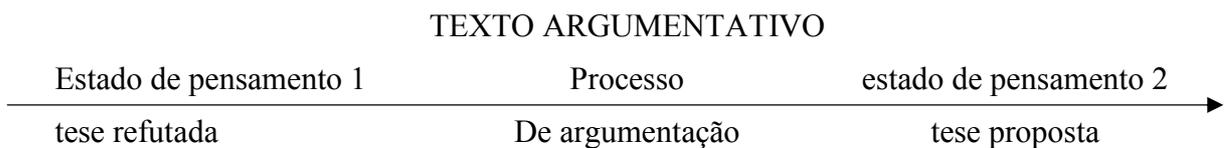
1.9.1 O desenrolar e o desenvolvimento do texto argumentativo

Ao tratar da questão da organização dos textos argumentativos, Boissinot (1992) procura utilizar critérios coerentes com os que são empregados para caracterizar os textos narrativos e descritivos.

Inicialmente, o autor tenta mostrar que, assim como o texto narrativo (TN)⁵ faz passar de um estado inicial a um estado final por meio de um processo de transformação, o texto argumentativo (TA) faz passar de um estado de pensamento inicial a um estado de pensamento final, isto é, de uma tese refutada a uma tese proposta.

Este estágio de transformação do texto argumentativo difere do texto narrativo, visto que este ocorre por meio de um processo argumentativo, conforme é demonstrado no esquema, a seguir, em que o autor coloca em evidência o caráter dinâmico do TA (Boissinot, 1992: 32).

Figura 3 - Esquema do desenrolar do texto argumentativo



Por este esquema teórico, segundo o mesmo autor, é possível que algumas teses, por razões que dizem respeito à estratégia utilizada pelo argumentador, venham a ficar implícitas. Alinhando-se a essa compreensão, é possível também anunciar primeiramente as teses, apresentar a argumentação, afirmar a tese proposta antes mesmo de evidenciar a tese refutada. Qualquer uma dessas variações circunscritas no processo da argumentação ganhará sentido, segundo estratégias argumentativas.

Um outro traço, que, na visão de Boissinot (1992), aproxima o texto argumentativo do texto descritivo (TD), é o fato de ambos os textos se desenvolverem, propondo um número *a priori* não definido de argumentos, em virtude de a escolha do número de argumentos ocorrer em função das circunstâncias. O número de

⁵ Abreviamos nesta seção, conforme o autor, texto argumentativo (TA), texto narrativo (TN), texto descritivo (TD) e texto expositivo (TE).

argumentos, portanto, pode ser insuficiente para convencer, bem como ser suficiente para não suscitar dúvidas acerca do valor de cada argumento tomado isoladamente.

Assim sendo, conforme afirma o autor, o texto argumentativo aparece “como a combinação de um desenrolar dinâmico (permitindo passar de uma tese a outra) e de um desenvolvimento que organiza, em uma espécie de circuito argumentativo um certo número de argumentos” (Boissinot, 1992: 45).

Por último, se os traços característicos citados anteriormente aproximam o texto argumentativo (TA) do TN e do TD, fica claro assim que o seu caráter dialógico funciona como uma especificidade desse tipo de texto.

Segundo Boissinot (1992), o dialogismo dos textos argumentativos é relevante por ser essencialmente o local de um discurso contraditório sobre o real. Portanto, o caráter dialógico do TA é marcado por dois pontos de vista que se cruzam e se exprimem de forma explícita: o do argumentador e daqueles que defendem a tese refutada.

1.9.2 A estrutura do texto argumentativo

Em se tratando de textos argumentativos, Boissinot (1992) afirma que devem apresentar uma estrutura de forma que se enquadre no padrão subjacente a eles. Esse padrão deve configurar um esquema que faz passar de um estado de pensamento inicial (tese refutada) a um estado de pensamento final (tese proposta) por meio de um processo de argumentação. Tal processo, por sua vez, deve ser organizado por um certo número de argumentos e/ou evidências, denominado, por esse autor, circuito argumentativo.

Boissinot (1992), ao discutir essa questão, afirma ainda que tal esquema é relevante para o texto argumentativo por proporcionar-lhe um caráter dinâmico e,

sobretudo, dialógico, o que permite diferenciá-lo do texto expositivo (TE). Na concepção do autor, o texto expositivo (TE), em geral, é caracterizado por um ponto de vista unificado e pelo desenvolvimento constante de um tema, justapondo afirmações. Já o texto dialógico (TD) coloca em primeiro plano o aspecto polêmico da argumentação, uma vez que tal aspecto é manifestado no contraste de diferentes pontos de vista.

Cumpramos salientarmos, entretanto, que, em ambos os casos, segundo o mesmo autor, uma ou mais teses são estabelecidas e o processo argumentativo deve ser organizado de tal maneira que se coloque em evidência certo número de argumentos idealmente suficientes para convencer o leitor.

A propósito disso, o autor adverte sobre o modo como esse processo de argumentação é conduzido, o que permite distinguir três tendências de textos mais evidentemente argumentativos ou textos argumentativos mais construídos. Assim, Boissinot (1992) define os três tipos seguintes:

- a) *argumentativo de tendência expositiva*: ao propor claramente uma tese, estrutura-se com base numa progressão da informação, utilizando uma estratégia neutra com tendência a se organizar de acordo com um modelo próximo daquele dos textos expositivos;
- b) *argumentativo de tendência dialógica*: enfatiza o aspecto polêmico da argumentação, manifestado no contraste de diferentes vozes ou pontos de vista e pelo seu caráter dialógico, assim como em tudo aquilo que aproxima o texto de um intercâmbio oral (exclamação, interrogação retórica);
- c) *argumentativo de tendência demonstrativa*: organiza-se segundo procedimentos de raciocínio clássico ou de demonstração lógica, utilizando estratégias argumentativas relativamente fáceis, como a indução, a dedução, analogias e a progressão do raciocínio de modo a se chegar à tese proposta.

Figura 4 – Textos argumentativos (Boissinot, 1992, p. 51)

	ARGUMENTATIVO DILUÍDO	MODELOS ARGUMENTATIVOS MAIS CONSTRUÍDOS		
	MODELO 1	MODELO 2 com tendência demonstrativa	MODELO 3 com tendência expositiva	MODELO 4 com tendência dialógica
Características principais	Escrita fragmentada, várias digressões, coerência de superfície.	Estruturação e progressão do tipo lógico.	Neutralidade aparente, aporte de informações	Diálogo argumentativo de vozes presentes (refutação, ironia etc.)
Ferramentas privilegiadas de análise		Procedimento de raciocínio, conexões lógicas	Progressão da informação (temas/propósito)	Estudo do sistema enunciativo

Cumpramos observar, ainda, que o modo de realização do modelo geral do texto argumentativo proposto pode variar em função da estratégia argumentativa utilizada pelo argumentador, engendrando, assim, esses diferentes tipos argumentativos: argumentativo de tendência dialógica, argumentativo de tendência expositiva e argumentativo de tendência demonstrativa.

De modo geral, isso remete à conclusão de que esse esquema sugere o caráter dinâmico e polêmico do texto argumentativo, uma vez que, neste texto, são estabelecidos diferentes pontos de vista, ou seja, tanto os do argumentador quanto os dos detentores da tese que este argumentador trata de refutar.

Na realidade, para Boissinot (1992), um traço marcante e definidor do texto argumentativo não é a finalidade persuasiva como aquela referente à retórica aristoteliana, mas sim o seu aspecto polêmico. Esse traço é fundamental para que se distinga o texto argumentativo de tendência dialógica, por exemplo, do texto expositivo, comumente caracterizado pelo desenvolvimento de um tema, isto é, por um ponto de vista.

Depois dessas considerações sobre os diferentes tipos de textos argumentativos, não podemos finalmente deixar de refletir acerca da distinção entre gênero e tipo textual, nem sempre analisada de modo claro na bibliografia pertinente.

É importante ressaltar que essa distinção requer uma percepção da natureza teórico-metodológica distinta, tendo em vista que a noção de tipo de texto se presta a caracterizar o funcionamento da estrutura interna da configuração textual. Trata-se de aspectos enunciativos de organização do discurso no texto, posição esta defendida tanto por Bakhtin (1992), como também por Bronckart (1999) e outros que concebem a noção da língua como atividade sócio-interativa.

O tipo textual, portanto, efetua-se por operações textuais discursivas, cujas formas e funções variáveis e específicas são reguladas pelo gênero a que pertencem. Isto implica afirmar que há, segundo Silva (1999), uma relação de implicação entre gêneros e tipos de texto, visto que um texto, pertencente a um dado gênero, traz na sua configuração vários tipos, tais como argumentação, descrição, narração, injunção, diálogo.

Ressaltamos, aqui, uma outra abordagem, que repousa sobre a distinção estabelecida originalmente por Werlich (1975) acerca de cinco tipos de texto: a descrição, a narração, a exposição, a argumentação e a injunção. Essa abordagem foi retomada e desenvolvida na França, especialmente pelo trabalho de Adam (1999), ao se referir à nomeação desses tipos de texto não como gênero, e sim como predomínio de um tipo de seqüência de base.

Por outro ângulo, Silva (1999) observa que esses tipos de textos podem ser atualizados na configuração, por exemplo, da carta, da entrevista, do artigo de opinião etc. Os gêneros, por sua vez, referem-se ao funcionamento da “língua em práticas comunicativas reais e concretas construídas por sujeitos que interagem nas esferas das relações humanas e da comunicação” (Silva, 1999: 93).

Dessa forma, um dos fatores que orientam o modo como o discurso se materializa no texto é o modo de organização discursiva (atualização da argumentação, da descrição etc.). Confirma-se, assim, o tipo textual como aquilo que, segundo Silva (1999), é projetado para refletir o funcionamento do texto em termos de sua estruturação interna.

A propósito disso, julgamos os estudos de Boissinot (1992), sobre o modelo da argumentação por ele proposto, apropriados para fazer nesta pesquisa um recorte no interior do nosso objeto de estudo. Em razão disso, investigamos, em segunda instância, o processo argumentativo contido tanto nos artigos de opinião de alunos quanto nos artigos de opinião da imprensa (se de tendência dialógica ou de tendência expositiva), verificando em que medida tal processo influencia a distribuição das unidades e subunidades retóricas desse gênero textual. A nossa escolha por esses tipos de textos argumentativos decorreu do fato de serem os tipos cujas formas de estruturação interna parecem ser os mais contrastantes.

CAPÍTULO 3

CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNEROS JORNALÍSTICOS

O jornalismo, como qualquer atividade humana, requer uma sistematização, partindo da premissa básica de este não poder existir como fenômeno abstrato. Em razão disso, essa sistematização própria da ação jornalística deve ser traduzida numa ação articulada com o contexto histórico do qual faz parte, não podendo, portanto, ser compreendida independente de suas relações com a sociedade como um todo.

Dessa maneira, a intenção de sistematizar a ação jornalística apresenta algumas incongruências, pelo fato de a própria conceituação de jornalismo não apresentar com exatidão analítica aspectos que sirvam de base para a realização dessa sistematização. Tal problemática é resultante, conforme Melo (1985), do fato de o jornalismo trabalhar com o efêmero, isto é, o transitório.

Diante desse quadro, um dos aspectos que vêm inquietando os estudiosos da área, segundo Melo (1985), é o caso de o conceito de jornalismo ser confundido com o de jornal. Com o objetivo de suprimir essa dúvida, Melo (1985) afirma que compete ao jornalismo somente o papel de se articular com os veículos, no caso os jornais, que transmitem suas mensagens. Esse, portanto, é o principal motivo de o estudo do jornalismo, atualmente, ter-se voltado para a compreensão de um processo mais amplo que contemple desde sua produção até o consumo.

É sob esse enfoque que o jornalismo, para Melo (1985), é considerado um processo social, determinado pela atualidade. Reconhecido como tal, não podemos deixar de considerá-lo também, conforme esse autor, como um processo cultural com características próprias, como periodicidade, universalidade, atualidade e difusão. Cada uma dessas peculiaridades, conforme o mesmo autor, pode variar de acordo com a natureza do ambiente político e econômico que rege as expectativas do público leitor.

Outra observação importante, para Melo (1985), consiste no fato de que, no jornalismo, podemos detectar quatro categorias: a informativa, a opinativa, a interpretativa e, por último, a diversional. As duas primeiras são historicamente contextualizadas. Eis porque são consideradas já consagradas, sendo a sua distinção de caráter ideológico e político. Já as duas últimas categorias apenas emergem em virtude de possuírem funções correspondentes àquelas já preenchidas pelo jornalismo opinativo e informativo. Assim, por exemplo, o *fait divers* (jornalismo diversional) é localizado, geralmente, no âmbito do jornalismo informativo. Já o jornalismo interpretativo tem a função de orientar, conduzir julgamentos ou avaliar acontecimentos. Tal função corresponde, em parte, à função de especificidade do jornalismo opinativo.

Desse modo, a informação representa o conhecimento de dados e de características essenciais pertinentes ao objeto sobre o qual o jornalista é convidado a opinar. A propósito disso, podemos afirmar, com base em Beltrão (1980), que a opinião do jornalista pode ser ressaltada como uma apreciação realizada pelo articulista⁶ sobre problemas em questão e a respeito dos quais informa e opina, simultaneamente, em matérias por ele firmadas.

Quanto aos gêneros jornalísticos, como bem demonstra Melo (1985), estes são determinados pelo modo de produção jornalística, estando estreitamente associados à questão da cultura e das conjunturas históricas circunscritas nas sociedades contemporâneas. Na visão desse autor, alguns teóricos cometem equívocos ao propor a sistematização dos gêneros jornalísticos, pois, como afirma Melo (1985: 32), “a ambigüidade torna difícil essa sistematização”, uma vez que esta ainda não está bem estabelecida. Em face disso, Melo propõe a sua própria classificação, após percorrer um conjunto de fontes bibliográficas internacionais e nacionais sobre o assunto.

⁶ Denominação dada àquele que atua no jornalismo opinativo, conforme o mesmo autor.

Ao estabelecer uma classificação mais genérica, leva em conta dois parâmetros: em primeiro lugar, agrupa os gêneros jornalísticos em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos; em seguida, busca identificar os gêneros segundo a natureza estrutural dos relatos observáveis.

Partindo dessa perspectiva, o autor especifica duas categorias: o *jornalismo opinativo* e o *jornalismo informativo*. Na primeira categoria, a estrutura da mensagem é determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e assume duas feições (a autoria e a angulação)⁷. Segundo esse critério, os gêneros agrupados nessa categoria de jornalismo são os seguintes: o editorial, o artigo, a resenha, o comentário, a carta e a crônica.

No que diz respeito às especificidades atribuídas a esses gêneros, observamos que o comentário, o artigo e a resenha têm uma particularidade em comum, já que pressupõem autoria definida, o que orienta a sintonização do leitor. O editorial, segundo o autor, não tem autoria, norteando-se como espaço da opinião institucional. Prova disso é que, de acordo com o *Manual de Redação do Jornal da Folha de São Paulo* (2001), por exemplo, o editorial expressa a opinião do jornal e nunca é assinado, devendo apresentar a questão tratada de forma a desenvolver os argumentos defendidos pela instituição, ao mesmo tempo em que refuta os contrários.

Em seguida, temos a crônica e a carta. Ambas não deixam de se enquadrar nos gêneros que assumem uma forma eminentemente opinativa, por expressar juízos de valor acerca de um determinado assunto. Tanto uma como a outra, segundo Melo (1985), vinculam-se diretamente aos fatos que estão ocorrendo, apesar de não coincidir com seu momento eclosivo. Tanto é que a carta, assim como a crônica, é considerada, pelo autor, como gênero que se estrutura de modo temporalmente mais defasado quando comparados aos demais gêneros jornalísticos.

⁷ Não encontramos uma definição explícita dos dois termos na bibliografia utilizada. Empregamos aqui “autoria”, referindo-nos ao que pode ser considerado como opinião pessoal, individual, e “angulação”, como referência ao ponto de vista de uma instituição, no caso, o jornal.

Por fim, temos a resenha e o artigo. A primeira, apesar de ser freqüente na imprensa, reporta-se a valores de bens culturais diferenciados, e o segundo, apesar de também contemplar fenômenos diferentes, não se caracteriza pela freqüência, visto que este aparece na imprensa, aleatoriamente. Por isso, ambos os gêneros, conforme o autor, não se estruturam segundo uma angulação temporal que requer continuidade quanto à sua publicação na imprensa.

Uma outra característica comum a esses dois gêneros jornalísticos é o fato de ambos serem vistos como gêneros cuja angulação é determinada pelo critério de competência de seus autores, no que tange ao tratamento dos fatos por estes analisados. Observamos, assim, que tanto a resenha como o artigo possuem uma autoria identificada.

Já no que se refere à segunda e última categoria a que Melo (1985) faz menção, a do jornalismo informativo, temos os gêneros jornalísticos que estão diretamente relacionados com a eclosão dos acontecimentos. Em face disso, esses gêneros se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística. Segundo esse critério, tal categoria engloba os seguintes gêneros: a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista.

Com relação à especificidade de tais gêneros, observamos que Melo (1985), a exemplo dos gêneros jornalísticos opinativos, detém-se a identificá-los com base na articulação existente do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real) e sua apreensão por parte do público leitor (leitura).

Verificamos que, para esse autor, a distinção entre a nota, a notícia e a reportagem consiste, particularmente, na progressão dos acontecimentos, no que se refere à sua cooptação pela instituição jornalística e à sua acessibilidade à coletividade.

A nota é adequada ao relato dos acontecimentos em processo, por isso, é tão freqüente nos veículos de comunicação de massa, como a televisão e o rádio. A notícia

trata de relatar um fato que já eclodiu no sistema social. Já a reportagem trata também de fazer o relato sobre um fato divulgado, só que este é realizado de forma ampliada por tratar de um acontecimento que já repercutiu no meio social, produzindo alterações percebidas pela instituição jornalística. A entrevista, por sua vez, é um relato que privilegia os protagonistas envolvidos no acontecimento (real), proporcionando a estes um contato direto com a coletividade.

Para encerrar nossas considerações, podemos afirmar que a questão da classificação dos gêneros no âmbito específico do jornalismo é articulada, conforme Melo (1985: 46), em função de dois núcleos de interesse. De um lado, a informação no sentido de “saber o que passa” e, do outro lado, a opinião no sentido de “saber o que se pensa sobre o que passa”. Esta função, portanto, expressa a autonomia do processo jornalístico, uma vez que nela reside a liberdade de escolha do leitor, ou seja, de escolher “o que quer saber e através de que meios vai concretizá-lo”.

1.10 O artigo de opinião e suas peculiaridades

A manifestação de opinião no jornalismo contemporâneo tem sido apreciada sob um enfoque pluralista. Nos gêneros jornalísticos, a diferenciação opinativa é característica das instituições jornalísticas, embora estas tenham uma posição ideológica ou linha política definida quanto a suas mensagens, veiculadas na mídia impressa.

A análise dos acontecimentos, segundo Melo (1985), emerge de quatro núcleos por meio dos gêneros opinativos, quais sejam: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor. Conforme o autor, a opinião da empresa é manifestada no conjunto da orientação editorial como aparece oficialmente no editorial. Já a opinião do jornalista é apresentada sob a forma de comentário, de resenha, de coluna e, eventualmente, de artigo. Em se tratando da opinião do colaborador, é aquela manifestada sob a forma de artigos advindos de personalidades representativas da sociedade civil, que, na opinião

do autor, buscam espaços jornalísticos com o intuito de participar da vida pública e cultural da nação. Por último, temos a opinião permanente do leitor, esta expressa através da carta.

O termo artigo, de acordo ainda com Melo (1985), suscita duas significações: a primeira delas, com sentido de matéria publicada em jornal e revista, assim atribuída pelo senso comum; e, de acordo com a segunda, as instituições o vêem como um gênero específico, ou seja, refere-se à matéria jornalística na qual alguém desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião, como o artigo de opinião propriamente dito. Na abordagem de Beltrão (1980), a opinião consiste numa função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias ou situações conflitantes, exprime a respeito o seu juízo de valor. É importante ressaltar que, no Brasil, esse gênero textual representa aquele tipo de matéria jornalística, geralmente escrita pelos colaboradores, publicada nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados.

Nas considerações do espanhol Vivaldi *apud* Melo (1985), observamos que a atualidade e a opinião são elementos específicos do artigo jornalístico. A atualidade, segundo esse autor, refere-se à opinião do articulista quanto à liberdade de conteúdo e forma que este deve ter no tratamento dos fatos. Por sua vez, a significação maior da opinião está contida no ponto de vista que o jornalista expõe. Sendo assim, a opinião deste articulista não pode estar dissimulada na argumentação utilizada, por isso mesmo, deve ser apresentada de forma explícita. Na realidade, a opinião que se vincula à assinatura do seu autor é aquela que desperta um maior interesse, por parte do leitor. Conforme Melo (1985), o leitor demonstra ter interesse por esse tipo de opinião, com intuito de saber como o articulista, na condição de personalidade destacada, reage diante dos acontecimentos atuais.

Considerando o que é especialmente ressaltado no conceito de artigo de opinião, por Melo, é possível afirmar que este pode ser considerado sob os seguintes pontos de vista: formal e da finalidade.

Do ponto de vista formal, são identificadas duas espécies de artigos: o artigo de opinião propriamente dito e o ensaio, os quais se destacam pelo tratamento dado à matéria e pelo teor da argumentação. Para Melo (1985), a argumentação utilizada no gênero em questão tem como base o conhecimento e a sensibilidade do articulista. Em se tratando do ensaio, a argumentação se apóia em fontes que, de certa forma, legitimam-se pela sua credibilidade documental, o que permite a confirmação das idéias defendidas pelo autor e, obviamente, do respaldo de sua matéria junto às redações das instituições jornalísticas e ao público leitor.

Do ponto de vista da finalidade, podemos distinguir o artigo doutrinário do artigo científico. Este último pode ser de divulgação ou de caráter educativo. O artigo de divulgação trata das descobertas no campo das ciências. Geralmente, este tipo de artigo tem o objetivo de resumir o estado da pesquisa sobre determinado assunto no campo científico. Desse modo, o artigo de divulgação é uma forma de fazer chegar ao conhecimento do público leitor as colaborações de pesquisas que se propõem a formular e divulgar questionamentos sobre os temas em debate. O artigo educativo, por sua vez, busca convencer os leitores sobre a adoção de novas descobertas. Tal artigo tem o papel de apresentar argumentos consistentes que “conduzem o leitor a nova descoberta ou uso de tecnologias” (Melo, 1985: 94), por essa razão, trata-se de artigo de “convencimento direto”.

Assim, podemos observar que o artigo de divulgação se enquadra no jornalismo científico, enquanto o artigo de natureza educativa se enquadra no jornalismo especializado. Sendo assim, o artigo doutrinário é aquele cuja natureza é especificamente jornalística. Cabe salientar que cada espécie de artigo tem suas próprias características redacionais, incorporando, assim, na sua estrutura, um estilo próprio. Tanto é que, de acordo com Beltrão (1980), o artigo possui características semelhantes às do editorial, visto que ambos os gêneros jornalísticos contêm, na sua estrutura, elementos, como título, introdução, discussão/argumentação e conclusão. Para esse autor, cabe ao articulista a tarefa não só de desenvolver uma idéia, um argumento, mas também a tarefa de avaliar sua capacidade de desenvolvê-lo bem.

Em geral, o articulista, assim como o cronista, enquadram-se na categoria de opinantes profissionais, sendo denominados autores de artigos, escritores e especialistas em diversas áreas. É nesse sentido que Beltrão (1980) afirma serem os articulistas ou cronistas autênticos literatos e, em virtude disso, seus pontos de vista, por certo, devem ser de interesse de editores de jornais e do público geral.

Tendo presente essa caracterização do artigo de opinião sob o ponto de vista da área da comunicação, apresentamos, a seguir, as características do artigo sob a perspectiva da área da Linguística.

1.11 Características lingüísticas do artigo de opinião

Apresentada a caracterização do artigo de opinião sob a perspectiva de algumas abordagens no âmbito do jornalismo, é necessário fazer algumas considerações quanto às suas características lingüísticas. Para tanto, é importante destacarmos a forte ênfase que a Linguística Aplicada tem dado aos estudos dos gêneros textuais. Tais estudos consideram relevante explorar os gêneros como tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados nas diferentes esferas da atividade humana, como vistos por Bakhtin (1992). Portanto, parte-se da premissa básica de que os gêneros textuais não devem ser caracterizados como formas estruturais estáticas e definidas, em virtude da sua vinculação intrínseca às esferas sociais de uso da linguagem. Dessa forma, os gêneros são considerados eventos lingüísticos e, como tais, devem ser caracterizados enquanto atividades sócio-discursivas. Tanto é que, segundo Marcuschi (2002: 30), ao se dominar um gênero textual “não se domina uma forma lingüística, mas sim, uma forma de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”.

Como observa esse autor, os gêneros, então, passam a ser concebidos como formas de legitimação discursiva por operarem em certos contextos, visto que se situam numa relação histórica, com fontes de produção, o que lhes permite dar

sustentação muito além da justificativa individual. Isto implica afirmar que os gêneros operam como geradores de expectativas mútuas e, em virtude disso, não dependem de decisões individuais, pelo fato de suas formas serem efetivadas em práticas comunicativas.

Nesse sentido, Swales (1990) discute que os gêneros são usados para referir-se a uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, quer falado, quer escrito. Na realidade, isto também nos leva a perceber, com base em Bakhtin (1992), que se, de um lado, temos enunciados variados, de outro, temos estes como formas típicas que se adaptam às mais variadas situações comunicativas, tanto orais como escritas. É assim que devemos depreender a noção de gênero nas diversas áreas de conhecimento, ou seja, a “noção de gênero em Etnografia, Sociologia, Antropologia, Retórica e, evidentemente, na Linguística” (Marcuschi, 2002: 30).

Partindo dessa perspectiva, o gênero artigo de opinião, assim como os demais gêneros textuais, possui uma forma relativamente estável de enunciado por ser contextualmente situado. Dessa forma, um gênero pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero, visto que, segundo Marcuschi (2002), os gêneros não podem ser definidos mediante certas propriedades que lhe devam ser suficientes. Assim, por exemplo, um artigo de opinião que, segundo Marcuschi, seja escrito na forma de um poema continua sendo um artigo de opinião. Essa característica, segundo o autor, pode ser referida à expressão “intertextualidade inter-gêneros” (Marcuschi, 2002: 31). Tal expressão é utilizada para designar o aspecto da hibridação de gêneros, em que um assume a função de outro. Apesar disso, podemos observar que os gêneros têm uma forma relativamente estável, sendo facilmente reconhecidos e usados pelos falantes, uma vez que a linguagem se realiza em gêneros.

Adam (1997), ao fazer alusão às classificações dos textos que circulam na imprensa, distingue dois grandes gêneros redacionais: a informação e o comentário, cada um desses gêneros com a sua especificidade. Este último visa a fazer saber, como

é o caso da notícia, enquanto o comentário procura fazer valer uma convicção, um julgamento, como ocorre nos artigos de opinião. Nesse sentido, conforme Cunha (2002: 58), o gênero artigo de opinião é definido como aquele que “expõe o ponto de vista de um jornalista ou de um colaborador do jornal, fazendo uso de dêiticos e do presente do indicativo como tempo de base, num contexto claramente argumentativo”. Segundo ainda Cunha (2002), esse gênero jornalístico, por tratar de algo já dito, pode ser considerado um gênero de “enunciação subjetiva”, no qual o dialogismo⁸ é raramente mostrado.

Com base em Kaufman e Rodriguez (1995), podemos considerar como característica do gênero aqui analisado a prevalência de um tipo de texto de trama argumentativa, cuja função predominante é a informativa. Por seguir uma linha argumentativa, segundo essas autoras, este texto, geralmente começa pela identificação do tema seguida por uma tomada de posição que se apóia em diferentes argumentos que culminam com a reafirmação da posição adotada pelo seu autor.

Nas considerações dessas autoras, a efetividade do texto⁹ tem relação direta não só com a pertinência dos argumentos expostos, como também com as estratégias discursivas utilizadas para fundamentar os argumentos de forma a persuadir o leitor. Essas estratégias podem ser as acusações claras aos oponentes, as insinuações, as digressões, as apelações etc. Tais estratégias são utilizadas como recursos em prol da tese do autor. Para as autoras, é indispensável que, ao se interpretarem textos de opinião, identifique-se a postura ideológica do autor, isto é, os “interesses a que serve e precisar em que circunstâncias e com que propósito foi organizada a informação” (Kaufman e Rodríguez, 1995: 28).

⁸ Conforme a autora, o termo dialogismo é carregado de uma pluralidade de sentidos. Para alguns autores, o conceito de intertextualidade pode ser referido às inserções de outras vozes no texto. Esse fenômeno é também denominado polifonia.

⁹ Em acepção mais restrita (Kaufman e Rodriguez, 1995), o termo texto, enquanto unidades comunicativas, manifesta diferentes intenções do emissor: procura informar, convencer, entreter, sugerir estados de ânimo etc.

Isto implica reconhecer a importância dos propósitos comunicativos na interpretação e construção dos gêneros, como no caso do artigo de opinião. Essa é a posição central de Swales (1990), para quem elementos como forma, estrutura e expectativa de audiência têm menor importância que os propósitos, embora reconheça que tais elementos exercem funções relevantes para identificar os gêneros. Sua maior contribuição foi considerar o gênero no âmbito de uma comunidade discursiva, definida como uma entidade sócio-retórica que atua em direção a um conjunto de objetivos comuns.

Nessa perspectiva, interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva. Essa atividade, conforme Koch (1992), compreende, por parte do produtor de textos, um “projeto de dizer” de uma determinada forma, num determinado contexto e em determinadas circunstâncias de interlocução. Isso tudo, portanto, determina as escolhas do gênero no qual o discurso se realizará, bem como dos procedimentos de estruturação e da seleção de recursos lingüísticos.

É nesse sentido que destacamos a importância do nosso estudo, uma vez que procuramos evidenciar a organização retórica típica desse gênero, produzido pelas comunidades discursivas de jornalistas e de alunos, nas quais esse gênero é usado como forma de ação social.

Esperamos com esta pesquisa contribuir com os estudos realizados na área da Lingüística, sobre o gênero textual artigo de opinião, visto que as abordagens referidas anteriormente não dão conta de um estudo mais específico desse gênero textual e suas implicações: como a organização discursiva de sua estrutura e o contexto sócio-cultural em que é usado como forma de ação social.

1.12 Contextualizando o jornal escolar

Ao nos propormos a descrever a organização retórica do artigo de opinião produzido por alunos, contrapondo-o ao produzido pela imprensa, estamos afirmando, de antemão, que aquele possui uma forma retórica típica, a exemplo deste.

Posta esta questão, é de interesse desta pesquisa dar conhecimento ao leitor da comunidade discursiva que produz esse gênero no tocante aos sujeitos que o produzem e aos objetivos com que o fazem. Em virtude disso, achamos pertinente realizar uma breve contextualização histórica do surgimento e desenvolvimento do projeto intitulado Clube do Jornal¹⁰, do qual provêm as edições dos artigos de opinião de alunos analisados nesta pesquisa.

O Projeto Clube do Jornal é de iniciativa da ONG (organização não-governamental) do grupo Comunicação e Cultura, fundada em 1991, na cidade de Fortaleza, pelo sociólogo Daniel Raviolo. Trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, considerada legal pelo governo do Ceará, através da Lei n.º 25.108/98, uma entidade de interesse cultural do Estado à Rede Cearense de Publicações Alternativas.

Tal entidade tem como missão promover atividades e projetos junto às populações de baixa renda do Estado do Ceará, em especial junto aos jovens, utilizando os recursos da comunicação alternativa e da mobilização social. Com isto, a entidade visa à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento de atitudes participativas e solidárias destes jovens.

Dessa forma, a entidade tem o objetivo de prestar assessoria aos grupos comunitários e juvenis que publicam jornais alternativos, numa perspectiva de educação popular. Salientamos que essa entidade é dirigida por uma Assembléia Geral, um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. Articula

¹⁰ As informações foram fornecidas pela coordenação do referido projeto, com base numa série de questionários por nós enviados à ONG do Grupo Comunicação e Cultura (cf. Anexo C).

parcerias com organismos internacionais, agências de cooperação, órgãos públicos nacionais e empresas privadas, tais como a Secretaria de Educação Básica do Ceará, a Secretaria Municipal de Fortaleza e de outros municípios, o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Instituto Ayrton Senna, UNICEF, UNESCO, USAID – Pommor / Partners of America¹¹.

Salientamos, ainda, que a ONG do Grupo de Comunicação e Cultura conta também com parcerias de outras ONGs, como a da Companhia TerrAmor (Rio Grande do Norte), a do Centro Nordestino de Animação Popular (Pernambuco) e da Ação Educativa (São Paulo). Tais parcerias são articuladas em função da implantação da Rede Nacional Jornal Escola.

Atualmente, o Grupo da Comunicação e Cultura atende, no Estado do Ceará, um número significativo de escolas e grupos juvenis, beneficiando um total de 782 escolas.

1.12.1 O contexto histórico

As origens da ONG do Grupo Comunicação e Cultura remontam a 1987, por ocasião de uma solicitação feita aos seus fundadores, por parte da Associação de Moradores do Mucuripe, importante bairro popular de Fortaleza, para assessorar uma equipe de jovens que publicaria o jornal da comunidade. Em junho de 1991, da capitalização dessa experiência, surgiu o projeto Jornais Comunitários Associados.

Esse projeto tinha como objetivo facilitar a publicação e a capacitação de editores de jornais populares, editados nos bairros da Região Metropolitana de Fortaleza. Tal projeto serviu de ponto de partida para a Comunicação e Cultura testar com sucesso um inovador esquema de autofinanciamento, o que permitiu viabilizar

¹¹ Parceria cancelada mediante uma postura institucional e em reposta à Guerra contra o Iraque.

não só a padronização, mas também a impressão própria para todas as suas publicações.

A propósito disso, essa ONG inicia uma nova fase ao lançar o projeto Clube do Jornal, em 1994, com o objetivo de viabilizar a publicação de jornais editados por alunos das escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública do Ceará. Em seguida, mais precisamente em 1996, foram agregadas a estas publicações as seguintes editorias: Ambiental e De Igual para Igual. No final do mesmo ano, as atividades na área escolar, como o projeto Clube do Jornal foram agrupados no Programa Escola de Cidadãos.

No início de 1998, foi incorporada também a esse Programa a Editoria Primeiras Letras. Essa editoria, que é dirigida às crianças das séries iniciais, tornou-se independente em meados de 2002, passando a publicar jornais elaborados em salas de aula, com a produção de textos e de desenhos das crianças.

Tais atividades integram a participação dessas crianças no jornal ao trabalho de sala de aula, em consonância com as diretrizes emanadas dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais.

No ano de 1999, o Programa Escola de Cidadãos foi um dos vencedores do prêmio Itaú/UNICEF – Educação e Participação, a mais alta distinção para ONGs nessa área. No início de 2001, a ONG da Comunicação e Cultura, ao avaliar o trabalho das editorias agregadas a esse programa, resolveu ampliar suas ações com a formação de grupos de jovens vocacionados para a mobilização social (Núcleos de Mobilização Social), facilitados por educadores.

Em face disso, o Programa Escola de Cidadãos passou a compreender três projetos: Clube do Jornal, Primeiras Letras e De Igual para Igual. Um dos objetivos do Programa é contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem através do estímulo à leitura, à escrita e ao conhecimento em geral. Além da utilização do

jornal em sala de aula, da educação para a mídia e da criação de um ambiente motivador na escola.

Destacamos aqui algumas das atividades realizadas pela ONG do Grupo Comunicação e Cultura, junto aos jovens envolvidos no Programa Escola de Cidadãos: capacitação dos jovens para o trabalho em grupo; capacitação em áreas afins para a utilização do potencial de comunicação dos jornais alternativos (meio ambiente, gênero, saúde reprodutiva, prevenção às DST/AIDS); capacitação ética para o envolvimento social das publicações; fomento da articulação dos jovens entre si e destes com outras ONGs, órgãos públicos, sindicatos e movimentos sociais etc.

Dentre os projetos acima mencionados desenvolvidos por esse Programa, destacamos o Projeto Clube do Jornal, considerado o foco de atenção da nossa pesquisa. O Projeto Clube do Jornal publica jornais editados por adolescentes cearenses que estudam em escolas públicas. A iniciativa, que promove a cidadania juvenil, tem como objetivo fazer do exercício da liberdade de imprensa um fator de renovação da escola pública, facilitando o surgimento de uma nova cultura institucional vinculada a uma escola democrática.

Ressaltamos, por fim, que este projeto atualmente está implantado em 108 escolas de 28 municípios do Estado do Ceará, envolvendo um total de 1.336 jovens, participantes dos clubes. Desse total, 62,6% são mulheres e 37,4% são homens.

1.12.2 A comunidade discursiva integrante do jornal escolar

Em consonância com a teoria de Swales (1992) que embasa a nossa pesquisa, mais especificamente no que diz respeito à noção de comunidade discursiva, procedemos aqui à caracterização da comunidade discursiva em questão, a comunidade de alunos.

Para isto, procuramos estabelecer essa caracterização, com base nos critérios propostos pelo autor. Tais critérios estão voltados para a descrição de comunidades discursivas que utilizam os gêneros.

Faremos referências a esses critérios nos itens subseqüentes, à medida que procedemos a nossa explanação sobre a caracterização da comunidade de alunos, como comunidade discursiva.

1.12.3 Os objetivos e propósitos da comunidade discursiva dos alunos

Para formular a descrição de comunidades discursivas, Swales (1990) aponta como primeiro critério os objetivos e propósitos que são compartilhados pelos membros dessas comunidades.

No que diz respeito à comunidade de alunos que integra o Projeto Clube do Jornal, observamos que esta é regulada por um conjunto de princípios e propósitos que são compartilhados pelos seus membros, tal como postula esse autor.

Comprovando o que acabamos de afirmar, observamos que a comunidade de alunos das escolas médias, nas quais se dá a atuação desse projeto, formam grupos que constituem o Clube do Jornal. Aqueles que participam ativamente de suas atividades são denominados sócios desse Clube. Em razão de cada clube ter o seu próprio jornal, esses sócios se tornam responsáveis por todo o processo de elaboração do jornal: edições, elaboração de pauta, redação e seleção das matérias, ilustração, diagramação etc. Quanto à impressão dos jornais, esta é de responsabilidade da gráfica da ONG do Grupo de Comunicação e Cultura.

Os clubes, formados pela comunidade de alunos, seguem um Código de Ética. Este contém princípios de observação obrigatória, que são compartilhados pelos membros desta comunidade e contextualizam a liberdade de ação da comunidade de

alunos como prática de cidadania. Os princípios, postulados no Código de Ética, primam por uma liberdade de ação comprometida com a promoção do bem-comum e o respeito pela pessoa do outro.

O Código de Ética da comunidade de alunos é norteado pelas seguintes cláusulas: os jornais promovem os direitos humanos e democráticos em toda sua extensão, defendendo a pluralidade de idéias e evitando qualquer forma de preconceito. Os jornais exercem seu papel crítico sem cair em ataques pessoais, calúnias ou utilização de linguagem inconveniente; em caso de denúncias ou acusações, os jornais dão chance de defesa, concedendo o direito de resposta na mesma edição, e, por último, os jornais não podem ser utilizados para promoção pessoal ou partidária, tampouco publicar matérias ou editoriais anônimos.

Além desses princípios, o Projeto Clube do Jornal tem como objetivos mais específicos trabalhar junto à comunidade de alunos o protagonismo juvenil. O conceito de protagonismo juvenil, inspirado na metodologia do pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, aplica-se a um processo de educação entre pares (*peer education*), com ferramentas de mobilização social, já que esse processo visa favorecer mudanças de comportamento. O jornal é considerado um instrumento que mobiliza seus editores e leitores, por isso, provoca mudanças sociais à medida que provoca também uma discussão sobre temas que, conseqüentemente, leva a mudanças de comportamento e atitudes frente à realidade.

Segundo a coordenação do Projeto Clube do Jornal, o conceito de mobilização social adotado é aquele elaborado pelo professor colombiano Bernard Toro, para quem mobilizar é sobretudo convencer voluntários a um propósito, com interpretação e sentidos compartilhados. Assim sendo, esse tipo de mobilização, para a comunidade de alunos, trata-se não só de um ato de liberdade de ação em contraposição ao ato de manipulação, mas também de um ato de comunicação.

Em vista disso, a metodologia de trabalho utilizada no processo de capacitação da comunidade de alunos do Clube do Jornal tem como referência o método *empowerment*¹². Tal método é voltado para a construção da autoconfiança do crescimento individual e do grupo, condição esta considerada imprescindível para o bom desenvolvimento de ações protagônicas.

Em síntese, podemos observar que os princípios e objetivos traçados para a comunidade de alunos, através do Projeto Clube do Jornal, atendem na íntegra ao critério dos objetivos públicos comuns, estabelecidos por Swales (1990), para a caracterização de comunidades discursivas.

1.12.4 Os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade discursiva dos alunos

Swales (1990), visando à caracterização de comunidades discursivas, apresenta um segundo e terceiro critérios como a presença de mecanismos de intercomunicação e de participação para prover informações e *feedback* entre os seus membros.

Com relação a esses critérios, ressaltamos que a organização interna do Clube do Jornal faz parte da estrutura do próprio grupo, o que facilita a intercomunicação entre os seus membros. A dinâmica de intercomunicação é uma decisão e uma adaptação à realidade da comunidade de alunos, visto que esta tem autonomia de construir os seus próprios canais e estratégias de forma a garantir os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade em questão.

As atividades utilizadas como estratégias para a efetivação desses mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade de alunos são os seguintes: as matérias produzidas pelos jovens para os jornais estudantis, ativando mecanismos

¹² Conceder poder, autoridade, habilidade ou permissão .

favoráveis para a formação de opiniões coletivas através do uso de linguagem e códigos próprios da comunidade; encontros de intercâmbio de experiências realizadas pelos membros participantes de diferentes clubes, através da Rede de Integração dos Jornais Estudantis (REDIJE) e, por último, as reuniões mensais de planejamento, em que cada equipe realiza o planejamento de seu jornal, priorizando a exploração de possibilidades de trabalho conjunto.

Dessa forma, podemos observar que a participação nessas atividades para troca de experiências, entre as lideranças jovens e os membros sócios do Clube do Jornal funcionam como meios para participação e *feedback* entre os membros da comunidade de alunos.

1.12.5 Os gêneros compartilhados pela comunidade discursiva dos alunos

Para Swales (1990), a noção de comunidade discursiva envolve também um quarto critério, no que se refere ao uso e posse de um ou mais gêneros próprios para o alcance comunicativo de seus objetivos.

Esse autor defende a tese da existência de uma relação indissociável entre gêneros e comunidades discursivas. Por outras palavras, isto implica afirmar, de acordo com o mesmo autor, que os gêneros são propriedades exclusivas de comunidades discursivas, visto serem estes determinados por tais comunidades.

Podemos, assim, afirmar que são variados os gêneros construídos pela comunidade de alunos, integrante do Projeto Clube do Jornal. Estes gêneros, a exemplo do artigo, do editorial, da poesia etc., funcionam nas edições dos jornais escolares como canais de intercomunicação entre os participantes dos clubes, já que estes são capacitados para o exercício da liberdade de expressão com ética.

A propósito disso, ressaltamos que a comunidade de alunos tem autonomia para escrever sobre qualquer tema, bem como escolher as editorias circunscritas nos jornais, já que a ONG do Grupo de Comunicação e Cultura enfoca seu trabalho em quatro editorias específicas:

- a) *Editoria De Igual para Igual*: Formada por alunos que recebem oficinas direcionadas aos temas de gênero, para que estes utilizem o jornal como veículo de mobilização social em vista das mudanças de comportamento para construção de novas relações de gênero, como redução dos índices de gravidez na adolescência, prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST);
- b) *Editoria Ambiental*: Formada por alunos sensibilizados pela questão ambiental, ocupando um espaço fixo no jornal;
- c) *Editoria Nossa Escola*: Formada por um grupo de interesse para a reflexão sobre a educação e a vida da escola, como um todo e para a promoção da participação nas instâncias democráticas da instituição (eleição de diretores, Conselhos de Pais e Mestres, grêmios). Através desta editoria, é exercitado um trabalho de mobilização para a luta contra a violência dentro da escola;
- d) *Editoria Direitos Humanos*: Formada por jovens interessados na problemática dos Direitos Humanos em geral e dos direitos da criança e do adolescente, em particular, com ênfase na luta contra o trabalho e a exploração infanto-juvenil.

Em relação a essa dinamicidade do trabalho da ONG de Comunicação e Cultura através dessas editorias, ressaltamos que a comunidade de alunos tem o livre arbítrio de escolher o gênero jornalístico, a editoria da publicação da matéria jornalística, periodicidade e a tiragem.

Como é possível perceber, a vivência e a experiência de participar do trabalho dessas editorias, permitem gerar a informação individual em cada um dos membros da comunidade de alunos: como pontos de vista, sentimentos, comportamentos, bem

como a forma de escrever com a finalidade de interagir e, por conseguinte, tratar de assuntos controversos.

Associando essa questão às diferentes situações criadas dentro do contexto das editoriais para a produção de textos, constatamos nas edições dos jornais escolares uma variedade do repertório de gêneros de uso social efetivo, como editoriais, artigos de opinião, notícias, piadas, poesias etc.

Apesar de reconhecer a importância de cada um desses gêneros produzidos pela comunidade de alunos, cumpre salientarmos que não teceremos considerações a respeito destes, já que o objeto de estudo desta pesquisa é o artigo de opinião, um dos gêneros também típicos dessa comunidade.

1.12.6 O léxico específico da comunidade discursiva dos alunos

O quinto critério para a caracterização de comunidades discursivas, proposto Swales (1990), refere-se ao léxico específico de uma dada comunidade discursiva. Isto implica reconhecer a importância de um léxico específico pautado geralmente no uso de expressões ou termos utilizados pelo grupo. De modo geral, o desenvolvimento dessas expressões ou termos é refletido nos gêneros produzidos por seus membros, que, de certa forma, funciona como forma de identidade da comunidade discursiva a que pertencem.

Com relação aos artigos de opinião produzidos por alunos, observamos que, nestes, a exemplo dos artigos de opinião da imprensa, há a presença de oposição de pontos de vista que podem também ser reconhecidos no nível do léxico. Nesses artigos de opinião, freqüentemente, ocorrem as oposições de termos em série ou isolados, correspondentes às teses em conflito.

Tais oposições são marcadas claramente pelo confronto entre duas teses. A tese refutada (“*Na verdade*, a maioria das pessoas estava interessada mais em quem iria ganhar a Copa do que no futuro do país”) e a tese proposta (“*Devemos ter a consciência*, que é preciso estar ligado não só nos acontecimentos esportivos. Mas sobretudo no que está acontecendo no nosso país”).

No nível lexical, para Boissinot (1992), esse tipo de procedimento é comum nos textos argumentativos, em virtude de esses textos se referirem às teses em questão como sistemas de valores que se opõem como dois pólos, onde uma tese é valorizada e a outra é desvalorizada.

Em razão disso, podemos também observar nos artigos de opinião de alunos a inserção de expressões que marcam valor de prova como os exemplos citados (“trazendo *graves conseqüências*, como *desagregação familiar*, *uso de drogas*, *depressão...*”). Expressões dessa natureza no texto argumentativo têm a função de evidenciar a validade do argumento utilizado pelo autor, em prol da sua tese.

Observamos, ainda, a presença do par passado / presente, que assinala a dimensão argumentativa contida nos artigos de opinião, com a utilização em abundância de verbos em suas afirmações, como podemos perceber nestes exemplos: “O que *quero mostrar...*”, “*Falamos* o que não *sabemos...*”, “*Julgamos* as pessoas...”, “*É* algo que *fazemos* a todo instante”. São termos utilizados para dar sustentação às teses que lhe são associadas. Em geral, esses termos, segundo Boissinot (1992), servem para demonstrar oposições que procuram se situar do lado positivo das dicotomias: bem / mal, justo / injusto etc.

A nosso ver, essas observações feitas sobre a existência de um léxico específico na comunidade de alunos evidencia a importância que tem a intervenção do orientador na produção de artigos de opinião dessa comunidade.

O Projeto Clube do Jornal oferece sistematicamente aos participantes dessa comunidade cursos de jornalismo estudantil. Os cursos são sistematizados de forma a proporcionar aos seus participantes a aprendizagem de diferentes gêneros jornalísticos. Entre esses gêneros, estão os opinativos, visto que estes possibilitam o desenvolvimento do aluno por meio de competências usadas socialmente, como as de convencer e persuadir. Tendo isto em vista, tais cursos se propõem a desenvolver habilidades relativas à leitura crítica e à produção de textos voltados para a mídia, com ênfase nos gêneros jornalísticos.

Além disso, os cursos se propõem também a habilitar os seus participantes para a realização de atividades de planejamento de comunicação. Nessas atividades de capacitação, são aplicados os princípios do *Action Learning* (Ação de Aprendizagem) que capacita através de exercícios. Na realidade, trata-se de uma metodologia do aprender fazendo que tanto facilita a capacitação dos alunos relativa à produção de textos, como também facilita o cumprimento do objetivo desses cursos, que é garantir a melhoria da edição do jornal.

1.12.7 A relação entre membros experientes e membros iniciantes da comunidade discursiva dos alunos

Swales (1990), ao propor o quinto critério para a caracterização de comunidades discursivas, tratou de destacar a importância da relação existente entre seus membros experientes e iniciantes. Para o autor, trata-se de uma relação imprescindível para a sobrevivência de uma dada comunidade discursiva. Tanto é que dessa relação depende a estabilidade dos gêneros produzidos pelos membros dessa comunidade.

Na verdade, a experiência daqueles que integram uma determinada comunidade discursiva, no que diz respeito ao tratamento de suas regras convencionais, serve de apoio àqueles que, na condição de membros iniciantes, não sabem ainda lidar

estrategicamente com as convenções próprias dos gêneros construídos dentro dessa comunidade.

Partindo dessa compreensão, os membros experientes têm um papel fundamental dentro da comunidade. Esses membros podem, por um lado, evitar o comprometimento da comunidade dada a inabilidade dos seus membros iniciantes no trato dos gêneros e, por outro lado, garantir a participação efetiva destes no processo de manutenção dessa comunidade.

No caso da comunidade de alunos, essa relação entre membros experientes e iniciantes é claramente percebida nas diferentes formas como são desenvolvidas as ações do Projeto Clube do Jornal.

A primeira, trata-se do fato de este projeto trabalhar fortalecendo as lideranças dessa comunidade em cada clube com o objetivo de capacitar seus membros experientes como mediadores e facilitadores de processos inerentes ao trabalho de grupo, em termos de organização, coordenação e divisão de tarefas. Além disso, o projeto visa possibilitar uma capacitação desses membros dentro da concepção de trabalho entre pares e da metodologia do *Action Learning* – que acontece também dentro dos clubes, à medida que os membros experientes envolvem os membros iniciantes no próprio fazer da edição do jornal.

A segunda trata-se das atividades regulares desenvolvidas pelo Clube do Jornal, em que são envolvidos tanto os membros experientes como os membros iniciantes da comunidade de alunos. Entre essas atividades, está a realização de encontros sistemáticos de intercâmbios e de experiências. Tais encontros proporcionam a esses membros uma avaliação e discussão dos trabalhos por eles realizados, no sentido de aprender continuamente a tomar decisões em conjunto e a realizá-las na prática.

A terceira e última forma diz respeito à presença de membros *experts* na comunidade de alunos. Esses membros são os próprios educadores que, nesse

processo, assumem a função de facilitadores das ações que permeiam a formação de grupos de jovens vocacionados para a mobilização social, como os Núcleos de Mobilização Social.

Para finalizar, é importante observar que, nesse processo, todos os membros da comunidade de alunos, independente da condição de serem experientes ou iniciantes, são considerados jornalistas estudantes. O professor, por sua vez, possui, nesse processo, o papel de orientar esses membros à medida que estes o solicitam para a revisão de seus textos. Uma vez apresentadas as dificuldades para redigir textos escritos, os coordenadores do Clube do Jornal adotam o procedimento de orientar seus participantes a buscarem no professor o seu apoio para superação de tais dificuldades. Isto implica afirmar que esse procedimento pode contribuir sobremaneira com a prática pedagógica do professor, para repensar uma metodologia adequada para o ensino da produção de textos reais.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apontar as decisões de caráter metodológico que foram tomadas para a realização da nossa pesquisa. Enfocaremos o cenário da pesquisa; o tratamento dos dados; o *corpus* da pesquisa e, por último, os procedimentos realizados para análise do nosso objeto de estudo.

1.13 O cenário da pesquisa

A motivação para realização deste estudo sobre a “Organização retórica de artigos de opinião na imprensa e no jornal escolar” teve por base estabelecer uma análise comparativa entre textos de opinião produzidos por alunos da Escola Média integrada ao sistema da rede pública de ensino do Ceará e artigos de opinião produzidos pela imprensa. Estes últimos, considerados como exemplares “profissionais” desse gênero jornalístico.

Essa nossa iniciativa decorreu da necessidade de captar algumas das regularidades gerais da organização retórica da produção de artigos de opinião de ambos os grupos, levando em conta o ato de organizar as informações em textos desse gênero.

A partir dessa perspectiva e estabelecido o *corpus*, a nossa pesquisa pretendeu, com seu objeto de estudo, discutir aspectos mais específicos e particulares relacionados aos parâmetros de organização retórica do artigo de opinião.

Com isso, tivemos a intenção de apresentar as similaridades, no que se refere ao aspecto composicional, recorrentes em artigos de opinião produzidos por adolescentes cearenses em situação escolar e por especialistas. Por outras palavras, procedemos

uma análise no tocante a textos de natureza argumentativa e ao correlato texto de opinião, produzidos por alunos, contrapondo-os a artigos de opinião produzidos pela imprensa.

Esclarecemos que o nosso despertar, para a realização deste estudo, originou-se a partir do nosso contato com estudos acerca dos gêneros textuais discursivos realizados por teóricos como Swales (1990), Bakhtin (1992), Bathia (1993) e Miller (1994). Tais estudos, portanto, proporcionaram-nos um norte para elucidar uma estrutura prototípica das unidades retóricas de que é constituído o gênero que estamos analisando.

Tomamos como parâmetro a proposta de Swales (1990) para descrição de introdução de artigos de pesquisa, conforme mencionado neste trabalho, no subitem 2.2.2. Tal proposta possibilitou levar a termo o nosso objetivo, que foi a organização retórica de artigos de opinião em unidades retóricas. Dessa forma, apresentamos uma proposta a título de descrever a estrutura prototípica da organização das informações no artigo de opinião.

1.14 O tratamento dos dados

Como o interesse central da nossa pesquisa estava voltado para investigar a organização retórica de artigos de opinião de alunos, produzidos em situação escolar, contrapondo-os a artigos de opinião produzidos pela imprensa, optamos assim por fazer um estudo comparativo-interpretativista.

A título de viabilizar este estudo, começamos a coletar, simultaneamente, os artigos de opinião produzidos pela imprensa e os artigos de opinião por alunos, a partir de março de 2002, estendendo-se até maio do ano subsequente.

Os vários textos previamente selecionados para a realização de nossa pesquisa, tanto os produzidos por alunos quanto os produzidos pela imprensa, deveriam se enquadrar no padrão do gênero *artigos de opinião*.

Tomadas essas decisões, o conjunto de artigos de opinião foi submetido a uma análise, com base na proposta desenvolvida por Swales (1990) para *análise de gêneros textuais*, bem como com base na proposta de Boissinot (1992) voltada para o estudo da tendência do processo argumentativo, qual seja: a) de tendência expositiva (TAE) e b) de tendência dialógica (TAD).

Para esse fim, os dados da nossa pesquisa foram manipulados estatisticamente, permitindo, assim, uma análise de natureza quantitativa e qualitativa na interpretação desses dados. Tal análise funcionou de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Quanto à distribuição das informações em *unidades e subunidades retóricas* em artigos de opinião produzidos por alunos e em artigos de opinião produzidos pela imprensa;
- 2) Quanto à identificação do processo argumentativo (de tendência expositiva – TAE e de tendência dialógica – TAD), observando a influência desse processo na regularidade das *unidades e subunidades retóricas*.

1.15 O *corpus* da pesquisa

O nosso trabalho se deteve no estudo de um *corpus* composto de artigos de opinião produzidos por alunos em situação escolar e por artigos de opinião produzidos pela imprensa, respectivamente.

Para tanto, destacamos a teoria de *Genre Analysis* (análise de gênero textual) postulada por Swales (1990), ressaltando o modelo proposto, por esse autor, para a descrição dos vários estágios de organização retórica de diferentes gêneros e, por

consequente, destacamos a proposta de Boissinot (1992) direcionada para o exame de textos argumentativos, segundo a tendência do processo argumentativo que encerram.

Para o desenvolvimento deste estudo, coletamos um *corpus* constituído de artigos de opinião produzido por alunos do Ensino Médio, provenientes do Projeto Clube do Jornal, conforme já mencionamos no item 3.3, de iniciativa da ONG do grupo de Comunicação e Cultura em parceria com a Secretaria da Educação Básica do Ceará e outras instituições. Além disso, selecionamos aleatoriamente exemplares de artigos de opinião produzidos pela imprensa, provenientes da seção Opinião do jornal *O Povo* do Estado do Ceará.

Enfim, para composição do *corpus* desta pesquisa foram considerados:

a) Artigos de opinião de alunos

Foram coletados artigos de opinião produzidos por alunos em situação escolar, uma vez que esses alunos deveriam estar cursando entre a 1ª e a 3ª série do Ensino Médio no sistema de ensino público do Ceará. Para a escolha dos artigos de opinião, utilizamos o seguinte critério: serem escolhidos somente aqueles artigos de opinião que já integravam as edições publicadas e divulgadas pelo Projeto Clube do Jornal.

b) Artigos de opinião da imprensa

De antemão, selecionamos exemplares de artigos de opinião produzidos pela imprensa. Tais exemplares foram provenientes de um jornal de grande circulação no Estado do Ceará, mais especificamente da seção *Opinião* publicada no jornal *O Povo*. Contudo, isto não invalidava a possibilidade de que exemplares de artigos de opinião provenientes de outras fontes, como do jornal *Folha de São Paulo*, viessem compor o nosso *corpus*.

Como objeto de análise, utilizamos um *corpus* composto de quarenta exemplares. Desse total, analisamos vinte artigos de opinião produzidos por alunos e

divulgados pelo Projeto Clube do Jornal, no decorrer dos anos de 2002 e 2003 e vinte artigos de opinião produzidos pela imprensa e publicados, no jornal *O Povo*, também durante os anos de 2002 e 2003.

1.16 Os procedimentos

Dos quarenta exemplares coletados para compor o *corpus* dessa pesquisa, vinte artigos de opinião produzidos pela imprensa foram submetidos aos seguintes critérios: a) a análise das estratégias da condução das informações em *unidades e subunidades retóricas* e b) a análise do processo argumentativo (de tendência expositiva – TAE e de tendência dialógica – TAD), observando a sua influência na distribuição das *unidades e subunidades retóricas*. O mesmo procedimento adotamos para os vinte exemplares de artigos de opinião produzidos por alunos, submetendo-os assim aos critérios anteriores.

Para a análise do primeiro critério, resolvemos considerar que o *corpus* coletado, de ambos os grupos, para esse fim, deveria ser segmentado em *unidades retóricas e subunidades* (conforme Rodrigues, 1998). Esse procedimento, por meio da segmentação dos artigos de opinião de alunos e dos artigos de opinião produzidos pela imprensa, possibilitou o estabelecimento das fronteiras entre as unidades de informação e subunidades de informação do gênero em análise. Assim sendo, em nossa proposta de organização retórica das informações, as *unidades e subunidades retóricas* foram identificadas pelo seu conteúdo informativo. Usamos como parâmetro para segmentar o artigo de opinião em seus movimentos retóricos um critério léxico-semântico. Por outras palavras, na nossa análise, a identificação e a delimitação de cada unidade retórica é de natureza essencialmente temática e norteadas por pistas lexicais apresentadas nos textos.

Tendo em vista isso, a nomenclatura *unidade retórica* (conforme Rodrigues, 1998) utilizada para descrever as *estratégias de condução das informações*

apresentadas na produção dos dois grupos de artigos de opinião alude à identificação de unidades temáticas básicas na arquitetura física do texto, considerando, assim, uma estrutura hierárquica de distribuição das informações. Esses mecanismos de condução das informações em cada uma das unidades básicas, em formas opcionais, são denominados *subunidades retóricas*.

Dessa forma, pudemos examinar se as *estratégias de condução de informações*, utilizadas na produção de artigos de opinião por alunos, apresentam semelhanças com aquelas utilizadas em artigos de opinião produzidos pela imprensa. Ou se, em contrário, os artigos de opinião desses alunos, quando relacionados a artigos de opinião produzidos pela imprensa, podem apresentar traços específicos que possibilitem descrevê-los como gênero específico.

Quanto ao processo argumentativo (de tendência expositiva e de tendência dialógica), como segundo critério, empreendemos uma análise do *corpus*, com base no estudo de Boissinot (1992), conforme foi elaborado neste trabalho, no item 6.4. Tal estudo proporcionou verificar até que ponto esse processo argumentativo influencia a produção de artigos de opinião de alunos e de artigos de opinião produzidos pela imprensa, no que tange à distribuição das *unidades e subunidades retóricas*.

Para identificação do processo argumentativo presente na produção desses dois grupos, utilizamos como ponto de apoio as seguintes características (conforme Boissinot, 1992): a) a tese do autor e os principais argumentos em favor dessa tese, considerando, na análise, a progressão da informação para o texto argumentativo de tendência expositiva (TAE) e b) a tese refutada, a tese proposta e os principais argumentos relacionando às duas, considerando o seu aspecto dialógico, para o texto argumentativo de tendência dialógica (TAD).

Além disso, destacamos algumas convenções utilizadas no nosso estudo, a fim de possibilitar ao leitor uma visualização mais precisa dos exemplos nele citados, quais sejam: (AOA1, AOA2, AOA3...) para artigos de opinião produzidos por alunos e

(AOI1, AOI2, AOI3...) para artigos de opinião produzidos pela imprensa. Tais convenções são seguidas de um algarismo correspondente ao número do texto em análise.

O processo argumentativo é identificado através do mesmo princípio: TAE(A)1, TAE(A)2... ou TAD(A)1, TAD(A)2... para os textos argumentativos de tendência expositiva e de tendência dialógica produzidos por alunos e, por último, TAE(I)1, TAE(I)2... ou TAD(I)1, TAD(I)2... para os textos argumentativos de tendência expositiva e de tendência dialógica produzidos pela imprensa.

Com as informações apresentadas neste capítulo referentes à metodologia da nossa pesquisa, esperamos contribuir para a compreensão das discussões e resultados dos dados que abordaremos no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 5

A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO

Em nossa pesquisa, empreendemos esforços com vista a apresentar a nossa proposta de organização retórica no gênero artigo de opinião. Em razão disso, abordamos a seguir a adaptação do modelo *CARS* para o gênero que analisaremos. Em consonância com esse modelo, apresentamos a descrição da organização retórica, tanto dos artigos de opinião produzidos pela imprensa como daqueles produzidos por alunos. Por último, apresentamos algumas reflexões sobre o processo da argumentação como fator de influência na distribuição das *unidades e subunidades retóricas*, considerando a estrutura argumentativa do texto de tendência expositiva (TAE) e do texto de tendência dialógica (TAD).

1.17 Adaptação do modelo *CARS* para o gênero artigo de opinião

Com o intuito de apresentar uma proposta que descrevesse a estrutura prototípica da organização das informações em artigos de opinião, procedemos a uma análise destes por ocasião de um estudo piloto realizado na fase de estruturação do nosso projeto de pesquisa.

Para a realização desse estudo, analisamos uma amostra constituída de dez exemplares de artigos de opinião produzidos pela imprensa. Tal estudo adaptado do modelo *CARS – creating a research space*, desenvolvido por Swales (1990), destinou-se assim à análise da distribuição das informações no gênero jornalístico que ora analisamos.

Enfatizamos que, para o empreendimento dessa análise de forma a evidenciar a distribuição das informações nesse gênero, adotamos como ponto de partida a

superestrutura do artigo de opinião, segundo orientações de Kaufman e Rodriguez (1995).

Na descrição dessas autoras, esse gênero textual é constituído das seguintes categorias: identificação do tema em questão; apresentação de seus antecedentes; tomada de posição (formulação de uma tese); apresentação de argumentos de forma a justificar essa tese e, por último, a reafirmação da posição adotada pelo seu autor no início do texto.

No entanto, tomando como base a descrição das categorias apresentadas por essas autoras, achamos pertinente estabelecer algumas modificações em relação às suas orientações. Tais modificações consistiram em acrescentar algumas *unidades* e *subunidades retóricas* quanto às estratégias de conduzir as informações em artigos de opinião, em função das ocorrências destas na análise de nossos dados. Essas modificações podem ser percebidas na nossa proposta de organização retórica das informações nesse gênero específico, a seguir, conforme o esquema, explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Esquema da organização retórica do gênero artigo de opinião

<p><i>Unidade retórica 1 – Apresentação do tema</i> Subunidade 1A – Apresentando o fato jornalístico e / ou Subunidade 1B – Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão</p> <p><i>Unidade retórica 2 – Apresentação de uma tomada de posição</i> Subunidade 1 – Formulando uma tese e / ou Subunidade 2 – Apresentando diferente(s) argumento(s) que justificam a tese</p> <p><i>Unidade retórica 3 – Avaliação</i> Subunidade 1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es) e / ou Subunidade 1B – Apresentando causa(s) e conseqüência(s)</p> <p><i>Unidade retórica 4 – Conclusão</i> Subunidade 1A – Apresentando conclusão(ões) e / ou Subunidade 1B – Indicando perspectiva(s)</p>

Como podemos observar no esquema acima, algumas alterações foram formuladas em relação à descrição das categorias delineadas, em Kaufman e Rodriguez (1995).

Inicialmente, acrescentamos a *Subunidade 1A – Apresentando o fato jornalístico*, tendo em vista que é através da referida subunidade que podemos destacar a enunciação do tema em torno do qual são abordados comentários e idéias no sentido não somente de informar o público leitor, mas também de persuadi-lo à aceitação do juízo último. A fim de ilustrar não somente essa formulação, mas também as demais subseqüentes, arrolamos, a seguir, alguns trechos do AOI8.

[AOI8]

(Un. 1) – SER VI: o debate

(Sub. 1A) *Uma nota, como tantas que são veiculadas em colunas diárias, com a objetividade indispensável: na Casa de José de Alencar, num dia da segunda quinzena deste mês, o subsecretário Marcelo Mendes abriu o debate com mais de 70 associações de 27 bairros para saber como deve ser aplicado o orçamento da Região VI, sob sua coordenação.*

Em seguida, achamos pertinente acrescentar a *Unidade Retórica 3 – Avaliação*, nome indicado para abordar as causas e conseqüências apresentadas no evento noticioso. Nesta unidade, o leitor enquadra um processo estimativo de valor de bem e de mal, acerca do evento. Baseamo-nos no estudo de Guimarães (1992) para segmentação do texto editorialesco, que, conforme Bonini (2002), pode assumir um outro rótulo, a exemplo do texto de opinião. Observamos as manifestações da *Subunidade 1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es) da Subunidade 1B – Apresentando causa(s) e conseqüência(s)*, nos trechos que seguem do AOI8.

[AOI8]

(Un. 3) (Sub1A) *Pois, é o que faço agora, desejando até que a iniciativa não se perca e se reproduza noutras regionais, já que os seus efeitos para a população, que é quem sabe das suas necessidades e das suas urgências. Desejo mais: (Sub1B) que o gesto de Marcelo Mendes não cause incômodos às lideranças de bairros, que se acham donas deles e só através dos seus esforços as coisas acontecem, os benefícios chegam.*

Acrescentamos, ainda, à nossa proposta a *Unidade retórica 4 – Conclusão*, tendo em vista que, nesta unidade, podemos encontrar a reafirmação da tomada de posição do autor em relação ao tema em questão. Nessa unidade, o autor adota uma conduta ou traça um rumo para o público leitor, incitando-o à ação, conforme Beltrão (1980).

O desdobramento das unidades retóricas 3 e 4, respectivamente, em subunidades como apresentando processo(s) estimativo(s) de valor(es); apresentando causa(s) e consequência(s) e, por último, *apresentando conclusão(ões); indicando perspectivas*, estas denominadas de *Subunidade 1A* e de *Subunidade 1B*, são justificadas em nossa proposta dadas as suas ocorrências na análise da amostra. Vejamos no trecho abaixo.

[AO18]

[Un. 4] [Sub1A] *Na verdade, debates – como o que aconteceu no âmbito da SER VI – servem até mesmo para demonstrar as possibilidades e as limitações das políticas públicas reclamadas pelas comunidades envolvidas, delimitando responsabilidades e fundando compromissos. Jamais serviriam para promessas vãs e promoção pessoal de quem quer que seja. [Sub 1B]* *Louve-se a iniciativa, pois dela a cidade precisa.*

Sendo assim, o resultado da nossa análise possibilitou apresentar uma proposta para a descrição da organização retórica de artigos de opinião em unidades e subunidades retóricas, visto que a nossa proposta, para este fim, colocou em evidência a presença de quatro unidades. Em torno destas, como podemos observar na figura 3, estão distribuídas oito subunidades retóricas.

Assim sendo, a nossa proposta, ancorada no modelo *CARS*, permitiu delinear um padrão descritivo da organização retórica de artigos de opinião no que tange à distribuição das informações nesse gênero. Com isto, passaremos, nos itens 5.2 e 5.3, à uma análise pormenorizada da organização retórica desse gênero produzido pela imprensa e por alunos, respectivamente, considerando as unidades e subunidades retóricas de que se constitui o artigo de opinião.

1.18 Descrição da organização retórica de artigos de opinião na imprensa

Após termos apresentado um padrão descritivo da organização retórica de artigos de opinião com base no nosso estudo piloto, passemos, então, à análise específica do *corpus* desta pesquisa, referente ao conjunto dos vinte exemplares desse gênero produzidos pela imprensa.

Inicialmente, nesta etapa da pesquisa, verificaremos o comportamento dos artigos de opinião no que diz respeito ao preenchimento das quatro grande unidades retóricas de informação previstas pela nossa proposta, quais sejam: *Unidade retórica 1 – Apresentação do tema*, *Unidade retórica 2 – Apresentação de uma tomada de posição*, *Unidade retórica 3 – Avaliação* e *Unidade retórica 4 – Conclusão*, conforme Quadro 1.

Quadro 2 – Freqüência das unidades retóricas de informação em artigos de opinião da imprensa

ARTIGOS DE OPINIÃO	UNIDADE RETÓRICA 1	UNIDADE RETÓRICA 2	UNIDADE RETÓRICA 3	UNIDADE RETÓRICA 4
AOI1	X	X	X	X
AOI2	X	X	X	X
AOI3	X	X	X	X
AOI4	X	X	X	X
AOI5	X	X	X	X
AOI6	X	X	X	X
AOI7	X	X	X	X
AOI8	X	X	X	X
AOI9	X	X	X	X
AOI10	X	X	X	X
AOI11	X	X	X	X
AOI12	X	X	X	X
AOI13	X	X	X	X
AOI14	X	X	X	X
AOI15	X	X	X	X
AOI16	X	X	X	X
AOI17	X	X	X	X
AOI18	X	X	X	X
AOI19	X	X	X	X
AOI20	X	X	X	X

Podemos constatar que todas as unidades retóricas, descritas em nossa proposta, para a distribuição das informações em artigos de opinião, foram devidamente preenchidas, considerando-se os artigos de opinião da imprensa. Assim sendo, estas podem ser consideradas como unidades básicas para a descrição desse gênero, uma vez que apresentaram 100% de frequência. Mediante tal constatação, podemos afirmar que cada uma dessas unidades tem funções comunicativas claras na distribuição das informações, influenciando assim não só no alcance dos propósitos comunicativos desse gênero, mas também na sua caracterização.

Os resultados da análise confirmam, portanto, a presença regular das quatro unidades retóricas delineadas em nossa proposta para a descrição da organização retórica de artigos de opinião.

No caso da *Unidade retórica 1 – Apresentação do tema*, constatamos que por meio desta unidade o autor contextualiza o fato jornalístico de forma a levá-lo ao conhecimento público no que tenha de conveniente e oportuno. Apresenta, inclusive, os antecedentes do tema em questão, a fim de situar o leitor e despertá-lo para a importância do assunto.

Como vimos, anteriormente, no Quadro 1, essa unidade é constituída da *Subunidade 1A – Apresentando o fato jornalístico* e da *Subunidade 1B – Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão*, apresentada como opcional em nossa proposta.

Considerando a *Unidade 2 – Apresentação de uma tomada de posição*, observamos que, nesta unidade, o autor utiliza estratégias discursivas consistentes como forma de persuadir o leitor, apresentando argumentos que venham evidenciar a sua tomada de posição diante do fato por ele abordado. Fazem parte dessa unidade, a *Subunidade 1 – Formulando uma tese* e *Subunidade 2 – Apresentando diferente(s) argumento(s)*.

A *Unidade retórica 3 – Avaliação*, podemos observar que nela o autor conduz a informação com vista a fazer uma avaliação analítica na qual os fatos são expostos na maioria das vezes com brevidade, contendo causas e conseqüências por meio de um processo estimativo, em que é estabelecido o valor de bem e de mal para o evento. Com esta unidade, articulam-se as seguintes subunidades: a *Subunidade 1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es)* e a *Subunidade 1B – Apresentando causa(s) e conseqüência(s)*. Esta última apresentada como opcional na condução das informações em artigos de opinião.

Já a *Unidade retórica 4 – Conclusão* tem a função de articular-se com a *Subunidade 1A – Apresentando conclusão(ões)* e a *Subunidade 1B – Indicando perspectiva(s)*. Esta última também aparece nos artigos de opinião como opcional. Observamos que esta unidade mostra-se indispensável na distribuição das informações nesse gênero, visto que é por meio desta unidade que o autor utiliza recursos discursivos para fundamentar a posição inicial formulada no texto. No sentido de imprimir credibilidade à informação através da sua opinião, indica perspectivas positivas ou negativas, utilizando argumentos sugestivos e persuasivos.

É importante destacar que esses movimentos retóricos, delineados em nossa proposta, asseguram um padrão descritivo de organização retórica de artigos de opinião mais adequado à prática desse gênero, conforme demonstrados no anexo A, desta pesquisa.

Passemos, então, à análise da distribuição das unidades retóricas presentes nos exemplares de artigos de opinião produzidos pela imprensa. No Quadro 2, a seguir, apresentamos a distribuição das quatro unidades, conforme posição em que ocorrem em cada texto analisado, evidenciando, assim, o comportamento dos movimentos retóricos no gênero em questão.

Quadro 3 – Distribuição das unidades retóricas na posição de ocorrência

ARTIGOS DE OPINIÃO DA IMPRENSA										
U N I D A D E S	AOI1	AOI2	AOI3	AOI4	AOI5	AOI6	AOI7	AOI8	AOI9	AOI10
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	1-2	2	2	2	2-3	2	2	2	2	2
	3-2	3	3	3	4	3	3	3	3-2	3
	4	4	4	2-3		2	2	4	2	4
						4	4		4	
ARTIGOS DE OPINIÃO DA IMPRENSA										
U N I D A D E S	AOI11	AOI12	AOI13	AOI14	AOI15	AOI16	AOI17	AOI18	AOI19	AOI20
	1	1	1-3	1-3	1	1	1	1	1	1
	2-3	2-1	2	2	3	2	3-2	3	2	3
	3	3	1	3	2	3	1	2	3	2
	4	4	3-2	2	3	4	2	3	2	4
			4	4	4		4	4-3	4	

Legenda:

Un1 – Apresentação do tema; Un2 – Apresentação tomada de posição; Un3 – Avaliação; Un4 – Conclusão; – unidades conjugadas; [] unidades intercaladas; _ unidades sobrepostas; ? segmento não identificado.

Observamos que as quatro unidades retóricas aparecem em todos os exemplares de artigos de opinião produzidos pela imprensa, embora estas unidades não se organizem na seqüência esperada, isto é, de acordo com o nosso modelo proposto, didaticamente, para a organização retórica nesse gênero, com exceção de AOI2, AOI3, AOI8, AOI10, AOI16 e AOI20. Perceberemos melhor como isto acontece nos exemplos que seguem, como é o caso do AOI10, em que as unidades retóricas estão distribuídas de forma seqüenciada e do AOI17, em que tais unidades não se apresentam na seqüência padrão.

(1)

Un1	<p>Patrimônio cultural</p> <p><i>Digno de aplausos a iniciativa do POVO que mandou repórteres aos quatro cantos do Estado para levantar nossos tesouros culturais, arquitetônicos e naturais. No dia 17/2 saiu o primeiro de uma série de três cadernos especiais, mostrando o nosso patrimônio. Trata-se de empreitada, não bastasse oportuna por trazer valiosos subsídios ao debate eleitoral, altamente relevante, pelas razões que vêm a seguir.</i></p>
Un2	<p><i>Estou certo de que enriquecer esse patrimônio, que é o dever de todo governante, confunde-se com a própria medida do desenvolvimento. Governar bem não é necessariamente, mais Produto Interno Bruto (PIB), porém é com toda certeza, é mais patrimônio.</i></p> <p><i>Pois bem: dentro da linha do economista indiano Amartya Sen, desenvolvimento é liberdade de escolha. No campo econômico, o melhor emprego possível; no social, a melhor educação, saúde e moradia possíveis. É assim por diante. Mas, nada disso depende do indivíduo isolado, é conquista coletiva, em que a liberdade de um deve estar a serviço da de todos. É fruto, portanto de outra liberdade, a política. E quanto mais houver desta, melhor destino terão os recursos e esforços públicos, em proveito de todas as três liberdades. E aí reside o círculo virtuoso do desenvolvimento.</i></p>
Un3	<p><i>É claro que essa dinâmica tem um sentido dado por uma liberdade de mestra, a cultural. Nela, sonham-se sonhos, inventam-se futuros e abrem-se perspectivas, fazendo surgir novos valores, atitudes e comportamentos, que se cristalizam novas formas de convívio entre as pessoas, e entre estas e a natureza, de modo a elevar sempre a condição humana. Esse é o verdadeiro desenvolvimento, e a sua medida não pode ser outra senão o enriquecimento do patrimônio tanto natural como cultural. Daí a relevância do patrimônio ainda tão pouco reconhecida e que reconheço aqui.</i></p>
Un4	<p style="text-align: right;">(AOI10)</p>

(2)

Un1	<p>BID e pobreza</p> <p><i>Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são agências multilaterais criadas para funcionamentos de países ricos para países pobres. “O paradoxo da pobreza em meio à abundância”, foi a justificativa do economista Keynes para tal reciclagem. Keynes compreendeu, assim como Karl Marx, que o capitalismo era constituído de forma hierárquica e a riqueza de algumas nações desenvolvidas tinha como contrapartida a pobreza, a miséria e as péssimas condições de vida da maioria da população mundial.</i></p>
Un2	<p><i>Este princípio, acreditava o economista, substituiria o círculo virtuoso do desenvolvimento, entretanto, o desenvolvimento do capitalismo 50 anos mais tarde mostrou a utopia de Keynes: a competição intercapitalista via comércio não inverteu os baixos ciclos de desenvolvimento em países pobres. Não estão entre os objetivos do capitalismo acabar com a pobreza e principalmente, com o desemprego, estes são funcionais ao sistema.</i></p>

Un3	<p><i>Qual é mesmo o papel do BID no Brasil? É infimo, não chega nem 2% do volume de investimentos realizados na economia brasileira ao ano. Apesar dos baixos custos, os empréstimos são contraídos em dólar, portanto, os débitos são instáveis e estão ao sabor das variações da moeda americana. No biênio 1997/98, 22% dos recursos captados nas agências multinacionais foram usados no pagamento de juros de dívidas anteriores, no biênio seguinte este percentual atinge o patamar de 58%. No Ceará, por exemplo, mais de 60% da dívida externa do Estado está contratada com o BID.</i></p>
Un2	<p><i>Ademais, a atuação das agências multilaterais exigem condicionalidades para os empréstimos. Reformas estruturais para o FMI e os Conselhos de Washington e de Davos representam a substituição do papel estratégico do Estado, enquanto promotor do desenvolvimento, pelo mercado, perpetuando a plutocracia que é gravitada por lobbies privados que impõem seus interesses.</i></p>
Un4	<p><i>(AOI7)</i></p>

Com isto, podemos constatar que há uma flexibilidade na forma como são conduzidas as informações. Em geral, como vimos no Quadro 3, a forma como as informações foram distribuídas em cada unidade reflete a fluidez das escolhas feitas pelo articulista, como também as suas opções em termos de estratégia para conduzir as informações. Portanto, trata-se de uma característica bastante recorrente em artigos de opinião produzidos pela imprensa, o que é perfeitamente compreensível dados os propósitos comunicativos específicos da comunidade discursiva, em que estão inseridos seus autores, a comunidade dos jornalistas.

A título de aprofundar a análise em questão, apresentamos a distribuição das informações em subunidades retóricas pelas unidades maiores, como bem demonstra o Quadro 4, referente à frequência dessas subunidades.

Quadro 4 – Frequência das subunidades retóricas em artigos de opinião

ARTIGOS DE OPINIÃO DA IMPRENSA								
ARTIGOS DE OPINIÃO	UNIDADE 1		UNIDADE 2		UNIDADE 3		UNIDADE 4	
	SUB 1A	SUB 1B	SUB 1	SUB 2	SUB 1A	SUB 1B	SUB 1A	SUB 1B
AO1	2	1	1	3	1	1	1	1
AO2	1	1	3	2	1	1	1	1
AO3	1	1	2	2	1	1	1	1
AO4	1	1	1	2	2	2	2	1
AO5	1	1	1	1	1	1	1	1
AO6	1	1	1	2	1	1	1	1
AO7	1	1	1	2	1	1	2	1
AO8	1	1	1	1	3	2	1	1
AO9	1	1	1	3	2	1	1	1
AO10	1	1	1	2	2	2	1	1
AO11	1	1	1	3	1	1	1	1
AO12	1	1	1	2	1	1	1	1
AO13	1	1	2	2	2	1	1	1
AO14	1	1	1	2	2	1	1	1
AO15	1	1	1	1	2	1	1	1
AO16	1	1	1	1	2	1	1	1
AO17	1	1	1	2	2	1	1	1
AO18	1	1	1	2	1	2	1	1
AO19	1	1	1	2	1	2	1	1
AO20	1	1	1	1	1	1	1	1

Podemos visualizar no Quadro 4, acima, que as oito subunidades retóricas de que se constitui o artigo de opinião aparecem na distribuição das informações nesse gênero produzido pela imprensa.

Dessa forma, podemos afirmar que a sistematização dessas subunidades retóricas foi constatada a partir da maior frequência das informações depreendidas da amostra do nosso estudo piloto, bem como do *corpus* desta pesquisa. Tal sistematização foi viabilizada dada a articulação dessas subunidades com as unidades retóricas maiores, que se mostraram facilmente identificáveis nos exemplares

analisados de artigos de opinião: *Apresentação do tema; Apresentação de uma tomada de posição; Avaliação e Conclusão.*

Em razão disso, é possível confirmar que esse gênero jornalístico apresenta em sua estrutura de composição regular as subunidades retóricas: *Apresentando o fato jornalístico; Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão; Formulando uma tese; Apresentando diferente(s) argumento(s) que justificam a tese; Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es); Apresentando causa(s) e consequência(s); Apresentando conclusão(ões) e Indicando perspectiva(s)*, uma vez que tais subunidades foram adotadas em 100% dos artigos de opinião provenientes da imprensa, testados por esta pesquisa.

Outro fator confirmado na análise dos nossos dados é que a seqüência tanto das unidades quanto das subunidades retóricas apresenta-se de forma bastante flexível. Isto ocorre em virtude de esta seqüenciação manifestar-se como reflexo da ordem, em que as informações foram apresentadas nos artigos de opinião.

É importante ressaltar que tal ordem se dá em função de esse gênero ser manipulado por aqueles que lidam estrategicamente com a distribuição das informações de forma criativa. Como ressalta Bhatia (1993), a exploração de um dado gênero requer habilidade de seu autor, no que diz respeito ao uso de suas convenções.

Ainda em consonância com as afirmações desse autor sobre a importância de se explorar bem um dado gênero a partir do conhecimento de suas convenções, percebemos que tal recurso funciona como um mecanismo que assegura ao articulista uma realização a contento de sua audiência.

Em razão disso, podemos observar que as subunidades *Apresentando diferentes argumentos que justificam a tese; Apresentando processo(s) estimativo(s) de valor(es) e Apresentando causa(s) e consequência(s)*, referentes às unidades 2 e 3,

respectivamente, foram repetidas algumas vezes em cada exemplar desse gênero textual, ainda conforme o Quadro 4.

A *Unidade 2 – Apresentando uma tomada de posição* é muito mais gerada pelos propósitos comunicativos da comunidade dos jornalistas. Para a realização dessa unidade maior, o articulista utiliza a *Subunidade 2 – Apresentando diferente(s) argumento(s) que justificam a tese* repetidas vezes como forma de persuadir o leitor.

Em geral, essa subunidade se caracteriza não só pela pertinência dos argumentos expostos como também pelas estratégias discursivas que a compõem com vista a atingir a sensibilidade desse leitor. No exemplo (3), percebemos melhor a realização desta subunidade, bem como o seu funcionamento na distribuição das informações em artigos de opinião.

(3)

	<u>Reajuste salarial já!</u>	
	<u>No ano passado a Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria de Finanças divulgou a expectativa de redução da arrecadação municipal em função do apagão. O fato, associado aos argumentos da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi utilizada como pretexto para impedir o reajuste dos 23 mil funcionários municipais e cinco mil aposentados e pensionistas, aproximadamente. Divulgado o</u>	1A
Un1	<u>balanço 2001, verifica-se que a Prefeitura obteve uma elevação de receita da ordem de 13,3% /o que permite uma boa folga para novas discussões sobre o reajuste dos servidores municipais.</u>	1B
Un2	<u>Há três anos sem reajuste, os funcionários da Prefeitura de Fortaleza ganham, em média, R\$ 300,00.</u>	2
Un3	<u>Está mais do que na hora de melhorar a situação permitindo, pelo menos, o reajuste equivalente ao aumento da receita municipal. Atualmente, as despesas com folha de pagamento representam 46,56% da receita corrente líquida quando, pela LRF podem chegar a 60%. Mesmo concedendo o reajuste, esse limite estaria respeitado.</u>	2
Un2		1
		(AOI11) 2

No que tange à realização da *Unidade 3 – Avaliação*, observamos que pelo fato de ser esta unidade retórica uma unidade de informação, constitutiva da peculiaridade do artigo de opinião produzido pela imprensa, esta se constitui da *Subunidade 1A –*

Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es) e da Subunidade 1B – Apresentando causa(s) e conseqüência(s).

Tais subunidades, também, aparecem repetidas algumas vezes na condução das informações relativas à *Unidade retórica 3*. Trata-se de subunidades bastante recorrentes em artigos de opinião, uma vez que, através dessas subunidades, o articulista expressa uma consciência crítica acerca do evento noticioso.

A propósito disso, tais subunidades revelam uma frequência bastante elevada no que diz respeito ao preenchimento das funções retóricas da *Unidade 3*, por concentrar uma avaliação positiva ou negativa desse evento. Por essa razão, não podemos deixar de fazer referência às subunidades que compõem essa unidade de formação, *Un3*, pois que nesta é revelado o domínio que o articulista detém sobre o gênero que está produzindo.

Outra importante função da *Unidade retórica 3* se manifesta na criação de um contexto com o fim de suscitar no leitor um dado conhecimento sobre o evento noticioso, quanto à constatação de suas causas e conseqüências. No exemplo (4) transcreveremos novamente trechos do AOI11 como forma de apresentar as subunidades associadas à *Un3*, sendo estas as seguintes, conforme havíamos afirmado anteriormente: *1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es) e 1B – Apresentando causa(s) e conseqüência(s).*

(4)

Un3	<p style="text-align: right; margin: 0;">1A</p> <p style="text-align: right; margin: 0;">1B</p> <p style="text-align: center; margin: 0;"><i><u>Não há dúvida de que o reajuste é justo e devido. Além da defasagem salarial, a Prefeitura implantou o novo Instituto de Previdência Municipal (IPM), no qual o servidor viu aumentar sua contribuição, que era de 8% do salário, para 13%. Ao arrecadar mais do servidor, a Prefeitura vem economizando cerca de R\$ 20 milhões/ano. Antes, era responsável pelo salário dos aposentados e pensionistas. Mas, agora contribui com a previdência na base 2/3 para 1/3 do servidor. Mais economia para a Prefeitura, mais despesas para o funcionário.</u></i></p>
------------	---

Além disso, consideramos também relevante apontar a *Unidade 4 – Conclusão*, como aquela unidade de informação constitutiva da identidade do artigo de opinião. Trata-se, portanto, de uma unidade muito típica desse gênero proveniente da imprensa. É por meio desta unidade que o articulista, ao conduzir as informações, apresenta estratégias argumentativas que visam a destacar perspectivas positivas ou negativas acerca do evento em questão.

Essa unidade retórica demonstra ter uma frequência regular em todos os artigos de opinião analisados, dada a informação que é nela veiculada se tratar da parte conclusiva desse gênero jornalístico. Nesta unidade o articulista procura relacionar suas perspectivas com os argumentos apresentados em favor de sua tese.

Em razão disso, consideramos tal unidade de informação de caráter altamente especializado do gênero artigo de opinião. Portanto, a efetivação da *Un4* ocorre através das seguintes subunidades: *1A – Apresentando conclusão(ões)* e *1B – Indicando perspectiva*. Vejamos os exemplos¹³ 5, 6 e 7, referentes aos AOI11, AOI13 e AOI14, respectivamente.

(5)

Para que o servidor atenda bem a população é preciso capacitação, organização administrativa, planejamento e material de trabalho adequado. É preciso motivação, diretrizes e metas. Um dos componentes importantes nesse pacote é manter bons funcionários – o que, evidentemente só é possível com salários minimamente dignos.

Un4**(AOI11) 1B**

(6)

Segurança para todos
Daí, tornar-se legítima a reivindicação, que está na cabeça de todos, por programas que garantem segurança efetiva para todos. Os responsáveis sabem como fazê-lo. Sabem mesmo.

Un4**(AOI13) 1B**

¹³ Nos exemplos 6 e 7 destacamos os temas dos AOI13 e AOI14 e nos exemplos subsequentes, quando isto se fizer necessário. Assim, situamos o leitor sobre o assunto em questão, quando não se tratar da segmentação das informações da *Un1* da qual faz parte o tema do artigo de opinião.

(7)

Balcão de negócios

A advocacia é indispensável para a manutenção da Justiça, portanto devemos resguardá-la para colhermos frutos, compatíveis com a dignidade da profissão.

A briosos OAB deve rechaçar veementemente a ampliação de novas vagas para cursos de Direito, que não pode ser alvo de deplorável mercantilismo sem pudores.

Un4**1A****(AOI14) 1B**

Por último, não podemos deixar de fazer menção à *Unidade 1 – Apresentando o tema* com suas respectivas subunidades retóricas: *1A – Apresentando o fato jornalístico* e *1B – Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão* por favorecer a realização da audiência externa, baseada no leitor. Em geral, é nesta unidade introdutória que o articulista focaliza uma seqüência de informações como forma de favorecer uma avaliação mais consciente do tema abordado, por parte desse leitor.

A exemplo da *Unidade retórica 4*, citada anteriormente, as subunidades da *Un1* apresentam também uma freqüência regular em todos os exemplares de artigos de opinião. Embora estas subunidades não apareçam repetidas vezes como as demais subunidades referentes às *Unidades retóricas 2 e 3*, respectivamente.

Observamos, nos AOI1 e AOI2, como se dá a condução dessas subunidades de informação relativas à *Unidade retórica 1*.

(8)

O BID entre nós

O BID é uma grande instituição. Um banco internacional. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Portanto, muita grana. 1A

Quando um Estado nordestino, no Brasil, consegue sediar uma reunião desse banco, isso não é pouca coisa. Revela um grande prestígio, significa uma grande negociação. Houve uma luta, muito bem costurada, para sensibilizar as instâncias superiores da instituição. O Ceará teve essa habilidade. Desde o ministro Tavares até os técnicos da Secretaria de Turismo mostrando a viabilidade do certame entre nós.

Un1

De modo que se justifica a cidade estar toda preparada para o encontro. Ruas maquiadas, hotéis reservados, sistema de segurança testado, aulas suspensas, comércio modificado. Vamos receber visitas. Visitas honrosas. Gente vip. (AO11) 1B

(9)

A lógica da política

Parafraseando Pascal, poder-se-ia escrever: a política tem suas razões que a razão desconhece. Faço esta reflexão para tentar lançar luz sobre o frenético e desconcertador jogo de alianças políticas que está ocorrendo no momento, e no dia em que o Tribunal Superior Eleitoral decide vincular as alianças partidárias nos Estados às coligações do âmbito federal; decisão esta que, se mantida, terá conseqüências decisivas sobre as negociações em curso. 1A

Un1

Antes de tudo é preciso entender o que são os partidos políticos: são associações voluntárias de pessoas, com o fim de proporcionar poder a seus dirigentes e oportunidades a seus membros ativos de realizar fins objetivos ou de obter vantagens pessoais, ou ambas as coisas, ensina Max Weber.¹⁴ A lógica do partido é (...) 1B

(AO12)

Assim sendo, constatamos que cada uma dessas unidades de informação ou unidades retóricas¹⁴, se manifesta por meio de unidades funcionais menores, que têm o papel de levar a termo um objetivo do articulista dentro de uma unidade retórica maior. Fundamentadas no modelo *CARS* de Swales (1990), mais especificamente na terminologia adotada por esse autor, essas unidades de informação maiores são denominadas *moves* (movimentos).

¹⁴ Conforme terminologia por nós adotada, com base no modelo de análise de resumos acadêmicos, proposto por Rodrigues (1998).

Ainda com base nesse autor, podemos afirmar que a organização de cada um desses movimentos retóricos se dá por meio de diferentes passos (*steps*). A forma de fazer isto, considerando-se a visão de Araújo (1999), é denominada “estratégias”. Para essa autora, o procedimento de se empregar diferentes passos ou “estratégias” conduz à realização de uma unidade de informação maior.

Em consonância com as considerações de Swales (1990) e, conseqüentemente, com as observações apontadas por Araújo (1999) é pertinente reconhecermos no gênero jornalístico em questão uma organização que, a exemplo de outros gêneros textuais, orienta-se também pelos mecanismos, acima, considerados por esses autores.

Através da nossa análise, podemos assim confirmar que tais mecanismos são adequados à organização do gênero jornalístico que estamos discutindo, uma vez que a funcionalidade retórica da organização de cada gênero ocorre em torno de seus propósitos comunicativos. Isto implica afirmar, com base nas considerações de Rodrigues (1998), que as informações são distribuídas no gênero de forma a preencher um esquema ou superestrutura de organização ancorado nos seus propósitos comunicativos, como ocorre no artigo de opinião.

O raciocínio desses autores quanto aos aspectos aqui abordados acerca do gênero nos leva a concluir que a nossa proposta de organização das informações em artigos de opinião se mostra realmente pertinente, conforme comprovam os resultados da análise em pauta.

Tais resultados, por sua vez, confirmam a aplicabilidade da referida proposta à descrição do gênero em questão, com base no modelo de Swales (1990). As unidades que constituem essa proposta, a fim de descrever e ordenar as informações no artigo de opinião, revelam-se como peculiares da comunidade discursiva especificamente de jornalistas.

Referida constatação apóia-se no fato de que o padrão descritivo da organização retórica desse gênero, analisado nesta pesquisa, não é resultante de construções arbitrárias de categorias por nós nomeadas, mas de unidades retóricas e suas subunidades correspondentes imprescindíveis à estrutura do gênero em estudo, conforme demonstrado na Quadro 1.

Esse demonstrativo fundamenta-se na análise de vinte exemplares de artigo de opinião, em que podemos constatar, de fato, a presença constante de quatro unidades retóricas, em que a condução das informações aí se efetiva através de oito estratégias ou subunidades retóricas diferentes, embora, como vimos no Quadro 4, a frequência no emprego de tais estratégias ou subunidades varie de artigo para artigo, em função dos objetivos a serem atingidos pelo articulista.

1.19 Descrição da organização retórica de artigos de opinião de alunos

Ao concluirmos a análise da organização retórica de artigos de opinião produzidos pela imprensa, passaremos, neste item, à realização da descrição retórica de artigos de opinião produzidos em situação de ensino e aprendizagem dos alunos contrapondo-os ao gênero da imprensa opinativa.

Para atingir este objetivo, realizamos a análise de vinte artigos de opinião produzidos por alunos, provenientes do Projeto Clube do Jornal. Assim, propusemos detectar as regularidades recorrentes que caracterizam esse gênero textual como próprio da comunidade discursiva dos alunos, quando comparado àquele produzido por uma comunidade discursiva cujos membros são especialistas na área de jornalismo.

O percurso metodológico para a realização dessa análise tem como parâmetro a nossa proposta para descrever a organização retórica de artigos de opinião, inspirada no modelo de análise de Swales (1990). Para realizar essa descrição, a exemplo do caminho metodológico que percorremos no item 6.2, apresentamos aqui a

Constatamos que, com base nos resultados obtidos da nossa análise, os artigos de opinião, em sua totalidade, apresentam em sua composição a presença das quatro grandes unidades retóricas: *Apresentação do tema*, *Apresentação de uma tomada de posição*, *Avaliação* e *Conclusão*.

A *Unidade 1 – Apresentação do tema* é um espaço que tem como objetivo introduzir o artigo de opinião. Nesta unidade o autor / aluno empreende um grande esforço no sentido de compartilhar com o leitor o assunto de que vai tratar, com vista a chamar a atenção desse leitor para a relevância do aspecto temático em foco.

Unidade 2 – Apresentação de uma tomada de posição é uma unidade retórica de informação que consiste em apresentar a tese defendida pelo autor / aluno, bem como as suas considerações em favor dessa tese. Trata-se de unidade retórica imprescindível no artigo de opinião. Para a realização dessa unidade, o autor empreende também um grande esforço, já que tal unidade pode se constituir em um recurso prático importante para o alcance dos seus propósitos comunicativos.

Na *Unidade 3 – Avaliação*, o autor / aluno, diante do desafio de produzir essa unidade, geralmente faz considerações breves acerca do tema em pauta. Na maioria das vezes, esse autor não faz dessa unidade um recurso útil para a sua audiência, visto que se isenta da tarefa de apresentar reflexões críticas direcionadas para a avaliação do tema abordado.

Na *Unidade retórica 4 – Conclusão*, o autor / aluno realiza a parte conclusiva do artigo de opinião. Por se tratar de uma unidade conclusiva, requer, por parte desse autor, um maior esforço retórico para a sua realização. Por essa razão, prefere limitar-se ao encerramento do texto, sem opinar criticamente no que diz respeito às perspectivas positivas ou negativas que se inserem no evento em questão.

A partir do nosso comentário acima, podemos constatar que as unidades retóricas que se apresentam como fator de diferenciação entre o artigo de opinião de

aluno e o da imprensa são as seguintes: *Un1*, *Un3* e *Un4*, em virtude de essas unidades não serem realizadas com o mesmo nível de profundidade como são usadas nesse gênero quando praticado pela imprensa.

Apesar disso, não podemos deixar de reconhecer, no artigo de opinião produzido por alunos, a frequência de 100% das quatro unidades retóricas, inclusive das *Un1*, *Un3* e *Un4*, o que as caracteriza como próprias desse gênero jornalístico. Isso significa afirmar que as quatro unidades retóricas, resultantes da nossa proposta para a descrição da organização retórica de artigos de opinião, integram não só esse gênero produzido por alunos, mas também aqueles considerados especializados.

Para uma melhor visualização dessas quatro unidades retóricas, apresentamos um dos artigos de opinião do nosso *corpus* produzido por alunos com essas unidades segmentadas, como verificamos no exemplo (10).

(10)

	<i>E enquanto isso no Brasil</i>
Un1	<i>As vezes as pessoas ficam distraídas com que acontece no dia-a-dia, imagine então em época de copa do mundo. Você se preocupou em algum momento durante a copa com o que realmente estava acontecendo no nosso país?/Na verdade, a maioria das pessoas estavam interessadas mais em quem iria ganhar a copa, do que no futuro político do país.</i>
Un2	<i>Enquanto o Brasil jogava, muitas coisas ocorriam sem nós ao menos percebermos. Um exemplo foram os aumentos ocorridos por uma coincidência muito suspeita justamente no dia em que o Brasil mais uma vez sagrou-se campeão do mundo.</i>
Un3	<i>As pesquisas eleitorais oscilam como nunca/e o povo foi anestesiado com o efeito penta, esquecendo até que o Brasil se tornou um dos países de maior risco para investimentos.</i>
Un4	<i>Devemos ter consciência, que é preciso estar ligado não só nos acontecimentos esportivos. Mas sobretudo no que está acontecendo no nosso país.</i>
	(AOA1)

Quanto à questão da distribuição dessas unidades retóricas de informações, podemos conferir no Quadro 6, abaixo, o comportamento retórico de tais unidades, em termos de posição de ocorrências em cada exemplar de artigo de opinião produzido por alunos.

Quadro 6 – Distribuição das unidades retóricas na posição de ocorrências

ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS										
UNIDADES	AOA1	AOA2	AOA3	AOA4	AOA5	AOA6	AOA7	AOA8	AOA9	AOA10
	1	1	1	1	1	1-2	1	1-2	1	1
	2	2	2-1	2	2-1	2	2	2	2-1	2
	3	3[1]	3	1[3]	3	3	3	3	3	3
	4	2[1]	4	2	4	4	4	4	4	2
		4		4						4-3
	AOA11	AOA12	AOA13	AOA14	AOA15	AOA16	AOA17	AOA18	AOA19	AOA20
	1	1-2	1-2	1-2	1-2	1-2	1-2	1-2	1-2	1-2
	2-1	2-3	3	3	3	3	3	2	4[3]	2
3	4	2	1	4	4	4	3		3	
4		4	2-3				4		4	
			4							

Legenda:

Un1 – Apresentação do tema; Un2 – Apresentação de uma tomada de posição; Un3 – Avaliação; Un4 – Conclusão; – unidades conjugadas; [] unidades intercaladas; _ unidades sobrepostas.

A exemplo dos artigos de opinião produzidos pela imprensa, observamos que os artigos de opinião de alunos contemplam também as quatro unidades retóricas. Em contrapartida, podemos verificar que a metade do conjunto de vinte exemplares de artigos de opinião analisados aponta que tais unidades se organizam de forma seqüenciada, como é o caso dos AOA1, AOA3, AOA5, AOA6, AOA7, AOA8, AOA9, AOA11, AOA18 e AOA20, apesar de cinco desses exemplares apresentarem em sua estrutura unidades retóricas conjugadas. São os artigos de opinião AOA3, AOA5, AOA6, AOA8 e AOA11, conforme exemplificamos, abaixo, em trechos do artigo de opinião AOA5.

(11)

Un1	<i>A anticoncepção</i>
Un2	<i>A gestação pode ser desejada, mas ela é certamente inoportuna, pois atrapalha a evolução dos jovens.</i>
Un1	<i>Certos cuidados são fundamentais para quem não quer ter filhos são: os métodos anticoncepcionais, ou seja, meios e técnicas que, se usados corretamente, impedem a concepção.</i>
Un2	<i>Caso não se usem métodos anticoncepcionais, pode acontecer gravidez. Quando envolve casais de adolescentes, a gravidez geralmente desestrutura suas vidas, trazendo graves conseqüências, como desagregação familiar, uso de drogas, inatividade, depressão ou abandono de escola. Esses nem sempre têm condições de criar os próprios filhos que (...)</i>
	(AOA5)

Além disso, encontramos também artigos de opinião de alunos (AOA6, AOA8, AOA9, AOA13, AOA14, AOA15, AOA16, AOA17, AOA18, AOA19 e AOA20) que demonstram na sua estrutura unidades retóricas sobrepostas, como podemos conferir no exemplo que transcrevemos a seguir, relativa à *Unidade 1 – Apresentação do tema* e *Unidade 2 – Apresentação de uma tomada de posição*.

(12)

	<i>Cidadania</i>
Un1	<i>A escola é de fundamental importância para as pessoas, pois é nela que questionamos, discutimos e aprendemos fatos passados da nossa história, que contribuíram ou não, para o nosso presente. Vemos assuntos relacionados à nossa vida que até então, não conhecíamos e com isto facilitando nossa percepção sobre os acontecimentos cotidianos.</i>
Un2	<i>É através da escola juntamente com a orientação dos professores, que nós jovens aprendemos a ser cidadãos e exercer nossa verdadeira função na sociedade que é questionar sobre o que está errado, lutar por nossos direitos e trabalharmos por uma sociedade, não melhor, mas democrática, onde não haja desrespeito, nem desigualdades entre pessoas.</i>
	(AOA20)

Isto implica afirmar que esses artigos de opinião apresentam informações imbricadas quanto à forma de serem conduzidas em algumas unidades retóricas. No entanto, verificamos que desvios como este, no que diz respeito ao padrão esperado, não acarretam prejuízos à função comunicativa das unidades envolvidas, como atesta o exemplo acima citado.

Um outro dado a ser considerado, no conjunto de artigos de opinião de alunos analisado, é a presença de unidades retóricas intercaladas em alguns desses artigos (AOA2, AOA19 e AOA20), como no exemplo (13), abaixo, referente às unidades 1, 2 e 3, *Apresentação do tema*, *Apresentação de uma tomada de posição* e *Avaliação*, respectivamente.

(13)

	<i>O futuro de uma nação pode ser decidido em uma eleição</i>
Un3	<i>É muito comum a cobrança de saber escolher o candidato certo, mas não podemos esquecer da obrigação em se cumprir às promessas propostas, porque não depende só das pessoas votarem certo como também, os eleitos corresponderem à confiança empregada neles através da nação eleitora.</i>
Un1	<i>Nesse ano, os adolescentes maiores de 16 anos também votarão.</i>
Un2	<i>A juventude não escapa das injustiças cotidianas, junto com o resto da população, sofrem por falta de moradia, educação, saúde e muitas vezes são descartadas por essa sociedade que não reconhece o potencial e a determinação juvenil.</i>
	(AOA2)

No exemplo acima, as informações são distribuídas pelas três unidades de maneira intercalada. Ou seja, a unidade retórica 1 ocorre intercalada às unidades 3 e 2. Isto acontece em virtude de essas unidades cumprirem a função quer seja de *Apresentação do tema*, quer seja de *Apresentação de uma tomada de posição* ou de *Avaliação*.

Casos semelhantes a este, segundo Rodrigues (1998), revelam um comportamento competitivo das unidades retóricas pela primeira posição quanto à distribuição das informações nas unidades em questão. Portanto, verificamos que se trata de uma estratégia pouco típica, uma vez que é constatada a sua baixa ocorrência na distribuição das informações em artigos de opinião. Como vimos, os resultados da nossa análise apresentam formas particulares de conduzir as informações no que se refere à distribuição das unidades retóricas nos artigos de opinião de alunos.

Assim sendo, esses artigos de opinião, embora utilizem as mesmas unidades retóricas que os artigos de opinião da imprensa, não apresentam flexibilidade, visto que a forma de conduzir as informações não se realiza através de todas as subunidades retóricas. Por esta razão, a estrutura regular de composição neste gênero, quando produzido por alunos, caracteriza-se de forma menos complexa em relação à estrutura de composição do artigo de opinião da imprensa.

Por último, apresentamos a distribuição das subunidades retóricas pelas unidades maiores, evidenciando assim o número de ocorrências detectados no *corpus*, conforme Quadro 6. Melhor dizendo, verificaremos quais as subunidades de informação recorrentes em cada uma das unidades retóricas de que se constitui o artigo de opinião produzido por alunos: *Unidade 1- Apresentação do tema, Unidade 2 – Apresentação de uma tomada de posição, Unidade 3 – Avaliação e Unidade 4 – Conclusão.*

Tabela 1 – Freqüência das subunidades retóricas em artigos de opinião

ARTIGO DE OPINIÃO DE ALUNOS								
ARTIGO DE OPINIÃO	UNIDADE 1		UNIDADE 2		UNIDADE 3		UNIDADE 4	
	SUB 1A	SUB 1B	SUB 1	SUB 2	SUB 1A	SUB 1B	SUB 1A	SUB 1B
AOA1	1	0	1	1	0	1	1	0
AOA2	2	0	1	2	0	1	1	0
AOA3	1	0	1	1	1	1	0	1
AOA4	1	1	1	2	1	0	1	1
AOA5	1	1	1	1	0	1	1	1
AOA6	1	0	1	1	1	0	1	1
AOA7	1	1	1	1	0	1	1	1
AOA8	1	1	1	1	1	0	1	0
AOA9	2	0	1	1	1	0	1	1
AOA10	1	0	1	2	1	0	2	1
AOA11	1	0	1	1	0	1	1	0
AOA12	1	0	1	1	1	1	1	0
AOA13	1	1	1	2	0	1	1	0
AOA14	2	0	1	2	1	1	1	0
AOA15	1	0	1	1	0	1	1	0
AOA16	1	1	1	1	0	1	1	1
AOA17	1	0	1	1	0	1	1	0
AOA18	1	0	1	1	0	1	1	0
AOA19	1	0	1	1	0	1	1	0
AOA20	1	1	1	2	1	1	1	0
TOTAL 20	100%	35%	100%	100%	45%	75%	100%	40%

A tabela acima mostra que, assim como o artigo de opinião da imprensa, as subunidades 1A – *Apresentando o fato jornalístico*, 1 – *Formulando uma tese e / ou 2 – Apresentando diferente(s) argumento(s) que justificam a tese e*, por último, 1A – *Apresentando conclusão(ões)* referentes às unidades 1, 2 e 4, respectivamente, são adequadamente utilizadas nos artigos de opinião de alunos.

À propósito disso, podemos afirmar que tais subunidades, por demonstrarem ser as mais freqüentes em relação às demais, contribuem para a efetivação dos propósitos comunicativos das unidades a que correspondem na organização retórica desses artigos de opinião.

Por outro lado, constatamos, de acordo com a segmentação das informações nesses artigos de opinião do *corpus*, o não preenchimento a contento de algumas subunidades retóricas: *1B – Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão*, *1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es)* e *1B – Apresentando causa(s) e consequência(s)* e, por último, *1B – Indicando perspectiva(s)*. Estas subunidades correspondem, respectivamente às unidades *1 – Apresentação do tema*, *3 – Avaliação* e *4 – Conclusão*.

Passaremos a fazer alguns comentários acerca da frequência reduzida dessas subunidades, levando em conta o comportamento dos seus propósitos ou funções comunicativas, quando essas subunidades não são utilizadas nos artigos de opinião de alunos.

- *Subunidade 1B – Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão (Un1 – Apresentação do tema)*

Na realização da *Un1*, a subunidade 1B tem a função de contextualizar o leitor acerca do assunto abordado. Inclui comentários associados ao tema em questão como meio de atingir, nesta unidade, a dimensão expressiva da mensagem da informação tratada no evento. Em geral, constatamos a ausência de tais comentários nos artigos de opinião de alunos. Entretanto, observamos alguns casos em que este fator não compromete a compreensão do objetivo comunicativo por parte do leitor, como comprova a frequência de apenas 35% da *Sub1B* nos exemplares de artigos de opinião produzidos por alunos.

Vejamos no exemplo (14), a realização da *Un1* em que não ocorre a manifestação dessa subunidade.

(14)

E enquanto isso no Brasil	
Un1	<i>As vezes as pessoas ficam distraídas com o que acontece no dia-a-dia, imagine então em época de copa do mundo. Você se preocupou em algum momento</i> (Sub1A)
Un2	<i>durante a copa com o que realmente estava acontecendo no nosso país? Na verdade, a maioria das pessoas estavam interessadas mais em quem iria ganhar a copa, do que no futuro político do país.</i> (AOA1)

Em seguida, vejamos no exemplo (15), em que a ausência da manifestação do *Sub1B* acarreta prejuízos à realização da *Un1*, no que tange ao alcance dos seus objetivos comunicativos.

(15)

Comentário	
Un1	<i>Ao longo dos tempos as pessoas visavam o bem-estar de seu grupo e nisso havia influências, mas isso não quer dizer que eram influências negativas.</i> (Sub1A)
Un2	<i>Para que “possamos julgar” os outros, primeiro devemos refletir sobre nós mesmos. Será que ao invés de só reclamar, não procuramos solucionar problemas, com idéias nossas e dos outros.</i> (AOA3)

- *Subunidade 1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es) (Un3 – Avaliação)*

Em alguns exemplares de artigos de opinião de alunos, não é constatada a utilização dessa subunidade, talvez em virtude de essa subunidade retórica requerer do autor/aluno um juízo crítico de caráter avaliativo sobre o assunto em questão. Apesar disso, comprovamos uma freqüência moderada da *Sub1A*, já que, dos vinte exemplares analisados, nove manifestaram a ocorrência desta subunidade, o equivalente a 45% do total.

O exemplo (16), analisado abaixo, mostra que apesar de não se verificar a manifestação de tal subunidade na condução da informação, é possível a realização do objetivo comunicativo referente à *Un1*.

(16)

	<i>O futuro de uma nação pode ser decidido em uma eleição</i>
Un2	<i>É muito comum a cobrança de saber escolher o candidato certo, mas não podemos esquecer da obrigatoriedade em se cumprir às promessas propostas,</i>
Un3	<i>porque não depende só das pessoas votarem certo como também, os eleitos corresponderem à confiança empregada neles através da nação eleitora. (Sub1B)</i>
	(AOA2)

- *Subunidade 1B – Apresentando causa(s) e conseqüência(s) (Un3 – Avaliação)*

Essa subunidade tem função claramente identificável, visto que nela o autor apresenta comentários especificamente direcionados às causas e conseqüências contidas no evento noticioso. Por se tratar de uma unidade bastante assídua (75%) nos exemplares de artigos de opinião, não acarreta prejuízos no alcance do objetivo comunicativo da *Un3*. De maneira que, na ausência de tal subunidade, a *Sub1A* supre a sua função, no que diz respeito ao cumprimento desse objetivo comunicativo. Isso demonstra que a função das subunidades 1A e 1B é relevante para a efetivação da *Un3*, uma vez que ambas pertencem a essa unidade retórica.

Percebemos isso nos trechos que seguem, relativos ao exemplo (17), em que não ocorre a manifestação da *Sub1B*.

(17)

	<i>A escolha da profissão</i>
Un2	<i>Ser médico, jornalista, piloto, jogador de futebol pode ser muito bom, maravilhoso, mas para quem realmente tem habilidades específicas nas respectivas áreas. Porém quem só vê o lado do sucesso financeiro, pode ser o caminho certo para o fracasso profissional.</i>
Un3	<i>Não é errado gostar de uma profissão que dê dinheiro, sucesso, prestígio. O problema é como as pessoas encaram a essa situação. (Sub1A)</i>
	(AOA8)

Gostaríamos de enfatizar ainda que, embora alguns exemplares, como o AOA8, não apresentem a *Sub1B*, não podemos deixar de considerar tal unidade retórica, como típica de artigo de opinião de aluno.

Comprovando nosso ponto de vista, constatamos a ocorrência da *Sub1B* em quatorze exemplares de artigos de opinião, mais da metade dos vinte exemplares analisados, o que corresponde a 75% do total do *corpus* da nossa pesquisa.

- *Subunidade 1B – Indicando perspectivas (Un4 - Conclusão)*

Por fim, temos a *Sub1B* que, na parte conclusiva do artigo de opinião, tem o papel de prover uma avaliação do evento em pauta, indicando perspectivas quer sejam positivas ou negativas com vista à realização da *Un4*. Como a *Sub1A* da *Unidade retórica 3 – Avaliação*, essa subunidade requer também do autor/aluno certo domínio, em termos de conhecimentos vinculados ao assunto tratado, para tecer reflexões críticas acerca deste. Esse aspecto, portanto, demonstra ser a possível razão que justifica a ausência da realização da *Sub1B* nos artigos de opinião de alunos.

Por se tratar de uma subunidade não muito recorrente em artigos de opinião, verificamos que a frequência de tal subunidade nesses artigos ocorre de forma não muito significativa. Assim, a *Sub1B* ocorre em 40% dos casos em artigos de opinião de alunos, ou seja, de vinte exemplares produzidos por alunos, essa subunidade é empregada em oito exemplares.

Vejamos no exemplo (18) abaixo, em que o autor apresenta a *Un3*, com apenas a *Sub1A – Apresentando conclusão(ões)*, ou seja, sem utilizar nesta unidade retórica a *Subunidade 1B – Indicando perspectiva(s)*.

(18)

Jovens em transição

É comum em pequenas cidades do interior crianças deixarem de ir à escola, para serem usadas como mão de obra junto com seus pais, isso acaba atrapalhando o desenvolvimento intelectual das crianças que, muito cedo precisam trabalhar para ajudar em casa. Sabendo de casos assim, logo questionamos sobre a má administração de certos políticos, que não mereciam ser escolhidos pelo povo. (Sub1A)

Un3

Nós alunos devemos entender que, a escola está ali a nossa disposição para nos ajudar e que sem auto-motivação ninguém tem sucesso na vida, as oportunidades passam rápido, temos que refletir sobre nossas atitudes, nosso modo de pensar, nossas escolhas nos beneficiam ou nos prejudicam. (Sub1A)

Un4**(AOA11)**

Assim, a nossa análise mostra que a não utilização dessas subunidades na maioria dos artigos de opinião de alunos não prejudica o alcance dos propósitos comunicativos das suas respectivas unidades retóricas de informação. Isso se evidencia pela alta incidência, em artigos de opinião produzidos por alunos, da utilização ora da *Sub1A*, ora da *Sub1B* correspondentes a uma mesma unidade retórica, conforme demonstra a Tabela 1 (p. 98).

Nessa relação de estreita ligação entre essas subunidades, de forma que uma supra a função central de outra na efetivação de uma unidade retórica, configuram-se como subunidades de informação opcional. Este comportamento retórico das subunidades, com vista à realização da unidade retórica que integram, representa uma peculiaridade desse gênero quando produzido por aluno.

A propósito disso, podemos afirmar que tal peculiaridade constitui um aspecto diferencial entre artigo de opinião produzido em situação de ensino e aprendizagem por aluno e o artigo de opinião considerado especializado.

Dessa forma, concluímos que, uma vez constatada tal peculiaridade em AOA, é possível estabelecermos um padrão de organização retórica encontrado para o artigo de opinião produzido por aluno.

Gostaríamos de salientar que a apresentação desse padrão serve para reforçar o fator de diferenciação, mencionado anteriormente, entre as duas modalidades de artigos de opinião, isto é, o artigo de opinião produzido por aluno e aquele produzido pela imprensa.

1.19.1 O padrão de organização retórica de artigos de opinião de alunos

Como já afirmamos, anteriormente, em todos os exemplares do *corpus*, percebemos a presença das quatro unidades retóricas de informação. Porém em relação às subunidades correspondentes a cada uma dessas quatro unidades, com exceção da *Un2*, com a presença maciça de suas respectivas unidades, vimos que algumas dessas subunidades são mais recorrentes que outras em AOA.

Após a identificação e sistematização das subunidades retóricas de informação mais recorrentes nos vinte exemplares de artigos de opinião do *corpus*, apresentaremos o padrão descritivo de organização retórica de artigos de opinião de alunos.

Vejamos, então, a sistematização de todas as unidades retóricas de informação, com suas respectivas subunidades, depreendidas dos vinte exemplares de artigos de opinião analisados:

- ***Unidade retórica 1 – Apresentação do tema***
Subunidade 1 – Apresentando o fato jornalístico

- ***Unidade retórica 2 – Apresentação de uma tomada de posição***
Subunidade 1 – Formulando uma tese e/ou
Subunidade 2 – Apresentando diferente(s) argumento(s) que justificam a
tese

- ***Unidade retórica 3 – Avaliação***
Subunidade 1 – Apresentando causa(s) e consequência(s)

- ***Unidade retórica 4 – Conclusão***
Subunidade 1 – Apresentando conclusão(ões)

É importante observar que a *Unidade retórica 3 – Avaliação*, a *Subunidade 1B – Apresentando causa(s) e consequência(s)*, que aparece em segunda posição nessa unidade retórica, conforme Figura 2 (p. 32), ocupou, no padrão de organização retórica de artigos de opinião de alunos que analisamos, a primeira posição.

Isto significa afirmar que temos aí um comportamento retórico dispar dessa subunidade na distribuição das informações em relação às demais subunidades referentes às três outras unidades retóricas.

Essa afirmação está calcada no fato de que, nessas outras unidades retóricas, isto é, na *Un1 – Apresentação do tema*, *Un2 – Apresentação de uma tomada de posição* e *Un4 – Conclusão*, as subunidades mais recorrentes ocupam, na distribuição das informações, as suas posições de origem, como bem demonstra o Quadro 1 e o padrão de organização retórica de artigos de opinião, mencionado anteriormente neste item.

Quanto à supressão das três subunidades restantes, do padrão estabelecido para a organização retórica de artigos de opinião de alunos, ela é reconhecida em virtude de se tratar de subunidades menos recorrentes na condução das informações em AOA.

Como vimos no item 5.3, trata-se das seguintes subunidades: *Sub1B – Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão*, *Sub1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es)* e *Sub1B – Indicando perspectiva(s)*, correspondentes às *Un1*, *Un3* e *Un4*, respectivamente.

Assim sendo, podemos considerar as subunidades mais recorrentes na condução das informações em AOA, aquelas que apresentam ter um vínculo mais estreito com o padrão de organização retórica encontrado para o gênero artigo de opinião em situação escolar. Portanto, consideramos tal padrão como próprio da comunidade discursiva dos alunos, quando comparado com o gênero jornalístico artigo de opinião especializado, isto é, aquele produzido pela comunidade discursiva dos jornalistas.

É importante salientarmos que o padrão de organização retórica desse gênero jornalístico em situação escolar apresentou-se como relevante, por sua recorrência em relação à distribuição das informações nesse gênero de natureza escolar. Isto nos leva a estabelecer uma relação direta com a tese defendida por Miller (1994), uma vez que, para a autora, o gênero, de fato, representa uma ação retórica típica.

A partir de tal visão, podemos então afirmar que o artigo de opinião aqui tratado apresenta um comportamento retórico típico da comunidade discursiva de alunos, visto que este comportamento, por sua vez, está associado a uma situação de interação social considerada também típica.

Dentro dessa perspectiva, não podemos deixar de considerar que essa constatação nos conduz à compreensão de que esse comportamento retórico está relacionado aos propósitos comunicativos regidos pela comunidade discursiva considerada. Tanto é que essa comunidade ainda insere-se numa situação de ensino e aprendizagem dos diferentes gêneros textuais, entre eles, o gênero jornalístico que ora discutimos, com vista a apreender a linguagem como meio de interação social entre sujeitos empenhados em uma atividade sócio-comunicativa, conforme salientam as propostas curriculares atuais para o ensino da linguagem.

Assim, acreditamos que esse padrão da organização retórica de artigos de opinião produzido em situação escolar aqui apresentado, sem dúvida, é o mais adequado por corresponder à realidade da comunidade discursiva a que nos referimos acima.

Daí por que temos a consciência de que tal padrão representa a expressão de uma proposta que não tem o objetivo de engessar a forma de se conduzir as informações nesse gênero em situação escolar, mas sim de ampliar reflexões sobre a forma de se trabalhar melhor a audiência comunicativa nesse gênero, nesse caso, com ênfase no padrão descritivo resultante da análise da distribuição das informações em artigos de opinião especializados.

Para finalizar este item, analisamos abaixo um exemplo de AOA, com as informações segmentadas na íntegra, em que se evidencia o padrão de organização retórica de artigos de opinião, em situação escolar.

(19)

	<i>O futuro de uma nação pode ser decidido em uma eleição</i>	
Un1	<i>Estamos em mais um ano de eleição, no dia 06 de outubro serão eleitos o Presidente da República, os Senadores (são 2), Governador do Estado e os Deputados Federais e Estaduais.</i>	(Sub1)
	<i>Para que a situação vergonhosa e injusta do nosso país não continue é preciso que a população eleitora analise bem todos os candidatos possíveis, pois se não houver curiosidade em saber as propostas, a conduta e a vida pública dessas pessoas, serão mais 4 anos perdidos.</i>	(Sub1)
Un2	<i>Durante as campanhas eleitorais, alguns candidatos aproveitando-se da ignorância de pessoas submetem-se a esse tipo de desonestidade, mas não vêem ou não querem ver que essa atitude apenas prejudica em vez de ajudar.</i>	
Un3	<i>É muito comum a cobrança de saber escolher o candidato certo, mas não podemos esquecer da obrigatoriedade em se cumprir às promessas propostas, porque não depende só das pessoas votarem certo como também, os eleitos corresponderem à confiança empregada neles através da nação eleitora.</i>	(Sub2)
Un1	<i>Nesse ano, os adolescentes maiores de 16 anos também votarão.</i>	(Sub2)
Un2	<i>A juventude não escapa das injustiças cotidianas, junto com o resto da população, sofrem por falta de moradia, educação, saúde e muitas vezes são descartados por essa sociedade que não reconhece o potencial e a determinação juvenil.</i>	(Sub2)
Un4	<i>Mas a situação deve mudar, atualmente 22% do eleitorado brasileiro é representado pelos jovens, muitos com sede de justiça e reconhecimento pelas suas atitudes e procurando melhorar sua concepção sobre a vida e os fatos contemporâneos.</i>	(Sub1)
		AOA2

1.20 Reflexões sobre o processo da argumentação como fator de influência na distribuição das *unidades e subunidades retóricas*

Trataremos, neste item, do segundo passo da nossa pesquisa. O título que apresentamos acima já salienta que, a partir deste estágio da nossa análise, passaremos a tratar dos resultados da nossa investigação acerca do processo da argumentação como fator de influência na distribuição das unidades retóricas.

Pelo que pudemos constatar nos itens anteriores, as informações são distribuídas no gênero de forma a preencher um esquema ou superestrutura de organização que se constitui de unidades retóricas de informações. Tais unidades, por sua vez, carregam funções comunicativas em forma de propostas que regulam as comunidades discursivas em questão, as comunidades de jornalistas e alunos.

Para realizar tal objetivo, o argumentador quer seja esse o articulista produtor de artigos de opinião especializados ou o autor/aluno produtor de artigos de opinião em situação escolar, utiliza estratégias de teor argumentativo. Acreditamos que tais estratégias interferem diretamente na organização retórica desse gênero textual no que diz respeito à distribuição das unidades retóricas de informações.

Por isso, passamos a identificar o processo da argumentação presente nas duas modalidades de artigos de opinião, isto é, em AOI e AOA. Para tanto, utilizamos, com base em Boissinot (1992), dois tipos de textos argumentativos: argumentativo de tendência expositiva (TAE) e argumentativo de tendência dialógica (TAD). A estrutura desses textos argumentativos, segundo o autor, pode variar em função da estratégia argumentativa utilizada para a sua realização.

Dentro dessa perspectiva, procedemos a nossa análise com o intuito de verificar em que medida esse processo argumentativo influencia na produção desses artigos de opinião quanto à distribuição das unidades retóricas.

A fim de viabilizar a análise em questão, inicialmente, realizamos uma investigação do processo argumentativo presente em AOI e AOA. Com essa investigação, tivemos o objetivo de identificar qual dos modelos argumentativos é o mais construído nas duas modalidades de artigos de opinião: de tendência expositiva (TAE) ou de tendência argumentativa (TAD), conforme podemos constatar no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Modelos argumentativos mais construídos

ARTIGOS DE OPINIÃO	ARTIGOS DE OPINIÃO IMPRENSA		ARTIGOS DE OPINIÃO	ARTIGOS DE OPINIÃO ALUNOS	
	TAE	TAD		TAE	TAD
AOI1		X	AOA1		X
AOI2		X	AOA2	X	
AOI3		X	AOA3		X
AOI4		X	AOA4	X	
AOI5		X	AOA5	X	
AOI6		X	AOA6		X
AOI7		X	AOA7		X
AOI8		X	AOA8		X
AOI9		X	AOA9		X
AOI10		X	AOA10	X	
AOI11		X	AOA11	X	
AOI12		X	AOA12	X	
AOI13		X	AOA13	X	
AOI14		X	AOA14	X	
AOI15		X	AOA15		X
AOI16		X	AOA16	X	
AOI17	X		AOA17		X
AOI18		X	AOA18	X	
AOI19		X	AOA19		X
AOI20	X		AOA20	X	

Pela análise comparativa do processo argumentativo dos artigos de opinião do *corpus*, constatamos, como bem demonstra o quadro acima, que os artigos AOI apresentam uma incidência maior de tipos de textos argumentativos de tendência dialógica (TAD). Esse tipo de texto argumentativo é o mais freqüente, sendo encontrado em dezoito exemplares de artigos de opinião da imprensa, o que equivale a 90% do total. O outro tipo de texto argumentativo, isto é, o de tendência expositiva

(TAE) apresentado na configuração desse gênero, produzido pela imprensa, ocorre apenas em dois exemplares, perfazendo 10% do total.

Em contrapartida, há uma considerável incidência desse tipo de texto argumentativo nos artigos AOA, representando 55% dos exemplares analisados. Assim, podemos afirmar que se verificam também na produção desses artigos de opinião tipos de textos argumentativos de tendência dialógica (TAD), embora isso não ocorra de forma tão significativa, como podemos constatar nos artigos AOI, uma vez que se verifica a ocorrência de 45% deste tipo de texto argumentativo (TAD), em artigos de AOA.

A análise, pois, demonstra a existência de um considerável equilíbrio, no que tange ao número de ocorrências desses dois tipos de textos argumentativos (TAE e TAD) na configuração dos artigos de AOA. Do total de 20 exemplares desses artigos de opinião, 55% apresentaram tipos de textos argumentativos expositivos (TAE) e 45% apresentaram tipos de textos argumentativos dialógicos (TAD).

É importante considerar, ainda, que, apesar de ambos os tipos de textos argumentativos (TAD e TAE) se apresentarem nas duas modalidades de artigos de opinião (AOI e AOA), é fato que os tipos de textos argumentativos dialógicos (TAD) são predominantes na produção de AOI, e os tipos de textos argumentativos expositivos (TAE), na produção de AOA. Assim sendo, tal análise serviu para revelar que há uma predominância de tipos de textos dialógicos (TAD) em artigos de AOI, uma vez que esses tipos de textos não ocorrem com tanta frequência em AOA, como ocorrem em artigos de AOI.

Tal consideração nos leva a estabelecer uma relação direta com os conceitos desses dois tipos de textos argumentativos, de acordo com os estudos de Boissinot (1992). Em geral, para que os tipos de textos argumentativos dialógicos (TAD) se realizem, é necessário que o autor apresente duas teses, a refutada e a proposta, e os principais argumentos relacionando ambas as teses. Ao passo que, nos tipos de textos

argumentativos expositivos (TAE), o autor apresenta a sua tese e os principais argumentos em favor dessa tese.

Como observado por Boissinot (1992), vimos que, nos tipos textos argumentativos de tendência expositiva, o foco de atenção do autor é a sua tese e os argumentos explorados em favor desta. Já nos tipos de textos argumentativos de tendência dialógica, o foco de atenção do autor é a sua tese proposta acrescida da tese que trata em refutar, utilizando argumentos relacionados a ambas as teses.

Desse modo, pelo alto índice dos tipos de textos argumentativos de tendência dialógica (TAD) apresentados em artigos de AOI, julgamos esse texto (TAD) como sendo o tipo de texto, com base em Boissinot (1992), de estrutura argumentativa mais complexa do que aquela apresentada no texto (TAE).

Essa é a principal razão de o texto (TAD) e de o texto (TAE) serem os mais construídos na configuração de artigos de opinião. Este último, em artigos de opinião em situação escolar, e o primeiro, em artigos de opinião considerados especializados.

A partir dessas considerações, nos dois itens subseqüentes, resolvemos considerar que os modelos argumentativos (TAD e TAE) apresentam, de fato, influência na distribuição das *unidades retóricas* do artigo de opinião.

1.20.1 Argumentativo de tendência dialógica

Os tipos de textos argumentativos de tendência dialógica têm como principal característica a presença de duas teses, conforme assevera Boissinot (1992): inicialmente, a tese refutada, formulada logo de entrada e a tese proposta geralmente formulada no final desse tipo de texto (TAD). Os argumentos encerrados no texto (TAD) têm a função de relacionar as duas teses, isto é, a refutada e a proposta.

Assim, tal texto corresponderia a uma seqüência de argumentos que, estruturados em uma totalidade, assume uma ação global de teor dialógico. Neste tipo de texto (TAD), encontramos a interseção de dois pontos de vista: o ponto de vista do argumentador, propriamente dito, e o ponto de vista daqueles que defendem a tese que está sendo refutada por este mesmo argumentador.

É, pois, dentro dessa perspectiva, já mencionada no capítulo 2, que, para efeito de análise, investigamos o processo argumentativo de que é constituído o texto (TAD). Isto com o fim de observar a influência desse processo no que diz respeito à distribuição das *unidades retóricas* nas duas modalidades de artigos de opinião: em artigos de opinião especializados (AOI) e em artigos de opinião em situação escolar (AOA).

Para que tal análise se realizasse, era necessário que os exemplares de artigos de opinião de ambas as modalidades (AOI e AOA), considerados tipos de textos argumentativos (TAD), satisfizessem todas as exigências peculiares a estes tipos de textos, podendo, então, serem reconhecidos por incorporar o modelo argumentativo próprio do texto (TAD), ou seja, aquele em que argumentador apresenta a tese refutada, a tese proposta e os argumentos relacionando os dois tipos de teses.

Desse modo, vinte e sete exemplares de artigos de opinião foram considerados tipos textos argumentativos de caráter dialógico, ou seja, do total de 40 exemplares que constituem o *corpus*, dezoito artigos AOI e nove artigos AOA, quer dizer, 67% desses artigos de opinião, apresentam um modelo argumentativo, cujas características se enquadram no tipo texto argumentativo considerado de tendência dialógica (TAD), conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Artigos de opinião AOI/AOA com textos TAD

ARTIGOS DE OPINIÃO		TAD	ARTIGOS DE OPINIÃO	PERCENTUAL
AOI	AOA	TOTAL	TOTAL/ <i>CORPUS</i>	
18	9	27	40	67%
T = 20 (90%)	T = 20 (45%)			

Assim, tivemos 90% de artigos de opinião AOI e 45% de artigos AOA, com tipos de textos com características de tendência dialógica (TAD), correspondentes ao universo de 20 exemplares de artigos de opinião para cada uma dessas duas modalidades de artigos de opinião.

Uma vez constatados, nessas duas modalidades de artigos de opinião, tipos de textos com características de tendência dialógica, passaremos, a partir desse momento, à análise específica desse tipo de texto como fator de influência na distribuição das *unidades retóricas* no gênero textual aqui tratado.

De acordo com as características de que se constitui o processo argumentativo desse tipo de texto (TAD), já bastante discutidas anteriormente, podemos afirmar, de fato, que tal processo influencia na distribuição das *unidades retóricas* desse gênero.

Com a finalidade de termos uma idéia mais precisa da influência do processo argumentativo do texto (TAD) na distribuição das *unidades retóricas*, consideremos AOI11, a seguir. Para isto, tomamos como parâmetro os componentes característicos do processo argumentativo do texto (TAD).

(20)

UNIDADE RETÓRICA	ARGUMENTATIVO DE TENDÊNCIA DIALÓGICA
	<p>Reajuste salarial já</p> <p><i>Tese refutada</i> atribuída pelo autor a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Fortaleza.</p>

Un2 [Sub1]	Está mais do que na hora de melhorar a situação permitindo o reajuste salarial. Um reajuste equivalente ao aumento da receita municipal.
Un2 [Sub2]	<p>Principais argumentos</p> <p>Verifica-se que a Prefeitura obteve uma elevação de receita da ordem de 13,3%.</p> <p>A elevação da receita permite uma boa folga para o reajuste dos servidores.</p> <p>As despesas com folha de pagamento pela LRF podem chegar a 60%.</p> <p>Mesmo concedendo o reajuste, esse limite estaria respeitado.</p>
Un4 [Sub1A e Sub1B]	<p>Tese proposta</p> <p>Para que o servidor atenda bem a população é preciso capacitação, organização administrativa, planejamento e material de trabalho adequado.</p> <p>É preciso motivação, diretrizes e metas para manter bons funcionários.</p>

(AOI11)

Vejamos, a seguir, AOI11 com as informações segmentadas na íntegra, em que podemos conferir a influência do processo argumentativo do texto (TAD) na distribuição das unidades retóricas em AOI.

(20)

Reajuste salarial já!	
Un1	<p>No ano passado, a Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria de Finanças, divulgou a expectativa de redução da arrecadação municipal em função do apagão. O fato, associado aos argumentos de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi utilizado como pretexto para impedir o reajuste dos 23 mil funcionários municipais e cinco mil aposentados e pensionistas, aproximadamente. Divulgado o balanço 2001, verifica-se que a Prefeitura obteve uma elevação de receita da ordem de 13,3%, o que permite uma boa folga para novas discussões sobre o reajuste dos servidores municipais.</p>
Un2	1A
Un3	1B
Un2	<p>Há três anos sem reajuste, os funcionários da Prefeitura ganham, em média, R\$ 300,00. Está mais do que na hora de melhorar a situação permitindo, pelo menos, o reajuste equivalente ao aumento de receita municipal. Atualmente, as despesas com a folha de pagamento representam 46,56% da receita corrente líquida quando, pela LRF podem chegar a 60%. Mesmo concedendo o reajuste, esse limite estaria respeitado.</p>
Un2	2
Un2	1A
Un2	2
Un2	1A

Un3	20 milhões/ano. Antes, era responsável pelo salário dos aposentados e pensionistas. Mas, agora, contribui com a previdência na base de 2/3 para 1/3 do servidor. Mais economia para a Prefeitura mais despesas para o funcionário.	1B
Un4	<p><i>Para que o servidor atenda bem a população é preciso capacitação, organização administrativa, planejamento e material de trabalho adequado. É preciso motivação, diretrizes e metas.</i> Um dos componentes importantes nesse pacote é manter bons funcionários – o que, evidentemente, só é possível com salários minimamente dignos.</p>	1A
		(AOI11)

Cumpramos observarmos que, de acordo com a análise do nosso *corpus*, o processo argumentativo do texto (TAD) influencia de forma produtiva na distribuição das unidades retóricas. Consideradas do ponto de vista de sua função no processo argumentativo do texto (TAD), as unidades retóricas com suas respectivas subunidades mais influenciadas por este processo são as seguintes: *Un2 [Sub1 e Sub2]* e *Un4 [Sub1A e Sub1B]*.

Desse modo, podemos observar um consenso quase total com relação à influência da estrutura argumentativa do texto (TAD) na distribuição de tais unidades em artigos de opinião AOI. Em outras palavras, os componentes do texto (TAD) e essas unidades retóricas de que se constitui o artigo de opinião estabelecem entre si relações funcionais na distribuição das informações neste gênero: tese refutada (*Un2 [Sub1]*), principais argumentos (*Un2 [Sub2]*), tese proposta (*Un4 [Sub1A e Sub1B]*).

Com relação à influência do processo argumentativo do texto (TAD) na distribuição das *unidades retóricas* em AOA, as unidades mais influenciadas são aquelas detectadas em AOI. Essas unidades e suas respectivas subunidades podem ser percebidas em AOA1, conforme demonstramos abaixo.

(21)

UNIDADE RETÓRICA	ARGUMENTATIVO DE TENDÊNCIA DIALÓGICA
	E enquanto isso no Brasil...
	<i>Tese refutada</i> atribuída pelo autor à irreflexão das pessoas

Un2 [Sub1]	Na verdade, a maioria das pessoas estava interessada mais em quem iria ganhar a Copa do que no futuro político do país.
Un2 [Sub2]	<p>Principais argumentos</p> <p>Enquanto o Brasil jogava, muitas coisas ocorriam sem nós ao menos percebermos.</p> <p>Um exemplo foram os aumentos ocorridos numa coincidência muito suspeita justamente no dia que o Brasil mais uma vez sagrou-se campeão do mundo.</p> <p>As pesquisas eleitorais oscilaram como nunca.</p>
Un4 [Sub1A]	<p>Tese proposta</p> <p>Devemos ter consciência que é preciso estar ligado não só nos acontecimentos esportivos. Mas sobretudo no que está acontecendo no nosso país.</p>

(AOA1)

O artigo de opinião AOA1, abaixo apresentado com as informações segmentadas, ilustra essas unidades retóricas influenciadas pelo processo argumentativo do texto TAD, mais especificamente na modalidade de artigos de opinião AOA.

(21)

E enquanto isso no Brasil...	
Un1	<p>Às vezes as pessoas ficam distraídas com o que acontece no dia-a-dia, imagine então em época de copa do mundo. Você se preocupou em algum momento durante a copa com o que realmente estava acontecendo no nosso país? Na verdade, a maioria das pessoas estava interessada mais em quem iria ganhar a copa, do que no futuro político do país.</p>
Un2	<p>Enquanto o Brasil jogava, muitas coisas ocorriam sem nós ao menos percebermos. Um exemplo foram os aumentos ocorridos por uma coincidência muito suspeita justamente no dia em que o Brasil mais uma vez sagrou-se campeão do mundo.</p>
Un3	<p>As pesquisas eleitorais oscilaram como nunca e o povo foi anestesiado com o efeito penta, esquecendo até que o Brasil se tornou um dos países de maior risco para investimentos.</p>
Un4	<p>Devemos ter consciência, que é preciso estar ligado não só nos acontecimentos esportivos. Mas sobretudo no que está acontecendo no nosso país.</p>

(AOA1)

A exemplo dos artigos de opinião AOI, verificamos também uma maior influência do processo argumentativo do texto (TAD), no que diz respeito à

distribuição das *unidades retóricas Un2 e Un4* e subunidades correspondentes em artigos AOA. Apesar disso, nesses artigos de opinião não se verifica a reincidência da influência de tal processo na descrição da *Un4*, mais especificamente relacionada à descrição da *Sub1B* de que é composta também esta unidade retórica. Em razão disso, os componentes característicos do processo argumentativo do texto (TAD) se apresentaram de modo produtivo na distribuição dessas unidades e subunidades retóricas: tese refutada (*Un2 [Sub1]*), principais argumentos (*Un2 [Sub2]*), tese proposta (*Un4 [Sub1A]*).

De modo geral, os resultados, acima destacados, evidenciam que as duas modalidades de artigos de opinião (AOI e AOA) diferenciaram-se quanto ao desempenho da *Un4* relativo à descrição da *Sub1B*.

Cumpramos salientarmos que tal subunidade não se apresenta, no padrão de organização retórica de artigos de opinião AOA, de forma recorrente como as demais subunidades (*Sub1 e Sub2 da Un2*), conforme já mencionadas no 6.3.1 desta pesquisa. Em vista disso, não se constata o estabelecimento de uma relação funcional entre o componente característico (tese proposta) do texto TAD e esta subunidade (*Sub1B da Un4*), em artigos de opinião AOA.

Assim sendo, nesta unidade retórica, *Un4*, a influência do texto (TAD) em AOI diferencia-se de AOA pela supressão, neste último, da *Sub1B (Indicando perspectivas)*. A análise revelou que essa subunidade contida em AOI requer do autor um domínio no sentido de formular críticas positivas ou negativas ao assunto tratado. O autor/aluno, então, demonstra ter mais dificuldade em produzir artigos de opinião, cujo padrão contemple, além da *Sub1A (Apresentando conclusões)*, essa subunidade em questão.

Em síntese, nossa análise evidenciou que a influência do processo argumentativo de tendência dialógica prevalece na distribuição das unidades retóricas 2 e 4, isto é, na *Apresentação de uma tomada de posição e Conclusão*

respectivamente. Tanto o artigo de opinião especializado como aquele em situação escolar apresentam no seu padrão de organização retórica essas unidades retóricas.

Trata-se, pois, de unidades bastante peculiares à distribuição das informações no gênero jornalístico aqui analisado. O reflexo dessa peculiaridade serve como possível justificativa para a predominância da influência do processo argumentativo (TAD) especificamente relacionada à distribuição de tais unidades de informação neste gênero.

No item subsequente, passaremos a tratar da influência do processo argumentativo de tendência expositiva na distribuição das *unidades retóricas* na condução das informações em artigos de opinião AOI e AOA.

1.20.2 Argumentativo de tendência expositiva

O processo argumentativo de tendência expositiva (TAE) deve apresentar uma estrutura que se enquadre no padrão delineado por Boissinot (1992), para esse tipo de texto. Para esse autor, o tipo de texto argumentativo se diferencia do tipo de texto argumentativo de natureza dialógica (TAD), por apresentar uma estrutura que se caracteriza por um ponto de vista unificado e pelo desenvolvimento constante de um tema.

Assim como o tipo de texto argumentativo de tendência dialógica, o tipo de texto de tendência expositiva (TAE) pode propor mais de uma tese, mas com o diferencial de apresentar em sua estrutura a informação de forma progressiva em prol dessa tese. Para tanto, o processo argumentativo de tal tipo de texto (TAE), a exemplo do tipo de texto argumentativo (TAD) deve apresentar certo número de argumentos suficientes para convencer o leitor.

Com base nos componentes característicos, acima mencionados, de que se constitui o processo argumentativo do tipo de texto de tendência expositiva (TAE), proposto por Boissinot (1992), investigamos a influência desse processo na distribuição das *unidades retóricas*. Tais componentes, então, serviram de âncoras para a investigação do processo argumentativo (TAE), nas duas modalidades de artigos de opinião (AOI e AOA), como fator de influência na distribuição das *unidades retóricas*.

De acordo com a análise realizada nos quarenta exemplares de artigos de opinião de que é composto o *corpus* desta pesquisa, detectamos que 20% de artigos de opinião AOI e 55% de artigos de opinião AOA se enquadram no modelo argumentativo próprio do tipo de texto (TAE). Isto significa afirmar que 32% do nosso *corpus* é constituído de artigos de opinião com tipos de textos de tendência expositiva (TAE).

Cumpramos enfatizar que, se, por um lado, o TAE se apresenta em menor quantidade na configuração de artigos de opinião AOI, por outro lado, apresenta-se com um elevado índice na configuração de artigos de opinião AOA. Visualizemos essa observação na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Artigos de opinião AOI/AOA com textos TAE

ARTIGOS DE OPINIÃO		TAE	ARTIGOS DE OPINIÃO	PERCENTUAL
AOI	AOA	TOTAL	TOTAL/CORPUS	
2	11	13	40	32%
T = 20 (20%)	T = 20 (55%)			

Diferentemente dos tipos de textos (TAD), que se apresentaram de forma expressiva na configuração de artigos AOI, os tipos de textos (TAE) manifestam-se mais em artigos de opinião AOA, apresentando assim um elevado índice na configuração deste último, em relação aos artigos de opinião AOI. Logo, os dados

acima levantados nos levam à afirmação de que o tipo de texto em questão ocorre na configuração dos artigos de opinião AOA com mais freqüência em virtude de este apresentar em sua estrutura a recorrência temática e a progressão das informações direcionada à tese-tema.

De modo geral, tal estrutura, de fato, constitui-se em uma evidência em favor dos resultados acima apresentados, isto é, de que a forma de organização do tipo de texto (TAE) é bem menos complexa do que forma argumentativa dialógica (TAD). Por isso, os artigos de opinião AOA apresentam de forma bastante regular em sua configuração o processo argumentativo do texto (TAE).

No que diz respeito à influência do processo argumentativo do texto (TAE) na distribuição das unidades retóricas em artigos de opinião AOI e AOA, verificamos que este influencia de forma produtiva na distribuição de todas as unidades. Em outras palavras, este processo influencia na distribuição das unidades retóricas peculiares ao padrão de organização retórica referente a cada uma das modalidades de artigos de opinião (AOI e AOA).

Vejamos, a seguir, a análise do processo argumentativo (TAE) para verificar em que medida influencia a distribuição das unidades retóricas em artigos de opinião AOI.

Para efeito de análise, consideramos os componentes característicos do processo argumentativo do tipo de texto (TAE), proposto por Boissinot (1992), ou seja, a tese/tema e a progressão da informação considerando os argumentos em favor da tese apresentada pelo seu autor. Consideremos abaixo um dos exemplares de artigos de opinião especializado do nosso *corpus*, no caso AOI17.

(22)

UNIDADE RETÓRICA	ARGUMENTATIVO DE TENDÊNCIA EXPOSITIVA
Un2 [Sub2]	Violinos da esquerda

Un2 [Sub1]	<p><i>Tese/tema</i> Isto não quer dizer que o PT vá abandonar as propostas que sustentaram o partido por 20 anos, o que seria um suicídio político coletivo.</p> <p><i>Principais argumentos</i> (Apresentação das informações de forma progressiva)</p>
Un2 [Sub2]	<p><i>Quais seriam as críticas ao governo Lula?</i> As medidas anunciadas pelos seus ministros: reforma da Previdência, manutenção das alíquotas do IR, nomeação de representantes de banqueiros.</p>
Un1 [Sub1B]	<p>De que o PT no poder funciona como violino, toma-se com a esquerda, mas toca-se com a direita.</p>
Un2 [Sub2] Un3 [Sub1A]	<p><i>Situação atual do PT quando confrontada com o fenômeno do capitalismo</i> Dá para perceber que o “monstro do capitalismo” tem várias cabeças e que a tarefa de liquidá-lo não será simples, já que o capital existia antes do capitalismo e pode continuar existindo sem este.</p>
Un2 [Sub1]	<p>Porém, também, era óbvio que a realidade viria cobrar seu preço e que desvios teriam de ser feitos.</p>
Un2 [Sub2]	<p><i>Perspectivas atuais do PT</i> “Existem verdadeiros artistas que podem tocar inclusive um violino, com a mão esquerda” (e colocou Lula entre eles).</p>
Un4 [Sub1A e Sub1B]	<p><i>Possibilidades de êxito do PT no governo</i> Só é preciso cuidado para que os atalhos não se tornem o caminho principal. São os homens que fazem a história, mas sob determinadas circunstâncias.</p>

(AOI17)

Tendo em vista as considerações acima, isto é, o padrão do processo argumentativo do texto (TAE), vejamos a influência desse processo na distribuição das *unidades retóricas*. Abaixo transcrevemos o AOI que contém as quatro unidades retóricas com as suas respectivas subunidades influenciadas pelo processo argumentativo (TAE).

(22)

Un1	<p>Violinos da esquerda <i>O filósofo Isteván Mészáros, um húngaro de 72 anos, autor de Para além do capital, é um dos mais respeitados pensadores da esquerda contemporânea. Para alguns sua obra é equiparável à de Karl Marx, e aquele livro considerado o “Capital de nossos dias”.</i> <i>A grosso modo, a tese central de Mészáros, é que o capital e capitalismo são fenômenos distintos e que este é apenas uma das formas possíveis de manifestação do primeiro. Isto é, o capital existia antes do capitalismo e pode continuar existindo sem este, o que ele denomina de “sistema capital pós-capitalista” – com todas as mazelas e a destrutividade do sistema baseado no capital persistindo. Pela amostra, dá para perceber que o monstro tem várias cabeças e que a tarefa de liquidá-lo não será simples.</i></p>	1A
Un3		2A
Un2		2
Un1	<p><i>Mészáros será um dos palestrantes do Fórum Social Mundial, que se realiza esta semana em Porto Alegre. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (19/1), ele respondeu a várias perguntas sobre o governo Lula. Numa delas, foi confrontado com uma máxima da política, a de que o poder funciona como violino, toma-se com a esquerda, mas toca-se com a direita. Ao que o filósofo respondeu, diplomaticamente, que era necessário lembrar que “existem verdadeiros artistas que podem tocar instrumentos, inclusive violino, com a mão esquerda” (e colocou Lula entre eles).</i> <i>Essas questões vêm a propósito das críticas que o governo Lula vem sofrendo pelas medidas anunciadas pelos ministros – reforma da Previdência, manutenção das alíquotas do Imposto de Renda, nomeação de “representantes dos banqueiros” para cargos importantes, entre outros.</i></p>	1A
Un2	<p><i>Isso não quer dizer, é preciso observar, que o PT vá abandonar as propostas que sustentaram o partido por 20 anos, pois seria um suicídio político coletivo. Porém, também, era óbvio que a realidade viria cobrar seu preço e que desvios teriam, necessariamente, de ser feitos. Só é preciso cuidado para que os atalhos não se tornem o caminho principal.</i></p>	2A
Un2		1
Un4	<p><i>Como dizia o velho Marx, são os homens que fazem a história, mas sob determinadas circunstâncias.</i></p>	1A
	(AOI17)	2A

A análise do nosso *corpus* evidencia uma acentuada influência do processo argumentativo (TAE) na distribuição de todas as unidades retóricas de que é composto o padrão de organização das informações de artigos de opinião especializado.

Como bem demonstra o AOI17, temos aí a influência desse processo na distribuição das seguintes unidades retóricas com suas subunidades correspondentes: *Un1 – Apresentação do tema (Sub1A – Apresentando o fato jornalístico e Sub1B – Apresentando o(s) antecedentes(s) do tema em questão); Un2 – Apresentação de uma tomada de posição (Sub1 – Formulando uma tese e Sub2 – Apresentando diferente(s)*

argumento(s) que justificam a tese); Un3 – Avaliação (Sub1A – Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es) e Sub1B – Apresentando causa(s) e consequência(s)) e, por último, Un4 – Conclusão (Sub1A – Apresentando conclusão(ões) e Sub1B – Indicando perspectivas).

Observamos que o caráter argumentativo expositivo evidencia uma progressão temática que exerce um papel fundamental no nível retórico. Em razão disso, todas as unidades acima de que é composto o padrão de organização retórica do AOI são influenciadas pelo tipo de texto (TAE).

Assim, os componentes característicos desse tipo de texto expositivo estabelecem relações funcionais com todas as *unidades retóricas* a ponto de exercer uma influência não de forma concentrada, à maneira do texto (TAD), mas de forma dispersiva na distribuição de tais unidades.

Atestamos tal fato ao verificar, na distribuição das informações em artigos de opinião AOI, a influência de cada um dos componentes característicos do texto (TAE) sobre uma ou mais *unidades retóricas*. Observando, assim, o exemplo a que nos referimos anteriormente, podemos constatar que o AOI17 encerra não somente a tese/tema, argumentos principais e proposta como também explicita as relações funcionais entre esses componentes do texto (TAE) e suas unidades retóricas.

Desse modo, o AOI que encerra em sua composição um texto (TAE), geralmente, tem como fator de influência, na distribuição de suas unidades retóricas, os componentes característicos do padrão argumentativo desse texto. Portanto, como vimos no AOI17, cada uma das unidades aí presentes é influenciada diretamente por um desses três componentes do texto argumentativo (TAE): a tese/tema que influencia na distribuição da *Un2 [Sub1]* e os argumentos utilizados e/ou a proposta que respondem pela influência exercida na distribuição das *Un1 [Sub1A e Sub1B]*, *Un2 [Sub1 e Sub2]*, *Un3 [Sub1A]* e *Un4 [Sub1A e Sub1B]*.

Quanto à modalidade de artigos de opinião em situação escolar, a análise confirma que, apesar de esta modalidade ser a que mais utiliza textos (TAE), é também a que apresenta algumas exceções no que diz respeito à influência desses textos na distribuição de suas unidades e subunidades retóricas, respectivamente.

Essas exceções dizem respeito à ausência de ocorrência das unidades e subunidades retóricas especialmente *Un1 [Sub1A e Sub1B]*, *Un3 [Sub1A]* e *Un4 [Sub1B]*, que nem sempre aparecem no padrão dominante de organização retórica de artigos de opinião em situação escolar.

Dessa maneira, tais unidades e subunidades não apresentam uma incidência tão significativa nos artigos de opinião AOA. Apesar disso, constatamos que, de acordo com a nossa análise, as demais unidades não deixam de ser todas elas também influenciadas pelo texto (TAE), como ocorre nos artigos de opinião AOI.

Abaixo, a exemplo de um AOI, apresentamos um modelo em que as unidades restantes, isto é, aquelas mais recorrentes em um AOA, são influenciadas pelo texto argumentativo (TAE).

(23)

UNIDADE RETÓRICA	ARGUMENTATIVO DE TENDÊNCIA EXPOSITIVA
Un4 [Sub1]	O futuro de uma nação pode ser definido em uma eleição
Un2 [Sub1]	<p><i>Tese/tema</i> Para que a situação vergonhosa e injusta do nosso país, não continue é preciso que se analise bem todos os candidatos possíveis, pois se não houver curiosidade em saber as propostas, a conduta e a vida pública das pessoas, serão mais 4 anos perdidos.</p> <p><i>Principais argumentos</i> (propostas)</p>
Un2 [Sub2]	<p><i>Situação atual das campanhas políticas</i> Alguns candidatos aproveitam-se da ignorância</p>
Un2 [Sub2]	<p><i>Situação atual dessas pessoas</i> Movidos pela necessidade, submetem-se a esse tipo de desonestidade</p>

Un2 [Sub2]	<p>Conseqüências desse tipo de atitude Prejudica em vez de ajudar</p>
Un2 [Sub2] Un3 [Sub1]	<p>Perspectivas de mudanças Saber escolher o candidato certo, sem esquecer de cobrar o cumprimento das propostas. Depende não só das pessoas votarem certo, mas também dos eleitos corresponderem à confiança neles empregada.</p>
Un2 [Sub2]	<p>Quais são as injustiças sociais? A juventude não escapa das injustiças cotidianas, junto com o resto da população, sofrem por falta de moradia, educação e saúde</p>
Un2 [Sub2]	<p>Quais são as irreflexões praticadas pelo sistema político? não reconhece o potencial e determinação juvenil.</p>
Un4 [Sub1]	<p>Papel dos jovens no processo de mudança Atualmente, 22% do eleitorado brasileiro é representado pelos jovens, muitos com sede de justiça e reconhecimento pelas suas atitudes e procurando melhorar sua concepção sobre a vida e os fatos contemporâneos.</p>

(AOA2)

A seguir, encontramos a transcrição do AOA2, com as informações segmentadas, em que podemos visualizar as unidades retóricas com as suas subunidades correspondentes mais recorrentes e, conseqüentemente, as mais influenciadas pelo texto (TAE).

(23)

Un1	<p>O futuro de uma nação pode ser decidido em uma eleição <i>Estamos em mais um ano de eleição, no dia 06 de outubro serão eleitos o Presidente da República, os Senadores e os Deputados Federais e Estaduais. Para que a situação vergonhosa e injusta de nosso país não continue é preciso que a população eleitora analise bem todos os candidatos possíveis, pois se não houver curiosidade em saber as propostas, a conduta e a vida pública dessas pessoas, serão mais 4 anos perdidos.</i></p>	1 1
Un2	<p><i>Durante as campanhas eleitorais, alguns candidatos aproveitando-se da ignorância de pessoas em situação precária, trocam favores por votos. Movidas pela necessidade, essas pessoas submetem-se a esses votos. Movidas pela necessidade, essas pessoas submetem-se a esse tipo de desonestidade, mas não vêem ou não querem ver que essa atitude prejudica em vez de ajudar.</i> <i>É muito comum a cobrança de saber escolher o candidato certo, mas não podemos esquecer da obrigatoriedade em se cumprir às promessas propostas,</i></p>	2

Un3	<i>porque não depende só das pessoas votarem certo como também, os eleitos corresponderem à confiança empregada neles através da nação eleitora.</i>	1
Un1	<i>Nesse ano, os adolescentes maiores de 16 anos também votarão.</i>	1
Un2	<i>A juventude não escapa das injustiças cotidianas, junto com o resto da população, sofrem por falta de moradia, educação, saúde e muitas vezes são descartadas por essa sociedade que não reconhece o potencial e determinação juvenil.</i>	2
Un4	<i>Mas a situação deve mudar, atualmente 22% do eleitorado brasileiro é representado pelos jovens, muitos com sede de justiça e reconhecimento pelas suas atitudes e procurando melhorar sua concepção sobre a vida e os fatos contemporâneos.</i>	(AOA2) 1

Como podemos observar, no exemplo acima, os três componentes que integram o processo argumentativo do texto (TAE) influenciam na distribuição de todas as unidades representadas no padrão dominante de organização retórica de artigos AOA. Observamos também que a *Un2*, em virtude de ser uma das unidades mais preenchidas na distribuição das informações em artigos de AOA, é a unidade em que mais opera a reincidência da influência desse texto.

O teor argumentativo do texto (TAE) articulado com o padrão da organização das informações depreendido dos artigos de opinião AOA fazem com que tal influência recaia sobre a *Un2*. Os componentes iniciais desse texto (o tema e seu desenvolvimento) prevalecem na distribuição da *Un2*, visto ser esta unidade a mais utilizada nos argumentos e/ou propostas apresentadas em artigos de opinião AOA.

De modo geral, observamos quais são as unidades retóricas influenciadas na distribuição das informações em artigos de opinião AOA do ponto de vista dos componentes depreendidos do modelo argumentativo do texto (TAE). Conforme a nossa análise, são essas as unidades e subunidades correspondentes influenciadas pelo texto (TAE): tese/tema (*Un2 – Sub1*) e os principais argumentos e/ou propostas (*Un2 – Sub2*) e *Un4 (Sub1)*.

Se retomarmos o AOA2 apresentado, anteriormente, nesta pesquisa, constatamos que a *Un2 (Sub2)*, isto é, a unidade (*Apresentação de uma tomada de posição*) e a subunidade (*Apresentando diferente(s) argumento(s) que justificam a*

tese) são as que mais se mantêm presentes nos *argumentos e/ou proposta* utilizados em prol da tese/tema.

Já nos artigos de opinião AOI, essa unidade retórica se mantém presente nos argumentos e/ou propostas utilizados no texto (TAE), mas não de forma tão significativa como ocorre nesse tipo de texto em um AOA. Isto implica afirmar que, em artigos de opinião AOI, ocorre uma quantidade maior de informações utilizadas no que se refere ao componente (*argumento e/ou propostas*) apresentado no texto (TAE).

A nosso ver, essa é a principal justificativa para a inserção de outras unidades retóricas na forma de conduzir as informações em artigos de opinião AOI, o que gera a influência do texto (TAE) na distribuição não só da *Un2*, mas também na distribuição das demais unidades integrantes do padrão de artigos de opinião AOI.

Tendo em vista o que foi dito anteriormente, podemos afirmar que, independentemente da modalidade de artigo de opinião aqui investigada, quer seja o artigo especializado ou o artigo de opinião em situação escolar, a estrutura argumentativa do texto (TAE) exerce influência sobre todas as unidades. Entretanto, uma diferença foi possível estabelecer entre essas duas modalidades, ou seja, a de que o fator de influência desse tipo de texto na distribuição das unidades retóricas está intrinsecamente relacionado à forma de condução das informações próprias de cada modalidade.

Por fim, podemos também afirmar que a constatação mais relevante da análise é a de que os artigos de opinião AOA, na sua maioria, apresentam a forma de organização do texto argumentativo de tendência expositiva. Tal constatação nos leva a uma outra afirmação, a de que esses artigos de opinião adotam tipos de texto TAE, dada a estratégia geral de argumentação desse texto parecer menos complexa com relação à estratégia geral de argumentação exigida para o texto argumentativo dialógico (TAD).

Dessa forma, as discrepâncias dos percentuais referentes à adoção do texto argumentativo (TAE) na configuração do gênero textual que analisamos considerado especializado ou em situação escolar estão respaldados na conclusão a que chegamos, acima, nesta pesquisa.

Por isso, é importante ressaltar de antemão que o modelo argumentativo depreendido do texto de tendência dialógica requer do argumentador habilidades para lidar com operações de argumentação específicas desse texto, como vimos no item 6.4.1. Devido a sua complexidade, a produção de tal texto gera dificuldades àqueles produtores não experientes, no caso, o autor/aluno, ao escreverem artigos de opinião com textos argumentativos elaborados com o padrão do texto argumentativo dialógico (TAD).

É importante observar que os resultados aos quais chegamos nesta pesquisa permitem-nos dizer que o processo argumentativo tanto do texto de tendência dialógica (TAD) quanto do texto de tendência expositiva (TAE) exercem uma influência plenamente definida na distribuição das *unidades retóricas*. Os resultados, pois, demonstraram que a influência do processo argumentativo desses dois textos na distribuição das *unidades retóricas* em artigos de opinião, quer seja especializado ou em situação escolar, é determinada pelos componentes característicos da estrutura de cada um desses textos.

Afirmamos ainda que, de acordo com os resultados da análise, tal influência ocorre na distribuição das *unidades retóricas*, especialmente na distribuição daquelas unidades consideradas peculiares ao padrão de organização retórica do gênero jornalístico em questão, especializado ou em situação escolar. Isto significa afirmar que o processo argumentativo dos textos TAD e TAE exerce uma influência na distribuição das unidades e subunidades retóricas consideradas estáveis na organização retórica desse gênero, específica de cada uma das modalidades do artigo de opinião investigados por esta pesquisa.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

1.21 Percurso da pesquisa

Nesta pesquisa, procedemos a uma investigação acerca da organização retórica do gênero jornalístico artigo de opinião. Para tanto, procuramos nos deter no objetivo de investigar a organização das informações neste gênero textual, mais especificamente em duas modalidades, quais sejam: a) artigos de opinião produzidos pela imprensa considerados, aqui, como artigos de opinião especializados, visto serem estes produzidos por articulistas ou especialistas na área de jornalismo; e b) artigos de opinião produzidos em contextos escolares rotulados, nesta pesquisa, como artigos de opinião em situação escolar, em virtude de serem produzidos por alunos da 1ª a 3ª série do Ensino Médio, publicados em periódicos provenientes do Projeto Clube do Jornal Escolar.

Tal objetivo norteou a nossa investigação no sentido de descrever nesta pesquisa a estrutura de composição regular quanto à distribuição das informações, nessas duas modalidades de artigos de opinião.

A partir desse objetivo, isto é, o de descrever a organização retórica de artigos de opinião em unidades retóricas e subunidades retóricas, procuramos também investigar em que medida o processo argumentativo se refletia na distribuição de tais unidades e subunidades retóricas. O processo argumentativo escolhido para a realização da nossa investigação está organizado segundo diferentes padrões de estruturação do texto de tendência dialógica (TAD) e do texto de tendência expositiva (TAE).

Com a finalidade de dar sustentação à nossa investigação, utilizamos como parâmetro teórico os estudos realizados, principalmente, por Swales (1990) e Boissinot

(1992). Salientamos que os estudos desse primeiro autor nos serviram de alicerce para investigar como são distribuídas as unidades e subunidades retóricas na organização das informações no gênero artigo de opinião produzido por alunos ou pela imprensa. No que diz respeito à investigação do processo argumentativo como fator de influência na distribuição das unidades e subunidades retóricas desses artigos de opinião, adotamos os estudos postulados por Boissinot (1992).

Para uma descrição detalhada das unidades e subunidades retóricas, de forma que nos conduzisse a um padrão descritivo do comportamento de organização das informações em artigos de opinião, utilizamos um *corpus* de 40 exemplares de artigos de opinião. Assim, procedemos a nossa análise com base nesse *corpus*, constituído de 20 exemplares de artigos de opinião produzidos por alunos e de 20 exemplares de artigos de opinião produzidos pela imprensa.

É importante ressaltarmos que, para delinear um padrão de organização retórica do artigo de opinião nas duas modalidades aqui investigadas, encontramos certa dificuldade, uma vez que a maioria dos trabalhos realizados com gêneros não se deteve na análise desse gênero textual, o artigo de opinião. Apesar disso, acreditamos que os princípios teóricos e metodológicos selecionados, para a realização desta pesquisa, foram os mais adequados, servindo-nos de referência na análise de um gênero textual até agora pouco explorado.

1.22 Aspectos de distinção

Trabalhando o modelo *CARS* (Swales, 1990), determinamos que os artigos de opinião, a exemplo de outros gêneros textuais também investigados sob a óptica desse modelo, apresenta regularidades quanto à forma de distribuição das informações. Para reforçar o nosso argumento, esclarecemos que, com base nesse autor, a distribuição das informações em artigo de opinião não deixa de ser orientada pelos propósitos comunicativos das comunidades discursivas consideradas, no caso a dos jornalistas e a dos alunos.

Nesse sentido, pois, acreditamos ser procedente o padrão descritivo da organização retórica de artigos de opinião a que chegamos. Corroborando nosso ponto de vista, a análise dos dados, apresentada nesta pesquisa, evidenciou que o padrão descritivo de organização retórica, depreendido da distribuição das informações de artigos de opinião da imprensa e em situação escolar, atende aos critérios propostos por Swales (1990). Para o autor, a realização dos objetivos comuns de uma dada comunidade discursiva ocorre por meio de práticas convencionais de uso da linguagem que se configuram em forma de gênero.

Assim, temos, com maior clareza, que as comunidades discursivas em questão compartilham de objetivos comuns relacionados aos eventos noticiosos tratados em artigos de opinião. Eventos estes que são abordados por cada uma dessas comunidades, a de jornalistas e a de alunos, através do uso compartilhado do gênero artigo de opinião. Para isto, tais comunidades discursivas utilizam não só um léxico que lhes é específico, mas também uma estrutura de composição regular de condução das informações em artigos de opinião, com o fim de atingir seus propósitos comunicativos nesse gênero.

Tal estrutura, resultante da análise dos nossos dados, realizada em consonância com o modelo *CARS* (Swales, 1990) mostrou-se viável para descrever a organização retórica de artigos de opinião considerado especializado e em situação escolar. Foi-nos assim possível comprovar que, apesar de esse modelo ter sido replicado para verificar a estrutura predominante na distribuição das informações em diversos gêneros, mostrou-se produtivo com vista à análise desse gênero textual nessas duas modalidades.

É relevante considerar que o padrão de organização retórica de ambas as modalidades de artigos de opinião revelado por nossa pesquisa não pretende ser prescritivo, uma vez que se deve considerar a flexibilidade na forma de conduzir as informações atribuídas aos gêneros textuais. Essa flexibilidade, como afirma Rodrigues (1998), está atrelada a diferentes níveis de consciência por parte dos

participantes de uma dada comunidade discursiva, no que se refere aos propósitos comunicativos a serem atingidos no gênero textual em questão.

Queremos com isto afirmar que, apesar de os gêneros apresentarem certa flexibilidade em função das escolhas de quem as produz, não podemos deixar de destacar que estas apresentam situações recorrentes de interação que remetem a comportamentos verbais também recorrentes (Miller, 1994). Assim, um dado gênero se torna convencional em virtude de revelar em sua estrutura elementos formais. Estes passam a funcionar como padrão de comportamento retórico por estar condicionado a restrições em termos de conteúdo e forma, embora tais restrições se apresentem de forma um tanto relativa já que não é possível assegurar que todos os membros integrantes de uma determinada comunidade discursiva, ao produzirem um dado gênero textual, tenham uma noção precisa dos objetivos comunicativos atribuídos ao gênero adotado.

Assim sendo, a nossa análise consistiu em demonstrar que as duas modalidades de artigos de opinião focalizados em nossa pesquisa apresentam de fato regularidades quanto à distribuição de suas informações. Com isso, podemos afirmar que ambas as modalidades, de acordo com os resultados aos quais chegamos, podem ser reconhecidas como um gênero textual, embora cada uma dessas modalidades apresente especificidades referentes à distribuição das unidades e subunidades retóricas, quais sejam:

1. As duas modalidades de artigos de opinião constituem-se em um gênero textual com padrões de organizações retóricas típicas, sendo uma delas praticada por uma comunidade discursiva de especialistas na área do jornalismo (AOI) e outra praticada por uma comunidade discursiva em situação escolar (AOA).
2. As duas modalidades de artigos de opinião, apesar de disporem de uma organização retórica própria, apresentam ambas em sua composição quatro

unidades retóricas: *Apresentação do tema; Apresentação de uma tomada de posição; Avaliação e Conclusão.*

3. A distribuição das quatro unidades retóricas na condução das informações nas duas modalidades de artigos de opinião ocorre de forma distinta: em artigos de opinião especializados, tais unidades se apresentam de forma não seqüenciada na organização das informações, enquanto que, em artigos de opinião em situação escolar, essas unidades são distribuídas na organização das informações em seqüenciação.
4. A modalidade de artigos de opinião especializados possui uma organização retórica composta de oito subunidades, enquanto que, na modalidade de artigos de opinião em situação escolar, essa organização é constituída apenas de cinco subunidades retóricas.
5. Alguns exemplares de artigos de opinião em situação escolar apresentam, na organização das informações, unidades retóricas imbricadas: *Un1 e Un2.*

Essas constatações revelam que, apesar de as duas modalidades de artigos de opinião, por nós investigadas, apresentarem um padrão de organização retórica dominante, ambas apresentam em sua organização pontos comuns, como o preenchimento de todas as unidades de informação com a mesma função comunicativa nas duas modalidades desse gênero.

Ainda com base nessas construções, podemos afirmar que os artigos de opinião produzidos pela imprensa apresentam um padrão de organização retórica mais complexo quanto à forma de conduzir as informações. Confirmando isso, vimos que os artigos especializados apresentam em sua constituição um maior número de subunidades retóricas em relação ao padrão de organização retórica de artigos de opinião produzidos por alunos. Em outras palavras, os últimos evidenciam em sua organização um número menor de subunidades, com o fim de realizar a função de cada uma das quatro unidades retóricas maiores de que se constituem esses artigos de opinião.

Decididamente, temos aí um fator de diferenciação entre as duas modalidades de artigos de opinião, especializado e em situação escolar, uma vez que, na produção do segundo, não se constata o emprego de algumas subunidades retóricas: *Apresentando o(s) antecedente(s) do tema em questão*, *Apresentando processo(s) estimativo(s) de juízo(s) de valor(es)* e *Indicando perspectivas*. Fator como este resulta no distanciamento de ambas as modalidades quanto à forma de conduzir as informações com vista a alcançar seus objetivos comunicativos.

Observando por outro ângulo, com base em Swales (1990), não podemos deixar de considerar o artigo de opinião de aluno um gênero textual, por apresentar uma estrutura prototípica da organização das informações neste gênero, embora esta modalidade de artigo de opinião revele em sua estrutura um relativo desvio de domínio em relação aos propósitos comunicativos do gênero.

Assim sendo, acreditamos que o modelo de organização retórica de artigos de opinião de alunos a que chegamos, embora praticado numa condição de situação escolar, requer daqueles que o produzem um maior nível de consciência acerca de suas convenções, pois o conhecimento de tais convenções asseguraria a esse gênero o seu *status* num contexto discursivo mais amplo, a exemplo do que ocorre quando este é praticado por uma comunidade discursiva de especialistas, no caso a comunidade de jornalistas (Rodrigues, 1998).

A outra questão que constatamos na nossa investigação, em decorrência do que afirmamos acima, refere-se à diversidade de estratégias de condução das informações em artigos de opinião produzidos por essa comunidade discursiva, cujos membros são especialistas na área de jornalistas. Se retomarmos as considerações de Bhatia (1993) sobre gêneros, podemos afirmar que há estabilidade do gênero na comunidade discursiva considerada, em virtude de este gênero ser praticado por especialistas que sabem lidar estrategicamente com as restrições convencionais de forma criativa.

Acreditamos, por fim, que as constatações acima elucidadas, relativas às diferenças e similaridades verificadas nas duas modalidades de artigos de opinião, serviram para demonstrar que os objetivos comunicativos da comunidade discursiva são aspectos norteadores na realização de um determinado gênero. O que se comprova com a observação de que tais aspectos podem ser refletidos na estrutura de uma prototipicidade do gênero (Swales, 1990).

Eis o motivo pelo qual acreditamos que, no caso específico do nosso objeto de estudo, as duas modalidades de artigos de opinião aqui investigadas não são gêneros distintos, mas sim um só gênero que, dadas as condições de produção em que é praticado, revela peculiaridades quanto ao padrão de distribuição e à organização de suas informações. Tais peculiaridades estão calcadas no fato de uma das modalidades desse gênero ser praticada por uma comunidade discursiva em situação escolar, no caso, os artigos de opinião AOA, e de a outra modalidade ser praticada por uma comunidade discursiva considerada de especialistas, no caso os artigos de opinião AOI.

Logo, essa é a principal razão de a nossa pesquisa não considerar o artigo de opinião em situação escolar um gênero textual distinto do artigo de opinião especializado, nem tampouco inferior a este, porém consideramos um gênero que, a exemplo dos demais gêneros, apresenta uma organização retórica típica, cuja descrição a que chegamos confere uma abordagem diferente ao artigo de opinião.

Acrescida a isso, uma outra questão que abordamos para dar suporte à nossa investigação diz respeito ao modo pelo qual o processo argumentativo funciona como fator de influência na distribuição das unidades retóricas no gênero artigo de opinião. Como alvo dessa investigação, procedemos a uma análise do *corpus*, especialmente, com base no processo argumentativo do texto de tendência expositiva (TAE) e do texto de tendência dialógica (TAD), proposto por Boissinot (1992). Verificamos que tal processo, de acordo com os componentes característicos atribuídos a cada um desses textos, influencia de modo produtivo na distribuição das unidades e

subunidades retóricas. Em suma, apresentamos, a seguir, os resultados aos quais chegamos com a análise que realizamos nos exemplares de artigos de opinião especializados e em situação escolar.

1. As unidades e subunidades retóricas influenciadas na organização das informações em artigos de opinião especializados pelo processo argumentativo do texto (TAD) são as seguintes: *Un2 – Apresentação de uma tomada de posição [Sub1 e Sub2]* e *Un4 – Conclusão [Sub1A e Sub1B]*.
2. As unidades e subunidades retóricas influenciadas na organização das informações em artigos de opinião em situação escolar pelo processo argumentativo do texto (TAD) são as *Un2 – Apresentação de uma tomada de posição [Sub1 e Sub2]* e *Un4 – Conclusão [Sub1]*. Observa-se, porém, que esta última unidade retórica é constituída por uma única subunidade, *Sub1*.
3. Todas as unidades e subunidades retóricas de que se constituiu o padrão de organização das informações, tanto o de artigo de opinião especializado como o de artigo de opinião em situação escolar, são influenciadas pelo processo argumentativo do texto (TAE).
4. O processo argumentativo do texto (TAD) exerce uma influência de forma concentrada na distribuição das unidades e subunidades retóricas.
5. O processo argumentativo do texto (TAE) exerce uma influência de forma dispersiva na distribuição das unidades e subunidades retóricas.

Com base nesses resultados, verificamos que o processo argumentativo do texto (TAD) e do texto (TAE) influencia funcionalmente na distribuição das unidades e subunidades retóricas consideradas mais recorrentes na organização das informações dos artigos de opinião, especializado e em situação escolar.

Verificamos também que a influência do processo argumentativo, de ambos os textos, sobre tais *unidades e subunidades retóricas* em artigos de opinião, é

determinada pelos componentes característicos da estrutura que se enquadra no padrão subjacente para esses tipos de textos (TAD e TAE).

Portanto, os componentes característicos desses textos e as unidades com as suas subunidades correspondentes, de que se constitui o padrão de organização retórica do artigo de opinião especializado e em situação escolar, estabelecem entre si relações funcionais plenamente definidas na distribuição das informações neste gênero.

A despeito disso, constatamos que esses componentes característicos do processo argumentativo (TAD e TAE) influenciam nitidamente a distribuição daquelas unidades e subunidades retóricas peculiares ao padrão dominante da organização das informações relativo a cada uma das modalidades de artigos de opinião (AOI e AOA).

Com relação à análise procedida sobre a adoção desses dois tipos de textos, com diferentes formas de estruturação, em artigos de opinião produzidos pela imprensa e por alunos, verificamos que estes últimos utilizam mais o texto (TAE), o que vai repercutir sobre o resultado da produção dos artigos de opinião de que são autores. Tal resultado relativo à produção desse gênero por alunos, justifica-se pelo fato de este texto revelar uma estruturação menos complexa do que a do texto (TAD), quanto a sua continuidade seqüencial e progressão das informações (componentes próprios da estruturação do texto TAE). Esta parece ser a principal razão pela qual os autores/alunos tenderam a produzir em seus artigos de opinião um percentual maior de textos argumentativos expositivos do que textos argumentativos dialógicos.

Os artigos de opinião produzidos pela imprensa, por sua vez, apresentam em sua produção um percentual maior de textos argumentativos dialógicos, pois os dados, relativos à utilização desses tipos de texto em artigos de opinião produzidos pela imprensa, evidenciam uma maior adesão por parte de seus produtores aos textos (TAD), considerando que se trata de um texto cuja estruturação é denominada complexa, comparada à estruturação do texto (TAE). É preciso, pois, levar em conta que o alto índice de utilização do texto (TAD) ocorre exatamente em artigos de

opinião, cujos produtores são considerados escritores proficientes. Tais escritores, ao produzirem artigos de opinião com elevado índice de textos TAD, demonstram assim maior habilidade em lidar com a estrutura textual argumentativa desse tipo de texto, visto que o nível de organização interna de seus componentes é considerado complexo (Boissinot, 1992).

Tendo em vista esses resultados, concluímos que: a) os alunos usam os dois tipos de processos argumentativos para produzir artigos de opinião: a estrutura da argumentação do texto (TAE) é a que mais prevalece na produção do gênero em questão, tendendo a estruturar seus artigos de opinião de acordo com a estrutura desse texto por se tratar de um tipo de estrutura argumentativa mais fácil; b) a imprensa usa um esquema argumentativo mais complexo para produzir artigos de opinião, evidenciando figurar, essencialmente na produção desse gênero, a estrutura argumentativa atribuída ao texto (TAD).

Assim sendo, chegamos à conclusão de que o padrão de organização retórica atribuído tanto a artigos de opinião em situação escolar, como a artigos de opinião especializado e também os tipos de textos argumentativos neles adotados são reflexos dos diferentes contextos sociais em que estes são praticados. Com base em Rodrigues (1998), podemos finalizar as nossas considerações acerca do objeto de estudo da nossa pesquisa, afirmando que a organização retórica das informações no gênero artigo de opinião, a exemplo dos demais gêneros, está intrinsecamente atrelada às convenções no seu contexto de uso.

1.23 Contribuições para futuras pesquisas

Acreditamos que os dados apresentados ao longo desta pesquisa, não só no que diz respeito à descrição do gênero artigo de opinião, mas também com relação à influência do processo argumentativo na distribuição das unidades de informações

neste gênero, apresentam-se como contribuições significativas para estudos posteriores na área da Análise de Gêneros.

Uma das contribuições da nossa pesquisa nessa área é o fato de se tratar da descrição do gênero artigo de opinião especializado e em situação escolar, aplicando os princípios e métodos de análises de gênero, postulado por Swales (1990). Entendemos assim que a descrição de tal gênero relacionada aos modelos que formalizam o funcionamento do texto argumentativo de tendência dialógica e de tendência expositiva representam uma contribuição importante para a análise do gênero artigo de opinião nas áreas da Linguística Aplicada e da Comunicação.

Outra contribuição, de natureza mais específica, diz respeito ao padrão de organização retórica delineado por esta pesquisa, com base na distribuição e organização das informações tanto de artigos de opinião especializados quanto de artigos de opinião em situação escolar. Acreditamos que a descrição de como esse gênero se organiza retoricamente, em suas duas modalidades aqui apresentadas, pode proporcionar um melhor conhecimento acerca da organização textual do gênero artigo de opinião por parte de seus diferentes produtores.

Sob essa perspectiva, o padrão descritivo, mais especificamente relativo à modalidade do artigo de opinião em situação escolar, pode servir de ponto de partida para investigações futuras sobre os demais gêneros jornalísticos praticados por alunos em situações reais de uso.

Tais investigações podem contribuir para a busca de um conhecimento mais amplo sobre como esses gêneros são retoricamente organizados por autores / alunos e por profissionais proficientes, a exemplo da análise delineada em nossa pesquisa sobre o gênero artigo de opinião, podendo, então, esses gêneros serem descritos como resultado de um comportamento retórico típico de uma dada comunidade discursiva que efetua, no gênero por ela produzido, seus propósitos comunicativos.

Alinhando-se a esse entendimento, temos a convicção de que a presente pesquisa pode auxiliar outros pesquisadores a dar um segundo passo com vista a investigar o processo argumentativo (dialógico, expositivo ou demonstrativo) contido na produção de outros gêneros textuais praticados, por sua vez, em outros contextos sociais.

Para finalizar, cabe ressaltar que não tivemos com esta pesquisa a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise do gênero artigo de opinião nos aspectos aqui tratados. Por isso, afirmamos que temos a plena consciência de que muitos outros questionamentos podem se originar do estudo desse gênero à luz das teorias que subsidiaram a nossa pesquisa. Também temos a certeza de ter contribuído com o nosso estudo no sentido de ter dado o primeiro passo para as futuras discussões acerca da descrição deste gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- _____. *Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. Pratiques*, [s.l.], n. 94, p. 03-18, 1997.
- ARAÚJO, A. D. Uma Análise da organização discursiva de resumos na área de educação. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 26-30, 1999.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint/Ediouro, [s.d.].
- _____. *Rhétorique II*. Collection des Universités de France. Traduites par Médéric Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BHATIA, V. K. *Analysing genre: language used in professional settings*. London: Longman, 1993.
- _____. Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie e d'histoire*, Bruxelles, n. 75, p. 629-652, 1997.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BERNARDINO, C. G. *Depoimento dos alcoólicos anônimos: um estudo do gênero textual*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.
- BEZERRA, B. G. *A Distribuição das informações em resenhas acadêmicas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.
- BOISSINOT, A. *Les textes argumentatifs*. Toulouse: Bertrand-Lacoste, 1992.
- BONINI, A. *Gêneros textuais e cognição*. Florianópolis: Insular, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. SEMTEC. *Parâmetros curriculares nacionais: área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias – Ensino Médio*. Brasília, 1999.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Ana Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- COHEN, J.; BREMOND, C; KUENTZ. Pesquisas de retórica. Trad. Leda Pinto Mafra Iruzum. *Revista Communication*, Petrópolis: Vozes, n. 10, p. 18-28, 1975.

CUNHA, D. A. C. O Funcionamento dialógico do gênero artigo de opinião. In: DIONIZIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. New views of genre and their implications for education. In: _____. (orgs.). *Learning and teaching genre*. Portsmouth: Boynton Cook Publishers, 1994.

KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. E. *Escola, leitura e produção de textos*. Trad. Inajara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

MANUAL DE REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO. 6. ed. São Paulo: PubliFolha, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍZIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife: UFPE, 2000. (inédito).

MELO, J. M. *A Opinião no jornalismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MILLER, C. R. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (orgs.). *Genre and new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994. p. 23-42.

PERELMAN, C. *Rhétoriques*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RODRIGUES, B. B. *Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

ROJO, R. H. R. *Interação em sala de aula e gêneros escolares do discurso: um enfoque enunciativo*. [s.l.]: Abralín, 1999.

SANTOS, M. B. dos. *Academic abstracts: a genre analysis*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

SCHNEUWLY, B. *Gêneros e tipos de textos: considerações psicológicas e ontogenéticas*. Trad. Roxane Helena Rodrigues Rojo. [s.l.]: [s.n.], 1996.

SILVA, M. G. C. da. *Notícia e reportagem: uma proposta de distinção*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2002.

SILVA, J. Q. Gênero discursivo e tipo textual. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 87-104, 1999.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. Comunicação apresentada em *Re-thinking Genre Colloquium*, Ottawa: Carleton University, 1992. mimeo.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação social da mente*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WERLICH, E. *Typologie der texte*. 2.ed. Hiedelberg: Quelle & Meyer, 1975.

A N E X O S

**ANEXO A – UNIDADES RETÓRICAS DO ARTIGO DE OPINIÃO
DA IMPRENSA**

**ANEXO B – UNIDADES RETÓRICAS DO ARTIGO DE OPINIÃO
DO JORNAL ESCOLAR**

**ANEXO C – QUESTIONÁRIOS APLICADOS À COORDENAÇÃO
DA ONG DO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
(PROJETO CLUBE DO JORNAL)**

ANEXO A

UNIDADES RETÓRICAS DO ARTIGO DE OPINIÃO DA IMPRENSA

CAVALCANTE, Antonio Mourão. O BID entre nós. *O Povo*, Fortaleza, 3 mar. 2002.

Un1	<p><i>O BID é uma grande instituição. Um banco internacional. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Portanto, muita grana.</i></p> <p style="text-align: right;">1A</p>
	<p><i>Quando um Estado nordestino, no Brasil, consegue sediar uma reunião desse banco, isso não é pouca coisa. Revela um grande prestígio, significa uma grande negociação. Houve uma luta, muito bem costurada, para sensibilizar as instâncias superiores da instituição. O Ceará teve essa habilidade. Desde o ministro Tavares até os técnicos da Secretaria de Turismo mostrando a viabilidade do certame entre nós.</i></p> <p><i>De modo que se justifica a cidade estar toda preparada para o encontro. Ruas maquiadas, hotéis reservados, sistema de segurança testado, aulas suspensas, comércio modificado. Vamos receber visitas. Visitas honrosas. Gente vip.</i></p> <p style="text-align: right;">1B</p>
Un2	<p><i>Claro que, cidadãos comuns, pagadores efetivos de impostos, ficamos a nos perguntar: e por que esse cuidado e zelo não se verificam ao longo do ano? Por que não para nós mesmos uma cidade limpa, cuidada, com cheiro de nova? Os visitantes merecem e a gente não?</i></p> <p style="text-align: right;">1</p>
	<p><i>Mas, deixando de lado esse ciúme, aqui para nós, o que é mesmo que estes homens vão discutir? Qual a finalidade desse banco? De onde vem o dinheiro que o mantém? Fui dar uma olhadinha na página do BID na Internet. De cara encontrei isso aqui: “A missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento é reduzir a</i></p> <p style="text-align: right;">2</p>
Un1	<p><i>pobreza, estimular o desenvolvimento econômico e social e fortalecer as instituições democráticas dos países da América Latina e do Caribe”.</i></p> <p style="text-align: right;">1A</p>
Un2	<p><i>Poxa vida! Que legal! São pessoas interessadas em compreender e ajudar o</i></p> <p style="text-align: right;">2</p>
Un3	<p><i>nosso crescimento. Querem reduzir a nossa miséria. Mas, que pobreza? Onde está a miséria se eles vão ficar isolados em hotéis cinco estrelas, se os pobres deles não podem se aproximar. Há um cinturão de “segurança”, protegendo-os desse contato.</i></p> <p style="text-align: right;">1B</p>
Un2	<p><i>Nem li em qualquer jornal ou na TV que estariam organizando qualquer visita aos bairros pobres de nossa cidade/Vai ser tudo muito asséptico. Inodoro. Isolado. Vão degustar camarões e lagostas oferecidas pelos governantes em lautos banquetes sociais. Sairão daqui com uma falsa impressão: não temos pobreza, vivenciamos um</i></p> <p style="text-align: right;">2</p>
Un3	<p><i>desenvolvimento incrível, mostrado em tabelas e gráficos (o Cambeba nisso é forte!) que demos um grande salto. Corremos até o risco de virarmos modelo para a</i></p> <p style="text-align: right;">1A</p>
Un4	<p><i>América Latina e Caribe.</i></p> <p><i>Será culpa dos homens que nos visitam ou subserviência atávica dos nossos governantes?</i></p> <p style="text-align: right;">1A</p>
	<p><i>De minha parte, sinceramente, preferia que, como o papa João Paulo II, eles visitassem nossas favelas, descobrissem esse povo pobre, mas honesto. Que luta e resiste, alimentado por uma dignidade, que não raro, está ausente em nossos governantes.</i></p> <p style="text-align: right;">1B</p>

HAGUETTE, André. A Lógica da política. *O Povo*. Fortaleza, 3 mar. 2002.

Un1	<p><i>Parafraseando Pascal, poder-se-ia escrever: a política tem as suas razões que a razão desconhece. Faço esta reflexão para tentar lançar luz sobre o frenético e desconcertador jogo de alianças políticas que está ocorrendo no momento, e no dia em que o Tribunal Superior Eleitoral decide vincular as alianças partidárias nos Estados às coligações no âmbito federal; decisão que, se mantida, terá conseqüências decisivas sobre as negociações em curso.</i></p> <p><i>Antes de tudo é preciso entender o que são os partidos políticos: são associações voluntárias de pessoas, com o fim de proporcionar poder a seus dirigentes e oportunidades a seus membros ativos de realizar fins objetivos ou de obter vantagens pessoais, ou ambas as coisas, ensina Max Weber. A lógica do partido político é, portanto, a busca do poder e da dominação, mesmo que este poder ou esta dominação sejam legítimos. Acusar um partido político de tomar decisões e de se organizar para ganhar eleições é não entender a sua razão de ser, por mais que essas decisões nos pareçam estranhas ou incongruentes. Obviamente, há um limite que não pode ser ultrapassado, sob pena do partido perder credibilidade e, portanto, chances de vencer as eleições.</i></p>	1A
Un2	<p><i>Um segundo aspecto a considerar é que, cada vez mais, o partido político tende a ser um partido de massa e, logo, cada vez menos um partido de classe, ou de interesses corporativos, com uma ideologia compacta. Esta característica, decepcionante, empurra os partidos para o centro do leque ideológico e faz com que eles tendam a se assemelhar na sua composição, programa e atuação.</i></p> <p><i>No Brasil, de regime presidencial, parece existir uma terceira característica: o partido não pode, simplesmente, pensar em conquistar o poder pelo voto; ele há de pensar na sua capacidade de governar, uma vez vitorioso.</i></p>	1
	<p><i>Isso por causa do excessivo número de partidos e de o voto ser personalizado e não partidário. A conseqüência é que o partido do presidente eleito não possui maioria no Congresso Nacional. As alianças se tornam necessárias, embora geralmente desfigurem os programas, as ideologias e as ações.</i></p>	1
	<p><i>Esse quadro provoca uma perda de credibilidade dos partidos e dos políticos. O que teórica ou idealmente parece ser bom para o Brasil, não o é para os partidos, e o que é bom para os partidos, não aparenta ser bom para o Brasil.</i></p> <p><i>Uma lógica substantiva e valorativa cede lugar a uma lógica instrumental. A lógica substantiva indicava, em 1994, uma aliança do PSDB com o PT. Mas como torná-la efetiva, se ambos os partidos queriam lançar um candidato próprio? A história parece se repetir: a lógica substantiva apontaria, hoje, na direção de uma aliança das esquerdas: PT, PSB, PDT, PPS e PCdoB, para fazer face ao centro-direita do PSDB, PMDB e PFL. O que se vê, no entanto, é, por um lado, o PT, combatido pelo PSB, PDT e PPS, sendo levado a procurar aliar-se ao PL e ao PMDB de Quércio, numa manobra desesperada para sair do isolamento e, por outro, o PSDB e o PFL medindo forças. O pragmatismo da lógica partidária arrisca eliminar todo e qualquer idealismo substantivo. O Brasil perde.</i></p>	2
Un3	<p><i>Fala-se, há alguns anos, numa reforma política que nunca chega a se concretizar. Pergunto-me se a reforma política necessária poderá ser implementada via legislação, ou se ela haverá de surgir de novos costumes políticos? A lei provoca os bons costumes ou os bons costumes levam a leis adequadas?</i></p>	1A
		1B

MAIA, Ivonete. Segurança para todos. *O Povo*. Fortaleza, 10 abr. 2002.

Un1	<i>Aguardava-se mesmo para 2002 o anúncio de projetos de impacto, oriundos da estratégia do Governo federal, com a única intenção de fazer boa figura num ano eleitoral com desfecho imprevisível, pelo menos até agora.</i>	1A
Un3		1A
Un2	<i>Todos sabemos, a violência no País, é alarmante, cresce e se espalha nas grandes cidades e a sua percepção tem sido revelada em estudos, pesquisas, levantamentos e avaliações procedidas por organismos públicos e privados, de credibilidade indiscutível.</i>	1 2
	<i>Sabemos, também: o fortalecimento, a valorização e a melhoria da eficácia do aparato de segurança acontecem em ritmo incapaz de acompanhar as expectativas do meio social.</i>	1
Un1	<i>Finalmente, em março passado, chega ao Ceará o chamado plano de prevenção à violência urbana, mecanismo que faz parte do chamado plano nacional de segurança pública, cobrindo Fortaleza e mais 12 municípios da região metropolitana – Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante, com problemas identificados e ações já programadas. É uma pena, o que poderia ter vindo há dois anos, em 2000, quando foi implantado o plano nacional, chega-nos só agora, para atuação em áreas selecionadas, certamente por limitações diversas. É isso que lamentamos, já que a segurança é um clamor geral, porque a violência, sob suas várias formas, meios e métodos, não escolhe lugar para se manifestar.</i>	2A 2A
Un3		2A
Un2		2
Un3	<i>Na verdade, os problemas identificados nos municípios beneficiados com o plano de prevenção agora lançado, são comuns, são uma realidade em todos, com variações óbvias. Daí, torna-se legítima a reivindicação, que está na cabeça de todos, por programas que garantam segurança efetiva para todos. Os responsáveis sabem como fazê-lo. Sabem mesmo.</i>	1A 1A
Un4		1B

LEITÃO, Hélio Winston. Balcão de negócios. *O Povo*. Fortaleza, 14 mar. 2002.

Un1	<i>Perplexidade. É o que sentimos com a real situação da educação no País, totalmente banalizada e transformada em um excelente balcão de negócios, especialmente quanto à criação de novos cursos de graduação em Direito. Nada menos que oito estão em fase de instalação no Estado do Ceará.</i>	1A 1B
Un3	<i>A Comissão Nacional de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando provocada, emite para o Ministério da Educação (MEC) um parecer, /que tem caráter apenas opinativo, /recomendando, quase sempre, a negativa de ampliação de novas vagas para os cursos de Direito.</i>	1B
Un1	<i>Hoje, o mercado de profissionais do direito está saturado, chegando a ser até ridicularizado. Além disso, vários dos profissionais formados pelas atuais faculdades, ainda deixam muito a desejar em termos de competência para o exercício da profissão.</i>	2
Un2	<i>Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, por meio de liminar, determinou que o Conselho Federal da OAB deve ser consultado para o aumento de vagas nas faculdades de Direito, suspendendo assim a eficácia de uma portaria do MEC que autorizava as instituições a ampliarem em até 50% o número de alunos sem que a OAB se pronunciasse. /A decisão trata-se de um valioso avanço.</i>	1B 1A
Un2	<i>Instalações adequadas e corpo docente qualificado, são pontos primordiais que merecem análise, mas não é o bastante, haja vista a necessidade de estudo minucioso sobre o comportamento do mercado para abrigar novos profissionais.</i>	2
Un2	<i>Os critérios para manter o bom nível do ensino jurídico devem ser os mais rígidos possíveis, fazendo-se a análise de todo o contexto, especialmente a receptividade do mercado de trabalho.</i>	1
Un4	<i>A advocacia é indispensável para a manutenção da Justiça, portanto devemos resguardá-la para colhermos frutos, compatíveis com a dignidade da profissão.</i>	1A
Un4	<i>A briososa OAB deve rechaçar veementemente a ampliação de novas vagas para cursos de Direito, /que não pode ser alvo de deplorável mercantilismo sem pudores.</i>	1B

COSTA, Núbia. Rock: moda ou atitude? *Jornal Furo de Reportagem*. Projeto Clube do Jornal. Fortaleza, 2002.

Un1	<i>Hoje em dia todas as coisas estão sendo bem mais divulgadas que antes, o rock é uma delas, principalmente depois que alguns dos grandes nomes do velho e bom Rock in Roll (sic) morreram deixando para nós músicas e letras maravilhosas com críticas de tirar o fôlego. Seja ele nacional ou internacional, surgiram as bandas couver's (sic), cresceram festivais, tributos e, é claro aumentou vontade dos meninos e meninas de formarem suas bandas. Uns querendo fazer uma revolução no mundo, outros somente para se divertirem.</i>	1 / 1A
Un2	<i>Seja ele nacional ou internacional, surgiram as bandas couver's (sic), cresceram festivais, tributos e, é claro aumentou vontade dos meninos e meninas de formarem suas bandas. Uns querendo fazer uma revolução no mundo, outros somente para se divertirem.</i>	2 / 1B
Un3	<i>Não podemos esquecer que agora após isso tudo, a sociedade se depara com a influência que passam os adolescentes.</i>	1B
Un2	<i>Falamos sobre essa coisa de estilo próprio, quem copia quem, aquele que ousa mais. Como gosta de se vestir, e como passou a se vestir depois de andar com uma turminha que diz ser roqueiro, anarquista, revolucionário ou coisa assim.</i>	2
Un4	<i>Isso tudo e muito mais faz parte do que diz respeito a uma filosofia de vida dos adolescentes, em principal àqueles que começaram a ouvir rock hoje. Não se sabe se é uma questão de moda ou atitude própria de cada um.</i>	1A

BARBOSA, Thiago. Cidadania. *Jornal Furo de Reportagem*. Projeto Clube do Jornal. Fortaleza, 2002.

Un1	<i>A escola é de fundamental importância para as pessoas, pois é nela que</i>	
Un2	<i>questionamos, discutimos e aprendemos fatos passados da nossa história, que</i>	
	<i>contribuíram ou não, para o nosso presente. Vemos assuntos relacionados a nossa</i>	
	<i>vida que até então, não conhecíamos e com isso facilitando nossa percepção sobre</i>	2
	<i>os acontecimentos cotidianos.</i>	
	<i>É através da escola juntamente com a orientação dos professores, que nós</i>	
	<i>jovens aprendemos a ser cidadãos e exercer nossa verdadeira função na sociedade,</i>	1 / 1A
	<i>que é questionar sobre o que está errado, lutar por nossos direitos e trabalharmos</i>	
	<i>por uma sociedade, não melhor, mas democrática, onde não haja desrespeito, nem</i>	
	<i>desigualdade entre as pessoas.</i>	2 / 1B
Un3	<i>Muitos adolescentes não dão o verdadeiro valor que a escola merece. Por</i>	
	<i>que será? Se é nela que devemos colocar todo nosso esforço em aprender o que é</i>	1A
	<i>necessário, para que não sejamos seres alienados e controlados pelos mais</i>	
	<i>poderosos.</i>	1B
Un4	<i>Todas as pessoas deveriam conscientizar-se de que a escola é um lugar de</i>	
	<i>aprendizagem, onde quem a frequenta só estará ganhando e ampliando sua cultura</i>	
	<i>e seu discernimento sobre a vida.</i>	

ANEXO C
QUESTIONÁRIOS APLICADOS À COORDENAÇÃO DA ONG DO
GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
(PROJETO CLUBE DO JORNAL)

QUESTIONÁRIO 1

- 1) Como surgiu o Grupo de Comunicação e Cultura?
- 2) O que é e como funciona o Grupo de Comunicação e Cultura?
- 3) Quais são os objetivos estabelecidos pelo Grupo de Comunicação e Cultura para o desenvolvimento do seu trabalho no Ceará?
- 4) Quais são os programas e/ou projetos desenvolvidos pelo Grupo de Comunicação e Cultura, com seus respectivos objetivos?
- 5) Quantos e quais são os parceiros de caminhada do Grupo de Comunicação e Cultura?

QUESTIONÁRIO 2

- 1) Como surgiu o Projeto “Clube do Jornal Escolar”?
- 2) O que é e como funciona o Projeto “Clube do Jornal Escolar”?
- 3) Em quantas escolas da rede pública de ensino já foi implantado o Projeto “Clube do Jornal”? E quais são os critérios estabelecidos para a adesão das escolas ao respectivo projeto?
- 4) Quais são os objetivos do Projeto “Clube do Jornal”?
- 5) Qual a função do Curso de Comunicação no Projeto “Clube do Jornal Escolar”? E em que medida se dá a sua atuação nesse projeto para garantir uma boa qualidade da produção de textos de alunos?
- 6) Qual o papel do professor junto ao aluno “produtor de textos” do Projeto “Clube do Jornal”?
- 7) Existe uma relação entre o ato de orientar alunos a produzirem gêneros textuais jornalísticos e a orientação emanada das diretrizes curriculares de ensino da Educação Básica?
- 8) Há algum membro mais experiente, isto é, alguma espécie de tutor para auxiliar na participação dos novatos?
- 9) Como se dão os mecanismos de intercomunicação entre os alunos participantes do Projeto “Clube do Jornal Escolar”?
- 10) Em que instância se dá a avaliação da produção de textos de alunos? E quais são os critérios adotados para este fim?